



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
UNIDADE ACADÊMICA (UA) FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALINE NAWARA CINTRA SILVA

Dos armários do DOPS à imprensa da cidade: as sexualidades
dissidentes durante a ditadura civil-militar em Goiás (1974-1980)

GOIÂNIA
2023

**UFG**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE
TESES****E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[X] Dissertação [] Tese [] Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Aline Nawara Cintra Silva

3. Título do trabalho

DOS ARMÁRIOS DO DOPS À IMPRENSA DA CIDADE: AS SEXUALIDADES DISSIDENTES DURANTE A
DITADURA CIVIL- MILITAR EM GOIÁS (1974-1980)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Alcilene Cavalcante De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 21/12/2022, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Nawara Cintra Silva, Discente**, em 21/12/2022, às 20:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3418417** e o código CRC **1AC04262**.

ALINE NAWARA CINTRA SILVA

Dos armários do DOPS à imprensa da cidade: as sexualidades
dissidentes durante a ditadura civil-militar em Goiás (1974-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Doutor/Mestre em 2023.

Área de concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Linha de pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais

Orientadora: Professora Doutora Alcilene Cavalcante de Oliveira

GOIÂNIA
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Aline Nawara Cintra
DOS ARMÁRIOS DO DOPS À IMPRENSA DA CIDADE: AS
SEXUALIDADES DISSIDENTES DURANTE A DITADURA CIVIL-
MILITAR EM GOIÁS (1974-1980) [manuscrito] / Aline Nawara Cintra
Silva. - 2022.
C, 100 f.

Orientador: Profa. Dra. Alcilene Cavalcante De Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2022.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas.

1. Ditadura civil-militar. 2. Homossexualidades. 3. Projeto moral
sexual. I. Oliveira, Alcilene Cavalcante De, orient. II. Título.

CDU 94(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **080/2022** da sessão de Defesa de **Dissertação/Tese** de **ALINE NAWARA CINTRA SILVA**, que confere o título de **Mestre(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir da(s) **14h00**, na **Sala de Defesas do PPGH/UFG**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“DOS ARMÁRIOS DO DOPS À IMPRENSA DA CIDADE: AS SEXUALIDADES DISSIDENTES DURANTE A DITADURA CIVIL- MILITAR EM GOIÁS (1974-1980)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Alcilene Cavalcante Oliveira (PPGH/UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro (PUC-Goiás)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Alcilene Cavalcante Oliveira**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Coordenador de Pós-graduação**, em 15/12/2022, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alcilene Cavalcante De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 16/12/2022, às 07:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 20/12/2022, às 23:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3354137** e o código CRC **D3909773**.

19/07/2023, 18:43

SEI/UFMG - 3354137 - Ata de Defesa de Dissertação

Referência: Processo nº 23070.063920/2022-24

SEI nº 3354137

*Dedico este trabalho à minha família, amigos, e à minha companheira, que não deixaram de estar
ao meu lado em momento algum.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas amigas Ana Claudia Costa e Ana Luiza Borges, por terem me acompanhado e incentivado meu trabalho. Agradeço a minha família, e especialmente a minha mãe, por ter batalhado todos os dias de sua vida em busca de abrir os caminhos para que eu pudesse alcançar a universidade.

Agradeço à minha companheira Ana Clara Sousa Custódio, que tem trilhado comigo todo este caminho, me incentivando a ser uma versão melhor em todos os dias da minha vida e me dando forças para seguir mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao CNPQ e a Universidade Federal de Goiás, que possibilitaram a realização deste trabalho, disponibilizando todos os aparatos e ferramentas necessários para a elaboração deste trabalho. Agradeço também a todo o corpo administrativo que compõe a secretaria de Pós-graduação em História, que se empenhou sempre no sentido de tornar esta caminhada menos burocrática e trabalhosa.

Agradeço os professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa, pelas muitas contribuições que fizeram e pelo tempo que despenderam em busca de enriquecer aquilo que produzi durante estes dois anos.

DOS ARMÁRIOS DO DOPS À IMPRENSA DA CIDADE: AS
SEXUALIDADES DISSIDENTES DURANTE A DITADURA CIVIL-
MILITAR EM GOIÁS (1974-1980)

ALINE NAWARA CINTRA SILVA

DEZEMBRO / 2022

Orientadora: Profa. Dra. Alcilene Cavalcante de Oliveira

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Homossexualidades; Projeto moral-sexual.

Número de páginas: 100

RESUMO

Este estudo se insere na perspectiva dos estudos de História das Mulheres e das relações de gênero e sexualidade, e tem como objetivo central analisar as homossexualidades em Goiás durante a ditadura civil-militar, a fim de apontar a existência de uma política moral-sexual conservadora, concentrando-nos nos anos de 1974-1980. Para tanto, debruçamo-nos sobre a documentação da Delegacia de Ordem Política e Social de Goiás (DOPS-GO). Neste estudo, consideramos os dados encontrados a partir da leitura dos 794 dossiês custodiados no Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás, e aqueles do Jornal *Cinco de Março*, um dos principais veículos de informação que circulavam em Goiás durante o período selecionado. Desta forma, este trabalho visa, através do exame da documentação de órgãos e meios distintos, encontrar as representações sobre as homossexualidades produzidas pelos discursos oficiais do Estado e pelo principal veículo midiático de Goiás no período, a fim de esquadriñar a construção moral-sexual existente no regime e problematizar a hierarquia de gênero e o apagamento e silenciamento das mulheres lésbicas.

FROM DOPS CLOSETS TO THE CITY PRESS: DISSIDENT SEXUALITIES DURING THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN GOIÁS (1974-1980)

ALINE NAWARA CINTRA SILVA

DECEMBER / 2022

Advisor: Profa. Dra. Alcilene Cavalcante de Oliveira

Research Line: History, Memory and Social Imaginaries

Keywords: Civil-military dictatorship; Homosexualities; Moral-sexual project.

Number of pages: 100

ABSTRACT

This study is part of the perspective of studies of the History of Women and of gender and sexuality relations, and its central objective is to analyze homosexuality in Goiás during the civil-military dictatorship, in order to point out the existence of a conservative moral-sexual policy, focusing on the years 1974-1980. To do so, we focused on the documentation of the Police Station of Political and Social Order of Goiás (DOPS-GO). In this study, we consider the data found from reading the 794 dossiers held in the Information, Documentation and Archive Center of the Federal University of Goiás, and those from *Jornal Cinco de Março*, one of the main vehicles of information that circulated in Goiás during the period selected. In this way, this work aims, through the examination of the documentation of different organs and means, to find the representations about homosexualities produced by the official speeches of the State and by the main media vehicle of Goiás in the period, in order to scrutinize the existing moral-sexual construction in the regime and problematize the gender hierarchy and the erasure and silencing of lesbian women.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
SNI	Serviço Nacional de Informações
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
ESG	Escola Superior de Guerra
CIDARQ	Centro de Informação, Documentação e Arquivo
IPEHBC	Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DCDP	Divisão De Censura De Diversões Públicas
DÓI-CODI	Destacamentos de Operação Informações - Centros de Operações e Defesa Interna
MCI	Movimento Comunista Internacional
GALF	Grupo de Ação Lésbica Feminista

Sumário

INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1: DESVENDANDO A CONJUNTURA DA DITADURA CIVIL- MILITAR BRASILEIRA: DEUS, PÁTRIA E A FAMÍLIA.....	15
1.1. Eram os(as) homossexuais subversivos(as)? – sexualidades dissidentes e criminalizadas.....	22
1.2. Onde estão as mulheres? Silenciamento, invisibilidade e heterossexualidade compulsória.....	30
CAPÍTULO 2 - O ESTADO DE GOIÁS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	43
2.1 <i>Ka Entre Nós: o bar frequentado por mulheres lésbicas que se tornou notícia em Goiânia.....</i>	46
2.2 Descaracterizados: o apagamento e a violência contra travestis durante a ditadura civil-militar em Goiás.....	60
Capítulo 3 - O silenciamento da diferença: a censura nas diversões públicas e as formas de resistência.....	64
3.1 A perseguição contra a escrita homoerótica de Cassandra Rios: o que é que deve ser censurado?	66
3.2 Atentando contra a moral e os bons costumes? Brasigóis Felício, um escritor goiano censurado	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
BIBLIOGRAFIA	90
FONTES	100

INTRODUÇÃO

As obras historiográficas produzidas nas últimas duas décadas sobre o período de ditadura civil-militar e transição política têm se consolidado pela grande diversidade de abordagens. Espaços de sociabilidade, políticas de abertura, lutas e resistências tornam-se objeto de pesquisa dos mais diversos estudiosos. O tema das sexualidades consideradas desviantes, em específico, passou a ter maior atenção, fundamentalmente, nas últimas décadas, com o desenvolvimento da História das Mulheres, das relações de gênero e sexualidade no Brasil. Configurando-se como um campo vasto de pesquisas, diversas são as fontes e perspectivas possíveis para a análise.

Neste trabalho, filiado a referida perspectiva de estudos, buscaremos verificar como o tratamento dado às homossexualidades integrava um projeto moral-sexual, promovido pelo regime de opressão, que buscava, por sua vez, fortalecer a família nuclear tradicional e heterossexual, com forte apelo à “ordem” e aos supostos “bons costumes”. Para tanto, voltamos-nos a pesquisa para o cenário goiano, para traçar de que forma isto se deu.

Tal projeto moralizador se fundamentava no medo constante promovido pela indústria da suposta ameaça comunista, constituída como estratégia formulada pelos articuladores do golpe civil-militar brasileiro, conforme já bem delimitada por Rodrigo Motta (indicar o ano). Para adentrar o período em questão, lançando o olhar para as homossexualidades, estabelecemos diálogos com os trabalhos de James Green, Patrícia Lessa, Benjamin Cowan, Tânia Navarro-Swain, Michele Perrot, dentre outros. Partimos ainda da perspectiva, segundo a qual a Doutrina de Segurança Nacional articula aspectos da moral e dos costumes, implicando hierarquias de gênero e produzindo diferentes níveis de perseguição, de silenciamento, de invisibilidade e de apagamento de determinados personagens, conforme sustentado por Duarte (2017).

As fontes centrais sobre as quais realizamos esse trabalho são constituídas da documentação da DOPS-GO e de matérias do jornal *Cinco de Março*, para verificar como as homossexualidades se manifestavam e foram tratadas em Goiás, especialmente pelos órgãos de repressão da Ditadura.

DOPS – Delegacias de Ordem Política e Social – foram criadas em 1924 como órgãos associados à investigação e repressão. Posteriormente, e com um desenvolvimento

ainda mais acentuado, a atuação das DOPS tornou-se extremamente relevante para a manutenção do regime civil-militar brasileiro, atuando como parte central do regime de informações que circulava entre as secretarias de segurança e subsecretarias dos estados. O regime militar brasileiro, instaurado a partir de um golpe de estado consolidado em 1964, no governo do então presidente João Goulart, instituiu-se com promessas de um processo pontual e temporário, ao contrário daquilo que se concretizava por trás das cortinas. Nos meses que se seguiram, diversos processos foram abertos em instâncias legais, buscando dar legitimidade às ações militares. Firmados sobre este discurso, a intervenção perduraria pelas próximas duas décadas, sendo marcada pela formulação de Atos Institucionais que sistematizariam a perseguição, prisão e “investigação” de milhares de pessoas.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as duas superpotências políticas e globais URSS e EUA¹, disputavam áreas de influência pelo mundo. Este período ficou conhecido como Guerra Fria, e é caracterizado pela ausência de um confronto direto entre ambos. Estas disputas tiveram grandes influências na América Latina, e se acirraram após Revolução Cubana, em 1959. O temor estadunidense da ascensão de regimes socialistas foi o principal fator na estimulação de golpes “preventivos” das forças políticas de direita em países latino-americanos, como viria a ser em 1964 no Brasil.

O Golpe civil-militar que viria a ser consumado em 1964 não foi formalizado nos Estados Unidos; foi fruto das ações políticas que partiram dos setores conservadores e direitistas brasileiros. No entanto, o “imperialismo estadunidense” “incentivou e ajudou [a consumação do golpe] de várias maneiras” (GORENDER, 2014, pág. 57). Além da embaixada estadunidense fomentar o golpe civil-militar no Brasil, a Central de inteligência americana (CIA) também financiou grupos conservadores empenhados na deposição do presidente João Goulart. Estes grupos produziam propaganda anticomunista, e além disto, nas eleições parlamentares de outubro de 1962, recursos estadunidenses foram destinados a candidatos contrários a João Goulart (RAPOPORT; LAUFER, 2000). A política de João Goulart girava em torno da

superação do subdesenvolvimento do país dentro da lógica de um projeto nacional-reformista. Teve, entre seus expoentes e realizadores, o ministro das

¹ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América.

Relações Exteriores e, posteriormente, ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, membro do partido do presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro. Segundo a lógica própria da PEI, a superação da situação de subdesenvolvimento do país poderia ser alcançada, dentre outras medidas de teor nacionalista, através de uma política de Estado em âmbito externo que não estivesse subordinada a nenhum dos dois blocos político-econômicos que disputavam a hegemonia mundial no período da Guerra Fria. Tal política caracterizava, dessa forma, a independência das relações exteriores brasileiras, a soberania nacional e a possibilidade da ampliação de mercados consumidores às mercadorias produzidas no país. (DOMINGOS, 2016, pág. 05)

A movimentação estadunidense contra o governo de João Goulart é, portanto, um ponto chave o golpe civil-militar que se instauraria efetivamente em 1964, baseado em um projeto cristão heteronormativo de fortalecimento da família heterossexual e dos papéis tradicionais de gênero, alicerçado na luta contra o comunismo. Leituras como as de Duarte (2012) e Cowan (2014) sugerem que essa perspectiva golpista, base dos governos militares, difundia que o comunismo pretendia desintegrar a família e, por consequências, associavam todas as outras existências que escapam aos preceitos da família heteronormativa como influências comunistas. Todos/as aqueles/as que indiretamente se opusessem ao projeto moral-sexual militar, independentemente de sua orientação política, seriam combatidos, sendo colocados sob o guarda-chuva do comunismo.

A luta contra um “inimigo interno” passou a desencadear a sensação de medo constante (DUARTE, 2013). A elaboração dos novos discursos oficiais do regime defendia o combate contra o “perigo vermelho”, frente a um suposto risco comunista iminente. Com isso, instauravam uma sensação de guerra total (ALVES, 1984), justificando a retomada e a complementação das Doutrinas de Segurança Nacional, colocando aparatos militares para atuarem dentro das instâncias civis, o que redundou em perseguição, aprisionamento, tortura assassinato de milhares de pessoas que, definidas sob a alcunha de “subversivos” ou de “terroristas”, tiveram seus direitos civis negligenciados e toda a dignidade humana negados.

Partindo de um cenário de seleção do “inimigo objetivo”, “da burocracia” da “técnica de eliminação” que podemos pensar a ditadura no Brasil. Este processo foi possível em decorrência da estruturação de todo um aparato técnico de informações e ações organizadas (FICO, 2007) montado de forma hierárquica, contando com toda uma rede de instituições, colocado a serviço de crimes em massa como

[...] prisões arbitrárias sem direito a qualquer contraditório ou garantia; torturas e sevícias cruéis que deixaram sequelas permanentes ou resultaram em mortes; sequestros de crianças, pais, mães e filhos; assassinatos e desaparecimentos; monitoramentos e ameaças constantes que resultavam em prisões e mortes; banimentos e pessoas compelidas ao exílio; a descartabilidade de qualquer garantia ou qualificativo jurídico. (SILVA, 2008, pág. 155).

Nesta estrutura, localizam-se os órgãos de informação e vigilância sobre os quais se volta este trabalho. O DOPS, que durante o período de sua criação estava vinculado às Secretarias de Segurança Pública de Estado, passou a atuar como instância de destaque do regime militar, concretizando-se como base da Comunidade de Informações, ligada diretamente ao Serviço Nacional de Informações – SNI. Atuava com o objetivo de “prevenir e combater crimes de ordem política e social, que colocassem em risco a segurança do Estado”, constituindo-se como centro de tortura. (SODRE; RONCAGLIO, 2016, pág. 08).

A relevância deste acervo², para esta pesquisa, se estrutura na prerrogativa de traçar como o regime civil-militar brasileiro apresentou o seu projeto moral-sexual nos documentos oficiais, especificamente no que diz respeito ao tratamento conferido às homossexualidades, buscando esquadrihá-lo.

Com o início dos processos legais de abertura de acervos, até então sigilosos², os documentos das Dops ficaram disponíveis para o acesso amplo a partir de 1994, sendo condicionado sem instituições arquivísticas públicas, onde puderam ser consultados para a elaboração de relatórios produzidos pelas Comissões Nacionais da Verdade, produção de pesquisas acadêmicas e leitura de vítimas e familiares de vítimas que buscam “entre outras finalidades, a fruição de direitos, a reconstrução histórica e a conciliação com a memória de um período que ensejou graves violações aos Direitos Humanos.” (SODRE; RONCAGLIO, 2016, pág. 03). No ano de 2009 a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, assinou a Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009, criando o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas, com objetivo de

Tornar-se um polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil nas décadas de 1960 a 1980. Nele, fontes primárias e secundárias são gerenciadas e colocadas à disposição do público, incentivando a realização de estudos, pesquisas e reflexões sobre o período. (Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas).

² Com a promulgação da Constituinte em 1988 e a publicação da Lei nº 8.159/1991, tornou-se legal o acesso à informação contida nos acervos destes órgãos.

A rede de informações onde se constitui o DOPS é formada por uma série de órgãos e aparatos associados entre si, de forma hierárquica, que tem como objetivo final a vigilância, repressão e perseguição de indivíduos e aspectos das diversões públicas que possam infringir, de quaisquer maneiras o “bem-estar social”. A manutenção de um ambiente que seja fiel às normas propostas pela “moral e os bons costumes”, a fim de promover e garantir a Segurança Nacional é o que justifica estes aparatos, de tal modo que expressam o exercício de poder que investe, perpassa, atravessa e apoia-se em indivíduos, promovendo uma teia de relações sempre em movimento, articulada por estes mecanismos de poder, promovendo uma sempre constante sensação de tensão. De tal maneira que

O combate ao que vai sendo construído, nomeado, descrito como “atos subversivos” justifica o uso de um intrincado dispositivo de poder que articula vigilância, produção e repasse da informação por todos os órgãos integrantes daquilo que se autoneia de rede a serviço da repressão. “A informação [policia] penal, escrita, secreta, submetida, para construir suas provas, a regras rigorosas, é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do acusado.” (FOUCAULT, 1993, pág. 37). Nesse raciocínio, a informação, ela própria, constitui-se na força motriz das operações preventivas, ostensivas e repressivas dos órgãos de segurança. [...] Toda uma logística a serviço da vigilância e do controle se materializa por meio da censura e repressão que são operadas internamente pela Polícia Federal – encarregada do trâmite informacional no âmbito do governo federal –, cujas informações serão obtidas diretamente nos ministérios, sob a intermediação da agência central do Serviço Nacional de Informações, e através dos demais órgãos de informações e segurança e Centros de Informações das Forças Armadas, com destaque para as unidades DOPS no âmbito estadual. (SILVA, 2007, pág. 100-103)

O Decreto nº 45.040, publicado em 06 de dezembro de 1958, no parágrafo 1º do art. 4º, sobre a obtenção das informações consideradas relevantes à segurança do país, afirma que “as informações [de interesse para a segurança nacional] serão obtidas através dos órgãos de administração federal, estadual, municipal autárquica e paraestatal, das sociedades de economia mista, mediante um planejamento realizado pela junta Coordenadora de Informações.” (ANTUNES, 2002, pág. 51). Segundo Silva (2007), esta tendência se intensificou no cenário pós instauração do regime civil- militar, culminando na criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 13 de junho de 1964, que teria como fundamento

Subsidiar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informações e contrainformações; estabelecer e assegurar os

necessários entendimentos e ligações com os governos de estados, com entidades privadas e quando for o caso com as administrações municipais; proceder à coleta, avaliação, integração das informações em proveito das decisões do presidente da República e dos estudos do CNS; promover a difusão adequada das informações. (ANTUNES, 2002, pág. 55).

Este aparato posto em prática no governo Vargas é mantido, ampliado e revitalizado no regime civil-militar, com a integração e associação de todos os órgãos de segurança (SNI, CENIMAR, CIE, DOPS estaduais), funcionando como interlocutores de informação, em escalas hierárquicas de níveis locais e nacionais. Estes órgãos foram fundamentais na produção de uma polícia política bem articulada, capaz de manter sob controle as práticas sociais, tendo como base o controle, avigilância e a perseguição. A criação das DOPS estaduais se constitui a partir da premissa de vigilância ostensiva e permanente, com a finalidade de proceder inquéritos sobre os “crimes de ordem política e social”.

Este órgão passa a assumir um papel ainda mais relevante durante a ditadura civil-militar, baseando-se em um princípio de cuidado e soberania Nacional, tendo como base para isto uma articulação meticulosa que busca combater os inimigos internos infiltrados no seio da pátria, exercendo as medidas de polícia preventiva e controle de serviços, para que estes estejam em consonância com a ordem estabelecida (SILVA, 2007). A criação das DOPS está associada à necessidade de estabelecer um organismo capaz de coibir o suposto avanço do comunismo, inflamado pela sensação de necessidade de combate ao inimigo interno, visto como grande ameaça à ordem e soberania nacional.

A DOPS/GO não tem uma data específica de criação. Campos (1998) afirma que os primeiros registros encontrados dos chamados “arquivos DOPS/GO”, remontam à década de 1950 e que a organização desse departamento pode ter sido “produto da modernização administrativa que o Governo Mauro Borges promoveu em Goiás a partir de 1961” (CAMPOS, 1998, pág. 85-86). A legislação reguladora deste órgão aponta sua finalidade como

Art. 197 - Ao Centro de Informações, órgão central da direção departamental,
 - Elaborar os Planos de Informações a serem desenvolvidos pela SSP, nos diversos setores de criminalidade de sua competência, bem como aqueles que interessam a Segurança do Governo do Estado, submetendo-os a aprovação do titular da SSP;
 - Realizar através de todos os órgãos da SSP ou, quando necessário por intermédio de órgãos a ela estranhos, a busca de informes referentes aos mencionados planos;
 - Executar o processamento dos informes recebidos procedendo a sua avaliação e interpretação;

- Divulgar, privativamente, para apuração ou para outros fins, os informes ou informações da SSP, interna ou externamente, bem como centralizar o recebimento dos mesmos, qualquer que seja sua origem ou natureza;
- Classificar os informes e as informações a serem divulgadas quanto ao seu grau de sigilo;
- Centralizar o recebimento de respostas dos pedidos de busca feitos à SSP por órgãos a ela estranhos;
- Organizar e manter atualizados arquivos e fichários especializados sobre assuntos de sua competência;
- Colaborar com outros órgãos de Informações federais ou estaduais, nas atividades de informações em geral e em particular, naquelas que interessem à Segurança Nacional, à Ordem Política e à Ordem Social;
- Subordinar, doutrinária e normativamente, nas atividades de informações de sua competência, as Divisões de Informações das Secretarias de Estado;
- Manter diretamente as ligações para o melhor desempenho de seus encargos;
- Elaborar e expandir, privativamente, normas, ordens e instruções gerais referentes às atividades de Informações da SSP, submetendo-as antes ao titular da SSP;
- Promover o intercâmbio de Informações entre a SSP e outras organizações policiais estaduais, através de sua Divisão de Polícia Interestadual (POLINTER), no tocante à localização e outras medidas legais, referentes a pessoas físicas e jurídicas que interessem à Polícia ou à Justiça, encaminhando, ainda, aos órgãos competentes, as solicitações, relativas às citadas pessoas para o seu devido monitoramento;
- Elaborar boletins diários ou periódicos sobre suas atividades para conhecimento do Secretário de Segurança Pública. (Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n. 7.085. Coleção Fotografias do Acervo DOPS)

O parágrafo XI, mencionado no recorte acima, sugere que uma das principais funções da DOPS, consiste na realização do intercâmbio de informações entre os dispositivos do aparelho de repressão, prevendo a aplicação de processos de monitoramento a quaisquer pessoas de interesse do regime. Essa dimensão ampla e praticamente irrestrita é o que configura o acervo do DOPS como fonte de interesse para o estudo em exame.

Cabe ainda uma nota sobre a documentação do Dops em Goiás. Segundo Sodré e Roncaglio (2017), não é possível determinar a data da extinção dessa delegacia no estado de Goiás,

Considerando que até a presente descrição não foram encontrados documentos dispositivos, como leis ou decretos, que tratem da estrutura e funcionamento da Secretaria de Segurança Pública e/ou do Departamento de Ordem Política e Social que disponham sobre extinção deste Departamento e suas Divisões, definimos como marco de suas extinções e consequentemente da Divisão Central de Informações, a Lei nº 10.160 de 09 de abril de 1987, uma vez que nela o DOPS já não consta na estrutura da Secretaria de Segurança Pública. Sendo assim, até maiores informações, fica definido para presente descrição que a extinção do órgão produtor deste fundo é o ano de 1987. (Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, 2010)

No que diz respeito ao acervo do DOPS/GO, os arquivos foram transferidos em 1995 à UFG – Universidade Federal de Goiás, e supõe-se que a documentação da DOPS-GO, custodiada pela UFG, está incompleta, pois segundo Campos (1998, pág. 88).

A UFG recebeu nove caixas de papelão que continham o Arquivo do DOPS. A documentação era composta por 505 pastas, 1.302 dossiês e 7.420 fichas. O acervo estava em desordem, e embora as pastas fossem numeradas, as sequências não foram obedecidas. Não foram encaminhadas todas as pastas e dossiês, muitas são as numerações em falta. As fichas fazem referência a pastas e a dossiês que não foram localizados numa clara indicação que o arquivo está incompleto.

Em mapeamento realizado no ano de 2019 no acervo do CIDARQ, pudemos concluir que dos dossiês numerados, apenas 794 materiais físicos estavam realmente dispostos. A discrepância entre os números aponta que diversos materiais se perderam, ou foram eliminados, no caminho entre as Delegacias e os arquivos após a legislação de acesso à informação e a sua transferência para as instituições custodiadoras.

Sodré e Roncaglio (2016) afirmam que quando à documentação da DOPS-GO passou a integrar o Projeto Memórias Reveladas, no ano de 2009, tendo em vista a aplicação de metodologias arquivísticas, a equipe especializada optou por modificar a nomenclatura do fundo para Divisão Central de Informações do Estado de Goiás - DGO, pois “foi evidenciado que a documentação não se trata do fundo DOPS, mas de uma de suas divisões, denominada aqui Divisão Central de Informações”³, onde podemos observar que

O fato de o acervo que está sob a guarda do CIDARQ ser constituído por apenas uma subdivisão, a DGO, e não à DOPS como um todo, pode ser explicado por um fato ressaltado por Campos: Em Goiás, em fins de 1982, no governo de Ary Valadão, uma portaria do Secretário de Segurança Pública, Jesus Antônio Lisboa, determina a divisão do Arquivo do DOPS: uma parte é transferida para a agência do SNI no Estado e outra é encaminhada para a 3ª Brigada de Infantaria. (CAMPOS, 1998, pág. 87). [...] Assim, inferimos da leitura de Campos (1998) e da análise da descrição do acervo no BD MR, que a documentação que está hoje no CIDARQ seja a mesma que foi transferida para a “agência do SNI no Estado”. Utilizando a descrição do fundo DGO no BD MR, tal órgão teve três nomenclaturas diferentes: Divisão Central de Informações, Divisão de Segurança e Informações e Serviço Estadual de Informações.

³ Disponível em: <<https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/divisao-central-de-informacoes-do-estado-de-goias>> Acesso em 05/04/2021.

Estes apontamentos revelam uma face muito importante do processo de abertura dos arquivos. As documentações incompletas, inacessíveis ou inconsistentes são rastros de uma política de apagamento. Diversas são as questões que tangem estas considerações e autores como Carlos Fico (2000) apontam que, apesar de acervos muito importantes continuarem inacessíveis, – como os dos antigos serviços militares de inteligência do Centro de Informações do Exército (CIE), do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) – também é certo que podemos contar com um vasto acervo.

A possibilidade de acesso às documentações relativas ao período de ditadura civil-militar abre espaços para análises cada vez mais profundas. Durante esta análise, encontramos quatro dossiês que se referem às sexualidades consideradas dissidentes⁴ havendo acusações de “práticas homossexuais” ou associações a pessoas e espaços definidos como homossexuais e travestilidade, não havendo referências sobre lesbianidade. Esta ausência documental não se configura, no entanto, como obstáculo, uma vez que Michele Perrot (2005) salienta o quanto o silêncio também carrega informações.

Em contraste ao silêncio encontrado nos dossiês da DOPS-GO, no que tange a questão das homossexualidades, selecionamos o jornal *Cinco de Março* para ampliar e problematizar a abordagem, trazendo o que a imprensa havia noticiado sobre as homossexualidades em Goiás durante a ditadura civil-militar. A escolha deste periódico se deu pela sua relevância na capital e pelo seu posicionamento pouco sensacionalista e/ou subordinado ao regime. O Periódico teve duração de 23 anos, tendo sido criado em 1959, e sua conduta gerava grande desconforto aos censores que, com muita frequência, censuravam diversas matérias. Entretanto, mesmo diante disto, o *Cinco de Março* aponta a existência de uma vida noturna envolvendo mulheres lésbicas em Goiânia⁵, ainda na década de 1970. Publicada em 1979, a matéria contém duas páginas, e tem como título

⁴ Definiremos aqui as sexualidades dissidentes como aquelas que se distanciam da heterossexualidade compulsória, que é o que busca uniformizar, padronizar e limitar outras manifestações da sexualidade, alocando-as dentro da lógica identitária normativa, desconsiderando o princípio da impossibilidade de abarcar a sexualidade humana dentro de padrões restritos, sendo que “[...] “o normal”, “o original” é uma cópia, e, pior, uma cópia inevitavelmente falha, um ideal que ninguém pode incorporar” (BUTLER, 2019, pág. 239)

⁵ Estas constatações são fruto de pesquisa desenvolvida em processo de iniciação científica no ano de 2018, com produção de relatório final sob o título de “A representação da Lesbianidade na imprensa goiana da transição democrática (1974-1985)”, sob a orientação da profa. Dra. Alcilene Cavalcante de Oliveira

“EM GOIÂNIA A EXPLOÇÃO DO WOMAN’S GAY”⁶, e traz uma série de descrições e detalhes sobre a convivência de mulheres lésbicas em um bar em região nobre da cidade.

A seleção de ambas as fontes se deu, inicialmente, para verificar como as homossexualidades foram abordadas em Goiás, seja pela imprensa, seja pelos órgãos de repressão. Após o levantamento documental, cabe-nos problematizar os silêncios existentes, especialmente nas documentações oficiais, considerando que o projeto moral-sexual se estabeleceu além das perseguições políticas, estendendo-se com veemência às práticas sexuais de indivíduos que se distanciassem do padrão heteronormativo. E, em decorrência disto, parte desta perseguição se instaurou através da violência simbólica⁷, por meio do apagamento e silenciamento das homossexualidades.

No primeiro capítulo deste trabalho abordamos os pilares da ditadura civil-militar brasileira, considerando como esta constituiu um projeto moral-sexual pautado na família heterossexual nuclear que relegou as sexualidades consideradas dissidentes ao papel de subversão e, subsequentemente, ao apagamento, invisibilidade e perseguição de tudo aquilo que não se adequa a *norma*. Já no segundo capítulo, aprofundamos nossas fontes, nos aproximamos de Goiás, considerando as particularidades do golpe militar no estado, as formas de expressão e a vida noturna não-heteronormativa noticiada no periódico goiano de maior circulação, apontando a existência de bares de frequência lésbica na capital, e traçando como os contornos da invisibilidade delimitaram a trajetória das mulheres lésbicas em Goiás. Para além disso, ainda neste capítulo, lançamos olhar sobre a descaracterização da travestilidade e apontamos como isto se reflete nas fontes. Por fim, o terceiro capítulo tem como objetivo central discutir de que modo o silêncio dos documentos oficiais do regime se estabeleceu sobre as homossexualidades, lançando luz sobre as formas de expressão das destas na literatura, cinema e teatro goianos.

⁶ Título de matéria publicada no jornal Cinco de Março em novembro de 1979. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), consultado em 09 de março de 2018

⁷ Rachel Soihet (2005), define a violência simbólica como aquela que supõe a adesão pelos dominados das categorias que embasam sua dominação.

CAPÍTULO 1: DESVENDANDO A CONJUNTURA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: DEUS, PÁTRIA E A FAMÍLIA

As pesquisas sobre a ditadura civil-militar brasileira têm considerado, nas últimas décadas temas antes pouco ou nada abordados na historiografia brasileira; dentro desta dimensão incluem-se os estudos acerca das sexualidades dissidentes. O estudo do aparelho repressivo civil-militar, no que diz respeito à essa categoria, sugere que as perseguições, violências e silenciamentos foram baseados num projeto moral-sexual conservador, baseado na manutenção de valores cívicos e familiares difundidos pelo regime. Em virtude disso, consideramos necessário um breve recuo temporal, que aponte de que maneira isso se instaurou no Brasil, considerando como os processos de ruptura e continuidade dessas práticas se estabeleceram na consolidação de marcas e estigmas que descaíram sobre as camadas marginalizadas pelo regime opressivo.

A ditadura civil-militar, implantada no Brasil em 1964, tem características de guerra⁸. Com um sistema de funcionamento baseado na Doutrina de Segurança Nacional (doravante, DSN), o regime militar se estabeleceu sob a égide do combate ao “inimigo interno”, estabelecido através de um processo definido como Ditaduras de Segurança Nacional⁹. A definição de “inimigo”, neste contexto, estava associada a diversos setores da oposição, que pudessem ser considerados passíveis de infiltração comunista, direta ou indiretamente. Este formato produziu uma longa lista de supostos elementos subversivos, dentre eles: estudantes, sindicalistas, intelectuais, participantes de movimentos sociais e quaisquer outros que pudessem provocar “antagonismos” e “pressões” ou inquietações que tendessem a desestabilização da ordem (DUARTE, 2017). Desta maneira, a segurança interna passava a ser lida como pressuposto mínimo à defesa do país, diante de ameaça de invasão de exército estrangeiro, estando sob responsabilidade do Estado e da Segurança Nacional determinar, em última instância, quem ou o que era o “inimigo”

⁸ Ver Duarte: *Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra*.

⁹ Consideraremos para esta análise as Ditaduras de Segurança Nacional como os regimes autoritários que se estabeleceram, desde o início dos anos 60, na América Latina, particularmente na região do Cone Sul. Esta perspectiva, presente em Enrique Padrós, no texto *HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL* (2009), aponta que estas foram ditaduras marcadas por algumas características gerais comuns como, principalmente, a Doutrina de Segurança Nacional, o alinhamento militante junto aos Estados Unidos na política de contenção do comunismo e na defesa dos cânones do capitalismo, como também na concepção de guerra contra insurgente contra todo questionamento às estruturas nacionais de dominação, o que redundou em uma “guerra suja”

e quais atividades se constituíam como ameaças. Neste contexto, as forças militares foram dotadas de poderes praticamente ilimitados sobre a população, partindo de uma rede de informações e um potente aparelho de segurança, que funcionavam como teias de comunicações, estabelecidas em muitos níveis, agenciadas por práticas que violavam os direitos individuais. Segundo Alves (1984), todos eram suspeitos até que se provasse o contrário. Em certa medida, as análises posteriores ao que foi este

“quebra-cabeça” se defrontaram com inúmeras lacunas resultantes de “proibições oficiais” e de silêncios cúmplices dos primeiros governos pós-ditaduras. Tal situação foi o fruto de negociações que encaminharam processos de transição política e redemocratização em um quadro de relação de forças onde os militares impuseram, como condição essencial, o silêncio institucional e a impunidade presente e futuro dos seus atos passados. Como consequência disso, os arquivos oficiais foram interditados ou removidos, reduzindo a possibilidade de conhecer aquele passado traumático somente através da única informação disponível, a dos sobreviventes e das vítimas. Quer dizer, através de uma informação fortemente marcada pela fragmentação da experiência nas difíceis situações do cárcere político, do exílio, da clandestinidade e do medo cotidiano. (PADRÓS, 2009, pág. 31-32)

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), estabelecida como principal eixo de agência do regime militar brasileiro, concebia que as pressões externas provocadas pelo “inimigo” poderiam assumir inúmeras naturezas (política, econômica, psicossocial, militar) e formas (violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania) (DUARTE, 2017). Partindo destas constatações, é importante salientar que a degradação moral era vista pela Doutrina como uma das “armas” usadas pelos comunistas, como uma tática para desagregar a sociedade, tornando-a suscetível, frágil e fragmentada a partir da “degradação”, de forma que os ideais comunistas encontrassem fácil disseminação. Na tentativa de produzir um consenso e aproximar-se da legitimidade, os golpistas, investiram fortemente em campanhas publicitárias pró- ditadura e certa “educação cívica e moral”. Desta forma

Não só o ideário golpista, mas os governos militares alimentavam-se, nesse aspecto, de elementos do imaginário anticomunista brasileiro disseminado a partir da segunda década do século XX que via, nas ideias comunistas, entre outras coisas, um risco à preservação da moral sexual e da estrutura familiar. Para combater essas pressões, seria necessário lançar mão, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, de gestões junto às instituições da sociedade civil como a família, escolas e universidades, meios de comunicação de massa, sindicatos, Igreja, empresas privadas etc. (DUARTE, 2017, pág. 20)

A articulação do regime militar, segundo Rezende (2001), criou um sistema de valores de suposta “intenção democratizante” que deveria permear todas as atividades postas em prática. Como tentativa de legitimar o regime autoritário, os golpistas, manipularam elementos da agenda democrática. Os militares, prometiam uma intervenção “pontual e temporária”, adquirindo apoio de civis para tal. Entretanto, contrariando esse discurso, mantiveram-se no controle de diversas instâncias governamentais e em diversos níveis federativos durante mais de duas décadas. Durante todo o regime militar, diversas medidas jurídicas e atos administrativos foram adotados com intuito de preservar uma aparência de respeito à legalidade. A busca pelo reconhecimento de suas ações passava por uma disposição para proteger e desenvolver valores relacionados à família, à escola, à propriedade, entre outros. Tratava-se de uma estratégia de mobilização nacional, que reiterava determinadas identidades de gênero¹⁰, relegando às homossexualidades à marginalização, excluindo e perseguindo todas as formas que escapavam ao padrão, a fim de estruturar e legitimar o regime militar.¹¹

Podemos apontar elementos que compunham a ação do Estado no regime de exceção¹² no que diz respeito ao combate aos considerados “maus comportamentos” de homens e de mulheres relacionados às práticas e condutas morais e sexuais. O fortalecimento de instituições sociais consolidaria o poder nacional de acordo com a Doutrina da Escola Superior de Guerra, e a dinâmica familiar passava a ser considerada fator da expressão psicossocial. A Doutrina fazia uma leitura da estrutura familiar que apontava os aspectos ideais, partindo do pressuposto de que, os compromissos éticos e morais dos membros de uma família devem resultar dos vínculos que se fortalecem no

¹⁰ Neste trabalho, vamos aderir ao conceito de identidade de gênero, partindo da caracterização apontada por Butler (2003, pág. 236), que aponta a não existência de uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, e que a identidade é performativamente constituída

¹¹ Parte desta imagem, construída e mantida até a atualidade, é fundada, paralelamente, pelo processo que Padros (2009) defende como tendo sido efetivado pelos “defensores da desmemória”, da violência, do terrorismo de Estado produto da aplicação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, com relativo sucesso, na apatia resultante da combinação singular dos efeitos (nem tão) residuais da “cultura do medo” (implementada durante a experiência autoritária) com a “cultura da desesperança” (resultante dos efeitos da posterior onda neoliberal).

¹² Adotaremos o conceito de Agamben (2004), acerca do estado de exceção, enquanto um formato de “guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos”. (AGAMBEN, 2004, pág. 13)

lar, que é o órgão legítimo, onde se definem virtudes, sentimentos e ideais, e sugere que na sociedade contemporânea, “efeitos perversos” estão violentando a estrutura familiar e arriscando sua coesão.

Parte chave destas considerações presentes nos postulados da Doutrina de Segurança Nacional está atrelado ao contexto histórico dessas avaliações, que é marcado por uma transformação das relações e identidades de gênero tradicionais, que acompanham um processo de ruptura fomentado pela modernização crescente, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, que caracterizam momentos de mudanças significativas no conceito de estrutura familiar tradicional. Dentre essas mudanças podemos apontar: a entrada maciça de mulheres de classe média no mercado de trabalho; a disseminação da pílula anticoncepcional; e até mesmo as influências de modelos de comportamentos exportados de países com movimentos em crescentes reivindicações como o movimento feminista, que vinha crescendo em escalada. Estas mudanças no modo de pensamento tradicional provocaram questionamentos acerca das ideias e estereótipos que se relacionavam aos ideais de masculinidade e feminilidade, possibilitando “a revisão dos valores morais tradicionais e permitindo, aos sujeitos históricos, a construção de novas formas de sociabilidade e comportamento” (DUARTE, 2017, pág. 25).

Estas novas circunstâncias fazem com que mulheres e jovens passem a se encontrar sob os holofotes, passando a se caracterizarem como categorias especialmente perigosas, embora seja possível perceber um tom ambíguo nas análises realizadas pelos textos que constituem a DSN, que reconhecem avanços realizados por esses grupos sociais. Desta forma, é possível inferir que os manuais da ESG, que passaram a ser definidos como lugares de referência para a apreensão da DSN e os estudos subsequentes elaborados por grupos de alunos da Escola, fornecem elementos que possibilitam que pensemos o lugar que as relações de gênero, expressas nas normas de conduta, nas análises comportamentais e nos posicionamentos diante de transformações culturais, têm na formulação do projeto de Segurança Nacional durante o regime civil-militar e de como essas preocupações foram sendo transformadas com o tempo, e modeladas a partir de novas demandas e transformações sociais. O lar e a família (heterossexual e nuclear) são apontados como a estrutura central para realizar o que seriam as funções “essenciais” da vida: a função procriativa, a educativa, a econômica e a afetiva (DUARTE, 2017, pág. 27).

Neste contexto, os jovens definidos agentes que podiam desestabilizar esta estrutura pré-estabelecida uma vez que, alimentados pelo ambiente proporcionado pela contracultura, passavam a questionar o rigor e buscar pressupostos de afrouxamento das regras de comportamento, para reelaborar as categorias de sexualidade, namoro e casamento, acelerando o processo de fragmentação da sociedade conservadora tradicional. Este movimento da contracultura alimentaria o comportamento hedonista, incentivando o conhecimento individual, em contraposição aos valores coletivistas do plano político, e desta forma “a liberdade de escolha individual e a busca da felicidade e satisfação se afirmavam como valores que se transformavam em ameaças à Segurança Nacional nos discursos produzidos pela ESG” (DUARTE, 2017, págs. 29-30). Este processo se deu principalmente nos anos que vieram depois de 1968, quando conservadores dentro e fora do regime

reagiram as mudanças verdadeira e percebidas (protestos estudantis e civis, normas de gênero e sexo em fluxo, o advento – real ou imaginado – da contracultura), ideólogos e forças de segurança viam vínculos muito gerais entre homossexualidade, desvios de gênero e protesto social e político. Até nas alturas de repressão mais dura – “anos de chumbo”, durante os quais forças governamentais demoliram a esquerda armada – policiais suspeitaram que houvesse conexões entre supostos “atentos à moral e aos bons costumes” e a produção cultural e organização política da esquerda. (COWAN, 2015, pág. 42)

As formulações da Doutrina implementada na Escola Superior de Guerra¹³ estariam relacionadas fundamentalmente a aspectos que visassem reformulação e o endurecimento da legislação penal a fim de proteger a família presumivelmente ameaçada, o que resultava em medidas como a divulgação de valores espirituais e morais da nacionalidade, pelos meios de comunicação. Podemos observar a aplicação destas considerações em diversos âmbitos, basta que observemos como a partir do argumento de que a fé professada pela maior parte dos brasileiros era a cristã; de que a família

¹³ A Escola Superior de Guerra, ou ESG, foi um órgão criado no ano de 1949, no âmbito da Guerra Fria e ligada ao Ministério da Defesa, que se tornou, durante a ditadura civil-militar brasileira, pós-1964, o principal centro de elaboração, disseminação e controle de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater as ameaças ao projeto militar implementado após o golpe. Seus criadores tiveram como objetivo principal, o reforço de sua posição no aparelho de Estado, através da realização de estudos sigilosos e circunscritos a grupos pequenos, almejando a mobilização política das elites. Esta estrutura não se preocupava, apenas com a formação de altos oficiais, incluindo civis como professores, alunos, conferencistas ou convidados em seu quadro permanente. (DUARTE, 2017, pág. 37)

“tradicional” estava ameaçada especialmente pela maior quantidade de mulheres levadas ao mercado de trabalho; e da infiltração de ideias subversivas nas escolas, que ideólogos da Escola Superior de Guerra, na direção da Comissão Nacional de Moral e Civismo, resolveram instituir, em 1969, a disciplina de Educação, Moral e Cívica no ensino primário, secundário e superior (DUARTE, 2017). Esta confluência de aspirações entre as elites militares e civis

pôde fazer da recém-implantada Escola Superior de Guerra um espaço privilegiado para a moldagem de um projeto político comum. Estavam, assim, cada vez mais distantes as reservas existentes entre os membros das Forças Armadas e algumas frações burguesas em ascensão, o que acabaria permitindo um relacionamento mais equilibrado. A doutrina da Segurança Nacional, ideologia aglutinadora desses interesses, contribuía para a ação política de classe, gestando estrategicamente um planejamento com fins específicos, voltado para a construção de uma sociedade industrial plenamente articulada ao capitalismo mundial. (FERRAZ, 1994, pág. 44).

Foi a partir de argumentos semelhantes que professores da ESG comemoraram o acolhimento de suas ideias relacionadas à defesa da família e de papéis tradicionais por órgãos como o Ministério da Justiça e passaram a interferir sobre políticas públicas de órgãos governamentais, incluindo as ações na área de cultura, especialmente aquelas que tentam justificar a intensificação da censura moral a produções artísticas e as limitações impostas à liberdade de expressão. Estas configurações fazem parte do “projeto repressivo global”, que se caracteriza essencialmente sobre estes pilares: espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos (FICO, 2007).

As censuras se articularam, neste cenário, como elemento base de inúmeras políticas de silenciamento e repressão do regime civil-militar no Brasil, existindo, entretanto, diferentes métodos e escalas de censura. Fico (2002) aponta que diferentemente da censura realizada à imprensa (que era legalizada durante a ditadura e nunca deixou de existir no Brasil), a censura “revolucionária”, “destinada ao estado de sítio” ocorreu durante todo o regime, mesmo que de forma não assumida. Duarte (2017) considera que as duas censuras devem ser tidas como políticas, uma vez que “a censura moral se articula plenamente com preceitos da Doutrina de Segurança Nacional que embasou diversas ações do regime” (DUARTE, 2017, pág. 34). Estas constatações se associam ao fato de que, a partir de 1968, com o recrudescimento do regime e a instituição do AI-5, o veto a menções políticas que se contrapusessem de quaisquer maneiras ao

regime em quaisquer tipos de produções ou manifestações culturais podia ser observada como prioridade. Fico (2002), aponta que diversos dos materiais encaminhados à Divisão De Censura De Diversões Públicas¹⁴ não partiam de autoridades ou instituições do regime, mas que também eram encaminhados por civis, e/ou diversas outras categorias de profissionais, o que revela a capilaridade de certa visão e valores. As cartas endereçadas aos órgãos de censura apresentavam a constante preocupação com a degradação da “moral e dos bons costumes”, inferindo trechos, programas, ou quaisquer tipos de manifestações que abordassem temas “delicados”, como erotismo, pornografia, ou menções ao “amor livre” e às “liberdades” tomadas como violadoras da normal moral.

Estes movimentos explicitavam as frequentes preocupações sobre as “ameaças à juventude”, e aos grupos mais “vulneráveis” ou suscetíveis a instabilidade, de forma que a resistência às incorporações aos novos movimentos que chegavam permeados pelas transformações no campo do gênero e do comportamento nos anos 1970, no Brasil, eram “dados possíveis de serem lidos, ouvidos, exibidos em produções culturais, meios de comunicação diversos, livros didáticos, práticas escolares, discursos governamentais.” (DUARTE, 2017, pág. 54-55). Esse conhecimento propugnado pela ESG alinhou o pensamento político das agências de repressão, com o Sistema Nacional de Informação (SNI), as Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e foram responsáveis pelas divisões de censura às televisões, produções culturais, teatrais e cinematográficas e à imprensa. Os agentes de informação e segurança viam com extrema preocupação qualquer exposição da juventude a práticas homossexuais, principalmente, por ser considerada o futuro do país (AROUCA, 2003).

É possível ainda pensar estes processos como de “transformação dos costumes” ocorridos no Brasil, especialmente entre os anos 1960 e 1970, quando são produzidos novos símbolos de comportamentos avançados que convivem com práticas conservadoras no campo dos relacionamentos, como sexo, casamento, decoro (FIGUEIRA, 1986). É neste contexto que se inserem as novas formas e práticas relacionadas as sexualidades

¹⁴ O DCDP era o órgão responsável por restringir e manter o controle daquilo que – aos olhos dos censores – pudesse violar a “moral da família”, eliminando tudo que não se enquadrasse aos valores cívicos e familiares, tudo que pudesse ser considerado de cunho “subversivo”, ou que supostamente ofendesse à “moral e aos bons costumes”. (MARCELINO, 2011)

dissidentes, definidas pelas perseguições parciais e as associações às subversões promovidas pelo projeto moral-sexual da ditadura civil militar.

1.1.Eram os(as) homossexuais subversivos(as)? – sexualidades dissidentes e criminalizadas

Parcela significativa do mundo ocidental experimentava, desde fins dos anos de 1960, grande efervescência de debates acerca da liberação sexual, emancipação feminina, discussões sobre a legalização do divórcio e questões sobre homossexualidades (MARCELINO, 2008). Nadando contra esta corrente, o Brasil enfrentava um regime autoritário que visava a manutenção dos “valores morais” tradicionais e cerceava as medidas e avanços que consideravam que pudessem se configurar como ameaças subversivas. Os escritos produzidos pela ESG (revistas, manuais e livros), desde o ano de 1969, analisados por Duarte (2013), apontam a existência de um projeto sexual moralista amplamente difundido, baseada nos valores da família nuclear e heterossexual tradicional brasileira como pilar principal para a sustentação da unidade nacional, conforme destacado no tópico anterior.

Os grupos¹⁵ que passavam a se articular em torno das causas homossexual, negro e feminista, mesmo que ainda incipientes passaram a ser considerados igualmente subversivos. Esse controle, que visaria a manutenção da “moral e dos bons costumes”, atuou amplamente apoiado pelo legislativo agindo juntamente com enorme aparato privado de produção da hegemonia conservadora que dominou o país, a partir de 1961, formada fundamentalmente por núcleos da elite orgânica empresarial, ruralista, militar e religiosa, que

Se por um lado integrava a “utopia autoritária” de livrar o país dos fantasmas do comunismo, da corrupção e da dissolução moral, por outro, não se tratava em absoluto de figura nascida no período, como bem registrou Carlos Fico. Mas, como ocorre em períodos autoritários, ali se hegemonizou. Esse traço autoritário e moralista passa, então, a marcar constitutivamente a forma das interações, sobretudo aquelas envolvendo agentes do estado. (COLAÇO, 2015, pág. 202)

¹⁵ Neste trabalho, não utilizaremos a categoria “movimentos sociais”, tido que a sua categorização, ainda é 1978 é muito frágil, já que "os movimentos sociais pertencem aos processos pelos quais uma sociedade cria a sua organização a partir do seu sistema de ação histórica, através dos conflitos de classe e dos acordos políticos" (TOURAINE, 1975, pág. 397)

A crescente visibilidade conferida a causas e personalidades homossexuais fez com que componentes de altos escalões do regime militar sugerissem que esta “exaltação” das homossexualidades, nos âmbitos público e privado, eram manifestações de subversão. Ainda assim, é necessário apontar que a censura e os processos de silenciamento e apagamento não foram as únicas formas de repressão sofrida pelos grupos que se articulavam neste momento, ao contrário disto, o regime ditatorial se alicerçou sobre uma ideologia de intolerância e perseguição que culminou na vigilância e tentativa de controle/aniquiração dos indivíduos que se destoavam do difundido padrão moral e de costumes, reiterado até então.

Encontrava-se institucionalizada, como uma política de Estado, a violência contra lésbicas, gays, travestis, transexuais e todos aqueles que fossem considerados desviantes do padrão sexual (ou de identidade de gênero), de forma que toda a atmosfera criada diante do imaginário do “inimigo interno” redundava em uma política repressiva, justificada pela necessidade de proteger os “valores” da “família brasileira”, a fim de manter a “segurança nacional”, agindo não só no campo político (contra os opositores ao regime) mas também no campo moral, baseados na sensação iminente do terror, circunscrito à um conservadorismo extremado, sobretudo ligado ao campo das sexualidades, onde

A heteronormatividade e a cisgeneridade funcionaram como paradigmas dessa normalização dos desejos e das identidades sexuais em nossa sociedade e foram instrumentalizados no contexto da ditadura para potencializar a repressão política e a imposição de um padrão de valores restritos e conservadores. [...] Esses valores, que inspiraram o regime autoritário a partir de 1964, articularam, de maneira muito singular, a perseguição a políticas divergentes e a sexualidades desviantes. Sempre houve homofobia na sociedade brasileira com tolerância, negligência ou até apoio dos órgãos do estado, mas, durante a ditadura, o discurso da homossexualidade como uma ameaça e um mal a ser extirpado por degenerar a moral e os bons costumes da família tradicional brasileira é alçado a primeiro plano nas instâncias de governo. (QUINALHA, 2014, pág. 247)

Num momento histórico em que os direitos dos homossexuais constituíram uma entre várias demandas, tenuamente alinhados na luta pelo reconhecimento e pela democratização política, as forças de segurança apontavam para a homossexualidade como desvios subversivos de conduta. Conforme esclarece Cowan

Nos anos imediatamente depois do golpe de 1964, ativistas direitistas de envergadura nacional condenaram a homossexualidade como manifestação da

subversão; esta perspectiva apareceu, também, nas principais instituições e publicações do próprio regime onde teóricos e mesmo forças de segurança viam no desejo homossexual uma tática da guerra revolucionária (o nome doutrinário que os teóricos da contrassubversão deram a espécie de guerra supostamente criada pelos comunistas para destruir o ocidente. Já nos anos 1970, da abertura, reacionários dentro e fora do regime associaram a homossexualidade [...] com uma onda de subversão que supostamente chegava ao ápice. Segundo um suposto perito na Escola Superior de Guerra, em 1979, a “época contemporânea” punha a sociedade em perigo através da “busca do prazer imediato, o hedonismo coletivo (...) a desagregação familiar (...) a permissividade moral quase sem limites (...) a exacerbação da sexualidade e o quase incentivo ao homossexualismo”. (COWAN, 2015, págs. 28-29)

Neste cenário, as forças de segurança passaram a vigiar e policiar as homossexualidades, por várias razões, nas duas décadas que se seguiram após o golpe em 1964. Para Cowan (2015), seguindo tendências históricas, nacionais e internacionais, ideólogos e componentes policiais da segurança nacional, desde os anos 1960, teorizaram as diversidades sexuais como parte de uma série de ameaças degenerativas que se caracterizariam como um atentado à segurança nacional anticomunista, de forma que, ainda nos anos de 1970, polícias e políticas retinham interpretações baseadas em um antigo sistema médico-legais a respeito do desejo homossexual, que quando contrastada às novas realidades da política de identidade, eram resgatadas a fim de associar as homossexualidades à ameaças ao Estado, à sociedade, à família e, paulatinamente, à Segurança Nacional, presumivelmente à serviço da dissolução social e, neste contexto específico, da dita subversão comunista.

Cowan (2014) aponta que as ansiedades¹⁶ a respeito da homossexualidade e a segurança nacional surgiram muito antes de 1964. Estes discursos partem da investida surgida nos fins do século XIX, com o surgimento de novos articuladores de controle pautados na ciência que, gradativamente, preencheram o corpo social com higienistas, médicos-legistas e psiquiatras, que buscaram higienizar a população mediante campanhas de moralização e assistência filantrópica (TREVISAN, 2018). Não só o corpo, mas as emoções e os pensamentos passaram a ser controlados pela ciência, cujos padrões de higienismo tinham o objetivo de melhorar a raça e, conseqüentemente, melhorar a pátria. Sob a ótica científica incorporada na figura dos quando, associadas, autoridades polícias, médicas, legais e políticas buscaram patologizar e desenvolver métodos de “controlar” a homossexualidade como uma prática perigosa, secreta, que agia em conluio com a

¹⁶ Caracterizadas pela sensação constante de medo do “inimigo interno” e das condições de degradação e desagregação familiar e política

subversão e a (in)segurança nacional. É necessário ainda reiterar que, conforme apontado por James Green (1999; 2007) os discursos médicos que agiram em favor da patologização da “*inversão*” sexual, ou do “*terceiro sexo*”, fundamentalmente ao longo da primeira metade do século XX, foram retomados durante o período ditatorial.

Esses discursos diminuíram ao longo dos anos de 1940, mas não desapareceram completamente, sendo retomados nas décadas de 1960-1980 como base de informações para as autoridades militares que, segundo Cowan (2014), interpretaram e mantiveram sob “vigilância” o desejo entre “homens”. Esta leitura, apesar de precisa, exclui uma diversidade de outros personagens que protagonizaram estes momentos históricos. As perseguições se estenderam ostensivamente a mulheres lésbicas e a todos os considerados desviantes da normal sexual padrão.

Segundo aponta Cowan (2014, pág. 30), “homofobias da pré e pós-guerra tinham incluído veículos mais explícitos entre homossexualidade, subversão comunista e noções de inviabilidade nacional ou dissolução social”, o que sugere que o regime se articulou à medida que polícias políticas vigiaram constantemente atividades sexuais e, fruto destas observações, acusações de homossexualidade masculina podem ser encontradas em seus registros¹⁷. Estes dados apontam que pertencer a esta comunidade, muitas vezes, configurava-se por si, a possibilidade de se caracterizar como uma ameaça à segurança nacional, de forma que

[...] Representantes do SNI e da Polícia Federal consistentemente incluíram acusações de homossexualidade nos seus informes sobre suspeitos de “subversão”, com uma informalidade que indicou a presunção de que desvios sexuais, psicológicos ou de gênero não só constituíam uma constelação própria, mas também, punham em risco a segurança nacional. Revendo os antecedentes daqueles que procuraram postos governamentais ou que foram suspeitos de subversão, o SNI e o Departamento de Polícia Federal (DPF) incluíram detalhes como “consta ser pederasta”, “uns afirmam ser denominado homossexual”, “é elemento homossexual”, ou mais especificamente “é elemento homossexual passivo”. (COWAN, 2014, pág. 32)

A necessidade de se registrar através de documentos oficiais dados como estes provém, na verdade, de uma construção anteriormente elaborada por intelectuais militares

¹⁷ É necessário reiterar que o fato de não haver localizado registros de mulheres não indica necessariamente que elas não fossem igualmente reprimidas. Esta aparente inexistência documental pode estar associada a outras formas de repressão e silenciamento. Ao contrário do que se possa pensar, periódicos, boletins e cartilhas denunciavam casos de violência, perseguição e extorsão. (SILVA, 2017).

e conservadores civis que se manifestavam como apoiadores do regime. Cowan (2014) aponta que esta noção de homossexualidade como ameaça à segurança nacional, em alguns casos, meramente significava que reacionários se empenharam em igualar homossexualidade à subversão de várias formas, conforme temos apontado. A incorporação da homossexualidade como parte de uma categoria transgressora (que se vinculava tanto com a patologia social e corporal, quanto com a subversão) tomou sua forma mais densa nos espaços de debate ideológicos dos mais altos níveis na Escola Superior de Guerra. Estas considerações estavam tão fortemente inseridas que

No início dos anos 1970, antes da chegada de um movimento gay organizado, estudantes e conferencistas na ESG analisaram homossexualidade como uma ameaça à segurança nacional. A eminente psicóloga Noemy da Silveira Rudolfer epitomava um sistema de ideias na Escola no qual a “crise da adolescência moderna” unia delinquência juvenil, segurança na guerra fria e desvios morais e sexuais. [...] Rudolfer elaborou com outros “peritos” – especialmente nos assuntos “psicossociais” – na ESG, entre eles José Lemes Lopes, de quem a comunidade esguiana aprendeu que só a “diferenciação psicosssexual” e o “funcionamento no papel de adulto heterossexual” poderiam salvar os brasileiros da ruína moral, social e política. (COWAN, 2014, pág. 35)

As forças de segurança passaram a se manter atentas em relação as manifestações das homossexualidades vendo nelas uma conspiração do que os agentes de informações denominaram como MCI – o chamado Movimento Comunista Internacional. Componentes das forças de segurança consideravam estas, não apenas como os oponentes que buscavam subverter a ordem do regime, mas como uma conspiração organizada, de nível internacional (COWAN, 2014). De acordo com James Green, os agentes da ditadura se preocupavam imensamente com a *publicidade* que envolvia os desvios sexuais e especialmente de gênero, que reforçavam a ausência de masculinidade e a falta de firmeza viril. Para diversos ideólogos da *segurança*, este tipo de “publicidade” traria prejuízos inimagináveis, afetando essencialmente o público “impressionável”, particularmente a juventude (COWAN, 2014). Esta censura aparente nos registros dos agentes mostra que se originou aqui, partindo principalmente da visão dos censores, a ideia da existência de um “complô” que buscava “normalizar” as práticas “desviantes” de forma que brasileiros “comuns” (especialmente os mais jovens) fossem aliciados a elas.

Esta visão das práticas que se distanciavam da norma-sexual padrão como uma tática silenciosa de aliciamento e degradação, fez com que as preocupações policiais se dividissem em duas áreas centrais: a juventude e o turismo. Esta preocupação extrema

com os jovens, parte da premissa de que as forças de segurança e as instituições “contrassubversivas” assentiam em relação à natureza dos jovens enquanto um nexos explosivo de perigos, envolvendo sexo, cultura e subversão; sendo, sob os olhos dos agentes da segurança, certamente o alvo central dos ataques comunistas, que visavam infringir traços degenerativos contra a moralidade, sexualidade e cultura (COWAN, 2014). Desta forma, os agentes de informações e segurança que compunham o regime ditatorial, manifestavam receios e ansiedades em relação a possibilidade de exposição da juventude – e especialmente a juventude estudantil, de classe média-alta a quaisquer formas de manifestação homossexual.

Neste contexto, as homossexualidades passam a aparecer nas publicações do “Jornal do Brasil”, no início dos anos de 1970, tidos como uma das principais formas de degenerações sexuais, apontando que estas seriam passíveis de prevenção por meio da adoção de normas preventivas no interior da família e do ambiente escolar. Neste momento, a juventude é retratada como o principal alvo do discurso da psiquiatria preventiva, como pode ser verificado em matéria publicada em 20 de abril de 1972 intitulada “Psiquiatras afirmam que o homossexualismo é doença”, apontado ali como uma doença mental da juventude, resultante da crise familiar, sendo mencionado que as causas do “homossexualismo” masculino estariam relacionadas ao grau de rigorosidade dos pais na criação dos seus filhos homens. (AROUCA, 2020)

A criação desta figura de um “inimigo interno”, não se valeu de contornos apenas políticos, mas também morais, ao associar a homossexualidade a uma forma de “degeneração e de corrupção da juventude” os meios oficiais promoveram o pensamento que “em nome dos princípios cristãos, do decoro público, da família e da salvaguarda da juventude, tudo parecia ser legal e permitido. Até mesmo uma modalidade de “repressão preventiva” como a censura prévia que viria em seguida” (QUINALHA, 2017).

De forma que toda a imprensa auto identificada como gay ou quaisquer informações tratando-se de temas relacionados, geravam nos oficiais do CIE grande preocupação “sobre jovens que talvez comprassem estas publicações, ‘de venda livre nas bancas, sem qualquer restrição quanto à idade de eventuais leitores’”, de forma que, membros das forças de segurança e informações agrupavam a homossexualidade juntamente com outras formas de “desvio político”, vigiando tudo com que se relacionasse, desde o humor burlesco, as manifestações culturais e até o ativismo formal.

O ativismo formal começava a se manifestar através de atos públicos, como o ato ocorrido em 13 de junho de 1980, que se deu em razão de o público-alvo das violências sofridas pelas forças policiais serem mulheres lésbicas, negros, gays, travestis e prostitutas, que vinham protestando ativamente contra a violência instalada e

conjuntamente, organizaram um ato público, para o dia 13 de junho de 1980, em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo e, na sequência, tomaram as ruas em passeata. [...] Munidas de panfletos abordavam os consumidores e transeuntes que saíam do Mappin (loja que ficava em frente ao Teatro Municipal). Tentavam explicar àquelas pessoas porque estavam ali: contra os abusos da polícia e a favor das vítimas; contra o abuso que ofendiam sentimentos íntimos, feriam os corpos e torturavam moralmente; para agir contra um modo criminoso que paralisava as pessoas, por meio do terror, com a violência transformando-as em vítimas do medo. As ofendidas eram as putas, as lésbicas e as travestis, que ninguém defendia porque iam contra a regra que queria dominar sem contrastes, eliminando fisicamente as diferenças e as desigualdades. (FERNANDES, 2014, pág. 127);

Oficiais passavam a presumir um vínculo natural entre um suposto “esquema de apoio à atividade de homossexuais”, “esquerdistas” na imprensa e o “alto interesse” que “comunistas” teriam quanto a este “proselitismo”. Afirmando que as organizações clandestinas comunistas tinham recrutado “homossexuais” e “prostitutas” às fileiras dos seus “núcleos de base”, a fim de desestabilizar a Segurança Nacional (COWAN, 2014). Podemos inferir, partindo destas discussões, que aqueles que compunham as agências de controle e forças de segurança, apontavam um esquema de “conspiração”.¹⁸

Cowan (2014), aponta que no início dos anos 1970, em data anterior ao surgimento do Grupo Somos, do *Lampião* e das muitas outras manifestações da identidade homossexual formalizada, havia na ESG “teóricos” que interpretaram o desvio sexual como dado componente de um complô mais amplo, de escala global e revolucionária, composto de inúmeras facções da oposição e dos movimentos sociais, que visavam a desestabilização e segregação dos ideais do regime. As forças de repressão caracterizavam a homossexualidade como parte de um sistema mais amplo, “inspirado”

¹⁸ Apesar de parte da historiografia sugerir que estas ações e conspirações da ESG e dos agentes repressivos sobre a temática das homossexualidades se deram pela consolidação de um “movimento homossexual” no Brasil, me alinho a teoria de que estas foram perspectivas foram influenciadas pelas características dessas instituições reproduziam ou se alinham à lógica conservadora cristã estadunidense do contexto da guerra fria, e considero relevante acrescentar que o movimento homossexual no Brasil era completamente incipiente no final dos anos 1970, e que órgãos repressivos já atuavam reprimindo homossexuais antes de tal período

pelo comunismo internacional, baseado na dissolução moral como base para destruir o Brasil. Partindo disto,

a associação da homossexualidade, particularmente a homossexualidade masculina e transgressões estereotipadas das normas de gênero, com a subversão esquerdista, a degenerescência e o comunismo internacional já datava de várias décadas no Brasil, vinda do início do anticomunismo nacional. Quando o golpe chegou, em 1964, as forças policiais puderam recorrer a uma tradição de vincular atividade homossexual não só com patologia, mas também com ameaças à segurança e à viabilidade do Brasil. [...] com a emergência de um grupo organizado para os direitos homossexuais, estas ansiedades pareceram concentrar-se. Para as forças de segurança, já expostas à ideia do homossexo como arma na guerra revolucionária, o surgimento do ativismo gay identitário augurou um complô contra o estado e a sociedade. (COWAN, 2014, págs. 49-50)

Todos estes apontamentos fazem com que possamos perceber o ambiente de vigilância e registro de atividades relacionadas às sexualidades dissidentes. Autoridades de segurança demonstraram muita preocupação sobre a homossexualidade masculina, categorizando esta como uma prática degenerativa, furtiva, por vezes associada com a subversão comunista e vulnerabilidade política, mas que, entretanto, as relações entre “quase não chamou a atenção de policiais” enfocados na “caça” às sexualidades dissidentes (COWAN, 2014). Partindo deste pressuposto, devemos questionar, onde estão estas mulheres, quais os fatores que levam a ausência da produção historiográfica acerca deste tema, e como é produzido este silenciamento documental, e quais as questões que envolvem a quase inexistência destes dados em bases documentais oficiais.

1.2.Onde estão as mulheres? Silenciamento, invisibilidade e heterossexualidade compulsória

A tratativa de documentos e fontes produzidos nos períodos de exceção requer uma análise cuidadosa e detalhada. Se, observando documentos oficiais e periódicos de grande circulação emitidos durante o período de ditadura civil-militar e início de abertura política, no Brasil, poucos documentos tratam a respeito da homossexualidade, este número é significativamente menor e menos expressivo quando se referem às relações homoafetivas entre mulheres¹⁹. Os estudos de Cowan (2014) sugerem que “quase” ou “nada” pode ser encontrado em registros oficiais sobre lesbianidade, e conclui que esta não chamava tanta atenção das autoridades, sendo considerada um elemento que representava menos “ameaças” a ordem pré-estabelecida que seus correspondentes masculinos. Apesar desta perspectiva ser reiterada pela construção da historiografia produzida nos anos subsequentes, fundamentada na invisibilidade e apagamento das mulheres lésbicas, podemos afirmar que as questões lesbianas apareciam de forma inflamada no cenário político e social, discutindo sobre a afirmação da escolha da mulher quanto à própria sexualidade; as formas de contestação da cultura patriarcal heteronormativas e, conseqüentemente, o questionamento do destino biológico da reprodução, que passa a sugerir que esta se configura não mais pelo “destino biológico” e sim, como escolha.

Estas constatações refletem uma faceta, presente até mesmo na produção historiográfica (nacional e internacional), que tende a invisibilizar determinados(as) personagens. A trajetória das mulheres no processo de inscrição na história está marcada pela posição a elas delegada, onde “enquadradas na condição de “dominadas” e obrigadas “a aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se” (PERROT, 2005). As mulheres desviaram das proibições e buscaram formas de preencher “os vazios deixados pelas disputas depoder e as lacunas da história, fazendo de seu silêncio uma arma contra o modelo masculinizado de produção historiográfica e a dominação masculina, fabricação de imagens” (PINSKY, 2012, pág. 33).

¹⁹ Consideraremos, para esta análise, mulheres cis gênero, que é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu "gênero de biológico", neste caso, mulher cis é uma pessoa nasceu com o órgão sexual feminino e se identifica com o gênero feminino.

As histórias das mulheres têm sido produzidas, e tem buscado romper com o silêncio produzidos sobre estas trajetórias. O essencial, observa Pollack (1989, pág. 04), é que visualizemos as resistências, as lacunas, e os espaços vagos presentes na narrativa da história, em vias de privilegiarmos em nossos exercícios “a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias”. O silenciamento de mulheres na narrativa da história é resultado, pois, de um processo de subalternização que ocorre em razão da política da história, que tende a privilegiar sujeitos, ambientes e costumes em detrimento de outros, deste modo, também devemos considerar que

a história das mulheres é uma história recente. Elas não poderiam escrever as suas experiências se estavam englobadas em um sujeito único universal, masculino. Tradicionalmente a mulher tem sido ignorada, excluída como objeto histórico. Michelle Perrot, historiadora francesa, em *Une histoire de Femme est-elle possible*, lembra-nos que desde que a história existe como disciplina científica, ou seja, a partir do século XIX, o lugar das mulheres dependeu das representações dos homens, os quais foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Portanto, reescrever a história pressupõe desconfiança em relação às categorias dadas como universais, privilegiando as singularidades, as pluralidades, as diferenças. O simples desejo das mulheres de fazer a sua história é sinal de sua reconciliação com a História, porque a história do gênero feminino é fundamental para se compreender a história geral. (COLLING, 2014, pág. 13)

A censura e o silenciamento foram as mais consistentes formas de repressão sofrida por aqueles que destoavam da norma padrão, conforme assinalado no tópico anterior. Contudo, isso é ainda mais evidente ao se tratar das mulheres lésbicas.

A existência de atuação de mulheres lésbicas no cenário político-social está fortemente ligada à sua associação ao movimento feminista, o que Rachel Soihet aponta que gerava grande temor entre as mulheres de se autodeterminarem feministas, uma vez que comumente, a relação estabelecida entre feminismo e lesbianidade se configurava como zombaria, a fim de desestabilizar os grupos feministas. Soihet recupera um trecho, onde é possível perceber o tom de escárnio e zombaria e,

“Aliás, sobre a sexualidade feminina, a desinformação grassa no jornal em foco. A passividade feminina na relação sexual é considerada como algo consagrado. Pedro Ferreti discutindo a questão pontifica: “Se a mulher quiser ser igual ao homem, ela que, basicamente é passiva no sexo, vai trocar de sexo. Não estou recriando lésbicas. Estou tentando expor um fato psicológico e biológico”. (SOIHET, Raquel. 2005, pág. 594)

Os estudos de gênero e das mulheres se consolidou como um campo sólido desde a primeira década dos anos 90. A respeito destas contribuições, podemos recuperar os apontamentos de De Lauretis (1994) acerca do ideário essencial nas “grandes narrativas históricas e filosóficas”, caracterizado por estudos já tematizados, ainda que com ressalvas, pela histórica obra: “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, que aponta que grandes mudanças aparecem

Ao dizer que ninguém nasce mulher, mas torna-se, Beauvoir questiona o ideário da essência feminina, tão caro aos tratados científicos e filosóficos. Porém, sua posição quanto à homossexualidade feminina possui aspectos contraditórios que, nos dizeres de Navarro-Swain (1999), a respeito do capítulo dedicado ao lesbianismo: “o traço mais marcante desse texto poderia ser a referência maior e constante ao homem, às relações heterossexuais e sua ‘normalidade’ em suas reflexões sobre o lesbianismo” (DE LAURETIS, 1999, pág. 114)

Esta passagem infere a perspectiva de que o feminismo em Simone de Beauvoir estava, portanto, carregado de discursos calcados na “normalidade” e no “moralismo heterossexista”²⁰. As contribuições de Lessa (2003) sugerem, entretanto, que o silêncio profundo é a marca mais visível quando tentamos pensar nas questões relativas à lesbianidade. Cowan (2014) aponta, inclusive, que as forças de segurança do regime parecem “não haver tido muita certeza quanto às diferenças entre lesbianismo e feminismo, especialmente dada a emergência do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF)”. Apesar de costureira entre os membros das forças de segurança, os grupos feministas e os grupos de mulheres lésbicas não se configuravam de forma homogênea.

Soares e Costa (2012), apontam que a tendência do movimento feminista durante a década de 1970, foi estabelecer a convivência com mulheres feministas lésbicas sem, entretanto, preocupar-se com a desconstrução da heteronormatividade presente na pauta política e teórica, e que apesar de algumas mulheres lésbicas articularem grupos específicos para suas demandas, muitas lésbicas feministas construíram sua atuação política em conjunto com os grupos feministas, o que em certa medida não corroborou para o rompimento da invisibilidade das mulheres lésbicas neste cenário. A produção do silêncio histórico, de maneira adversa, se reproduz em grande parte dos escritos acadêmicos que tratam dos temas relativos à homossexualidade. Lessa (2003), aponta que

²⁰ Ver: LESSA, Patrícia. “O que a história não diz não existiu: a lesbianidade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres”. Em tempos de histórias, Brasília, n° 7, pág. 4, 2003.

O silenciamento das vozes sociais não é o simples apagamento dos seus personagens, mas o silêncio marca uma existência abjeta, indesejável, por isso quando se proíbem certas palavras de circularem proíbem-se junto a elas certos sentidos. Orlandi (1993, pág. 75) fala de três tipos de silêncio: 1) fundador; 2) silenciamento: política dos sentidos e 3) silêncio e vozes sociais. Para o primeiro a relação entre o dito e o não-dito pode ser contextualizada sócio-historicamente em relação ao poder dizer. Para a política do silêncio existe um recorte entre o que se diz e o que não se diz. O silêncio busca o apagamento de outros sentidos, porém não se pode ficar fora dos sentidos tanto quanto não se pode ficar fora da história. (LESSA, 2003, pág. 5).

O surgimento de um movimento lésbico está diretamente associado ao movimento feminista efervescente na década de 1980 no Brasil. Associadas a estes grupos, mulheres lésbicas buscavam visibilidade para suas pautas. O feminismo, enquanto marco epistemológico e político possibilitou teorizar a “organização sexuada e hierárquica da sociedade”, onde “a mulher” pensada como oposto complementar ao homem foi marcada com o selo do natural, da passividade, da sensibilidade, da fragilidade.²¹

Daí os feminismos pensarem a “heterossexualidade compulsória” como uma regra universalizante que determina os papéis sexuais e o local que cada um deverá ocupar nas sociedades. Com o par binário - o homem e a mulher -, imprimem-se os papéis de verdadeiro homem e verdadeira mulher e assim a tolerância às práticas sexuais diversas ficam na dependência do grau de hegemonia da heterossexualidade. A assimetria nas relações é também histórica (LESSA, 2003).

O desenvolvimento dos feminismos no Brasil, segundo Costa e Soares (2012), resistiram à incorporação das questões das mulheres lésbicas em sua produção teórica e agenda política, apontando que parte dos movimentos se deixou intimidar pela pressão social produzida pela conjuntura da época que exigiu o silêncio sobre a lesbianidade e sua invisibilização, em busca de respeito e reconhecimento “pela esquerda brasileira, pela intelectualidade acadêmica, pela Teologia da Libertação, pela mídia, pela sociedade, em geral, no momento pós-ditadura no Brasil” (COSTA; SOARES, 2012, pág. 08). Em contrapartida, Lessa (2003), sugere que desde os anos 70, autoras como Monique Wittig e Adrienne Rich apontavam a uma identidade política, que colaboraria para a quebra do binarismo social, afirmando a impossibilidade material desta dicotomia(homem/mulher), pois, nestas relações, o “homem”, pólo superior da relação heterossexista, não está

²¹ Ver: NAVARRO-SWAIN. A Invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário.

presente. Desta forma, podemos conceber que a ausência do masculino na relação entre mulheres “é a causa de sua recusa ou mesmo deturpação ao longo da história” (LESSA, 2003, pág. 06).

É cabível afirmar que a possibilidade de orientação sexual, fora do padrão heteronormativo, como a lesbianidade, não esteve em primeiro plano, ou dada como prioridade, pelos movimentos feministas. Costa e Soares sugerem que as mulheres lésbicas passaram a ser consideradas como “um tipo de ameaça” pois, mesmo que estivessem inseridas na discussão da sexualidade – elemento fundamental para as discussões feministas –, e lutassem também por causas que fizessem parte da agenda heterossexual (como questões de contracepção e aborto), ainda possuíam questões particulares que fomentavam o medo da descredibilidade entre o movimento feminista (FALQUET, 2006). Dentro deste cenário, é possível identificar a necessidade de algumas feministas e integrantes do movimento de mulheres no Brasil de negar a lesbianidade (OLIVEIRA, 2007) “buscando obter reconhecimento ou para não afastar mulheres que sentem receio de serem confundidas com lésbicas” (COSTA; SOARES, pág.08).

O processo de constituição do Feminismo como marco epistemológico e político tornou possível pensar na organização sexuada e hierárquica da sociedade (LESSA, 2003). “A mulher”, então pensada como oposto complementar ao homem foi marcada com o selo “do natural, da passividade, da sensibilidade, da fragilidade” (Navarro- Swain, 2000). Daí, a necessidade de os feminismos

pensarem a “heterossexualidade compulsória” como uma regra universalizante que determina os papéis sexuais e o local que cada um deverá ocupar nas sociedades. Com o par binário - o homem e a mulher - imprimem-se os papéis de verdadeiro homem e verdadeira mulher e assim a tolerância às práticas sexuais diversas ficam na dependência do grau de hegemonia da heterossexualidade. A assimetria nas relações é também histórica. (LESSA, 2003, pág. 05)

Estas afirmações apontam o evidente receio de que, ao tratar do tema, ou assegurar visibilidade para questões homoafetiva entre mulheres, as integrantes do grupo feminista pudessem ser “confundidas” com lésbicas, conforme Rachel Soihet já havia apurado. Acrescente-se que tal receio era tamanho que participantes do movimento se dispunham a ceder entrevistas “apenas quando esclarecidas de que a pesquisa visava a discussão sobre lésbicas e não com lésbicas” (COSTA; SOARES, 2012, pág. 14). A visibilidade de

uma orientação sexual “dissidente” precisaria também ser “negociada” dentro do movimento feminista (MEINERZ, 2013).

É a partir da segunda onda do feminismo, conforme aponta Kessler (2020), que a realização de debates sobre a esfera pessoal, envolvendo temas mais abrangentes como as sexualidades e direitos sexuais, passou a permitir um maior questionamento sobre a norma heterossexual. A forte ligação com o movimento feminista e com o e as pautas homossexuais, possibilitou que as mulheres lésbicas conseguissem espaços nos debates da sociedade. Entretanto, apenas a partir da segunda metade da década de 1980 é que movimento lésbico passou a se tornar mais visível no feminismo brasileiro e começou a se articular. Kessler (2020), aponta que nos anos 1990, houve notável fortalecimento de grupos e núcleos formados por ativistas lésbicas militando e ampliando sua visibilidade.

Partindo destas constatações, podemos considerar que a conquista de um espaço (político e social) que fosse exclusivamente voltado às mulheres lésbicas começa a aparecer efetivamente, na esfera pública, em meio à redemocratização do país. Anteriormente a isso as pautas discutidas por essas mulheres se misturavam e estavam, em certa medida, subordinadas às questões do movimento feminista e as questões relativas às homossexualidades, especialmente de homens, tendo um caráter secundário associado às suas demandas (ALVES; MOREIRA; PRADO, 2020).

A história do movimento lésbico, tem ponto de partida o final da década de 1970, quando o movimento homossexual passou a ser entendido enquanto um movimento social na arena política (CARRARA, 2010; FACCHINI, 2003). Apesar de haver registros anteriores de associações e grupos homossexuais, as reuniões que marcariam o início desta trajetória, a partir de então, se organizavam em torno de pautas de militância e, assim, é fundado o Grupo Somos²² (FACCHINI, 2003). A fundação do Somos, entretanto, não significaria a consolidação de um meio homogêneo, pois em um primeiro momento, ficou marcada a ausência de espaços para as demandas lésbicas (ALVES; MOREIRA; PRADO, 2020). Com a centralidade do Somos nas questões dos homens gays e a reemergência do movimento feminista influenciaram a criação de um grupo dissidente, chamado Grupo Lésbico Feminista (LF). A questão que motivou a ruptura entre os gays e as lesbianas foi a percepção de que a homossexualidade não suprimia a assimetria de poder existente entre homens e mulheres. A disparidade entre os gêneros

²² O primeiro grupo de afirmação Homossexual fundado no Brasil.

tornava as demandas lésbicas como aspectos secundários, e fortaleciam as características de uma sociedade baseada em preceitos patriarcais. Desta forma,

A força das tensões entre as lesbianas e os gays no cenário nacional acabou fazendo as militantes lesbianas do recém-inaugurado movimento homossexual optarem pela autonomia, formalizando, no interior do grupo Somos, a constituição de um subgrupo exclusivo de mulheres, que passou a ser chamado Lésbico-Feminista (LF), em junho de 1979. Tal opção foi radicalizada pela fundação do Galf em maio de 1981). (LESSA, 2007, pág. 93)

A aproximação dos grupos lésbicos com os feminismos, por muitas vezes, foi vista com descontentamento por parcelas de militantes que afirmavam que estes processos promoviam a despolitização de algumas questões lésbicas (MARTINHO, 2006). No entanto foi por essa via que pautas defendidas pelas lesbianas alcançaram espaço no cenário político brasileiro (ALVES; MOREIRA; PRADO, 2020).

Considero relevante ainda apontar que a atuação feminista no Brasil foi base fundamental para o desenvolvimento de questões que vão muito além desta concepção primária, definindo grande parte das categorias de estudo que pensamos atualmente quando definimos categorias como “mulher”, “mulheres” e “gênero”. A relevância das abordagens feministas se dá pelo fato de que estas marcaram o processo de emancipação e libertação feminina, que é marcado por articulações e demandas diferentes, tornando-se um movimento capaz de criar espaços para debates de minorias sexuais e étnico-raciais.

Quando pensamos no feminismo enquanto um processo em movimento, que foi se construindo em torno de constantes lutas e avanços, é possível falar de pelo menos duas ondas. A primeira, marcada pelo conservadorismo teve

início no final do século XIX e se estenderam pelas três primeiras décadas do século XX. O movimento sufragista, que teve à frente Bertha Lutz, foi o foco da primeira tendência. Essa fase era a do feminismo "bem comportado" e sinalizava o caráter conservador desse movimento. Nesse momento, ainda não era questionada a opressão da mulher (ALVES, 2013, pág. 114).

Já em sua segunda fase, o feminismo já começava a se distanciar do conservadorismo, e

reunia mulheres intelectuais, anarquistas e líderes operárias, sendo que defendia o direito à educação, abordando temas como a dominação masculina,

a sexualidade e o divórcio. Por sua vez, a terceira vertente era "o menos comportado dos feminismos", que se expressava através do movimento anarquista e do Partido Comunista. [...] É a partir dessas novas ideias que o feminismo se expande pelo mundo e inicia-se um período de movimentos sociais feministas. O tradicionalismo sobre a mulher perde suas forças e o novo pensamento feminino começa a ganhar a adesão das pessoas (ALVES, 2013, pág. 115)

No Brasil, o movimento feminista tem papel fundamental da luta contra a ditadura militar. A partir da década de 1970, os primeiros temas relacionados ao feminismo começam a fazer parte dos eventos e fóruns nacionais. A expressividade do movimento feminista no Brasil passa a se acentuar através dos debates públicos sobre o papel da mulher na sociedade, além de marcar a aproximação do mesmo com a esquerda e os conceitos marxistas, em busca de legitimidade. Já na década de 1980, com o processo de transição democrática já em curso, o movimento ganha força e se aproxima de outros movimentos sociais, abordando pautas que se aproximavam de questões raciais, de classe, e de sexualidades dissidentes, marcando uma nova fase do movimento, caracterizada pelo afastamento do feminismo tradicional, voltado para classe média-alta e branca (ALVES, 2013).

1.3. A fuga da norma e o lançamento à abjeção: sexualidades marginais

Partindo dessas análises, podemos constatar a necessidade de debates acerca da moralidade heteronormativa²³ consistente com o regime de valores e moralidades idealizados pela ditadura civil-militar brasileira. Para tratar sobre o conceito de heteronormatividade enquanto a prevalência social de relacionamentos heterossexuais na sociedade ocidental, é necessário reiterar como este conceito se estabelece historicamente.

A heteronormatividade não influencia apenas as vivências das mulheres (lésbicas ou não), mas condiciona a constituição de seus projetos, uma vez que define perspectivas como casamento, maternidade e comportamento sexual. Sobre isto, Kessler (2020) afirma

²³ Este termo foi cunhado em 1991 e surge com o objetivo central de desestruturar a fórmula binária da hetero/homossexualidade, explicando não se tratar de verdadeira oposição, mas sim, de um sistema interdependente que procura reinserir e promover a manutenção de uma hierarquia que estabelece como "privilégio" a ordem heterossexual e despreza e subordina sujeitos homossexuais.

que a heteronormatividade está relacionada com a naturalização da heterossexualidade e uma ligação obrigatória entre sexo e reprodução. A heteronormatividade legitima práticas sexuais que reforçam a instituição familiar como forma de vida coerente, desejada e natural.

A heteronormatividade não se restringe a uma obrigatoriedade para que as pessoas sejam heterossexuais (o que Adrienne Rich (2010)⁷ entendia como heterossexualidade compulsória), mas principalmente para que se aparente ser heterossexual. Dessa forma, a heteronormatividade é uma estrutura de poder que reafirma a binaridade, tanto em casais heterossexuais como em homossexuais. Junto a outras formas de poder, tais como o racismo e o machismo, a heteronormatividade perpetua o privilégio de determinados grupos na sociedade, hierarquizando os sujeitos. (KESSLER, 2020, pág. 49)

Os estereótipos de mulheres lésbicas que se adequam aos padrões estéticos e às imagens representadas na pornografia²⁴ aproximadas à uma imagem que busca manter os padrões hegemônicos, são consideradas mais “aceitas”, uma vez que não se apresentam tão distantes do padrão moral-sexual estipulado. Isto significa dizer que o modelo heteronormativo como um sistema de organização da sociedade pressupõe a heterossexualidade como “normal” e “natural” diante das várias outras formas de vivência das sexualidades. Deste modo, as normas que definem a sexualidade exigem o casal formado por um homem e uma mulher (cis gênero), afetivo-sexualmente complementares “opostos em seus papéis sociais e sexuais – criticado paradigma naturalista, como inerente a cada um dos sexos –, monogâmicos e, preferencialmente, dentro de instituição do casamento” (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2010, pág. 730).

O conceito de heteronormatividade está profundamente associado à compreensão que rege o modo de operação do processo de separação e classificação dos indivíduos dentro de espaços sociais específicos e, por consequência, é inevitável a necessidade de análise das estruturas intrínsecas a ele: os conceitos de *poder* e *norma*. Foucault afirma que as relações com o poder não se dão de maneira potestativa e contratual, apontando que o poder não se detém, e tampouco é algo do qual se possa dispor, aponta ainda que também não se trata de uma relação cuja ideologia poderia ser capaz de embaralhar os seus verdadeiros contornos e que, ao sermos capazes de perceber isto, poderíamos tomar o poder pelas mãos e instaurar novos tipos de relações. Araújo (2018) aponta que quando

²⁴ TOLEDO, Livia Gonsalves e TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. Arq. bras. psicol. [online]. 2013, vol.65, n.3, pág. 376-391. ISSN 1809-5267

as elaborações de Michel Foucault sinalizam para a composição de um outro tipo de poder (essencialmente a partir do século XVIII), cuja atuação se distinguia do poder técnico-jurídico anterior, ele está justamente apontando para uma nova configuração estratégica que não mais age interditando e excluindo os corpos - em oposição ao que ele denominaria de poder normalizador.

O conceito da *norma*, a partir deste momento, ganha maior densidade teórica com a exploração Foucaultiana dos mecanismos de poder imbricados na constituição das positividades (VEYNE, 2014), dos objetos e dos sujeitos de determinados campos de saber. Fonseca (2014), apontará que não se trata de uma norma que serviria de princípio de distribuição entre os campos do normal e do anormal, mas “das próprias técnicas e estratégias de constituição e fabricação do que será considerado como cada um” (ARAÚJO, 2018, pág. 649). A normatização deixa de ser vista, então, como um vetor que estratifica as condutas tidas como lícitas e ilícitas e passa a dizer respeito a este movimento de produção do que viria a ser considerado normal e, por conseguinte, o anormal. É desse movimento de construção que a própria norma emerge, de forma que não se pode “pensá-la como exterior ao seu domínio de aplicação, e isto não apenas devido ao seu caráter produtivo desse domínio, mas sobretudo porque ao produzir o seu campo de atuação, ela produz a si mesma” (ARAÚJO, 2018, pág. 650). A definição de uma desta categoria implica na invenção de uma categoria de corpos, sujeitos, condutas e formas de vida anormais em referência a uma normalidade, residindo nisto a essência relacional da norma: o par normal-anormal que não se confrontam em termos e contradição nem de exterioridade, mas de inversão e polaridade. Segundo Portocarrero

[...] a definição do anormal é posterior à da norma, pois é a negação lógica do normal. Contudo, é a anterioridade histórica do futuro anormal que suscita a intenção normativa”. Com efeito, ao qualificar negativamente tudo aquilo a que proíbe, a existência da norma só faz sentido nessa pretensão de unificação do diverso, isto é, a norma não tem nenhum sentido se considerada isoladamente. Desse modo, a criação de corpos anormais requer, em concomitância, a invenção de uma norma que só poderá efetivar-se em seus mecanismos de normalização se e somente quando tiver um conjunto de anormalidades ao qual se reportar. Em síntese, a norma funciona como “expressão de uma preferência e instrumento de uma vontade de substituição de um estado preferível de coisas ao qual se tem aversão por um outro considerado preferível (PORTOCARRERO, 2004, pág. 145).

Esta formulação que agirá diante da gigantesca e incalculável multiplicidade de corpos distribuídos que compõem o tecido social, é fruto das práticas sociais que podem

engendrar saberes que são capazes de estabelecer uma nova norma e a partir dela suas derivações (ARAÚJO, 2018). O recorte estabelecido pelos parâmetros sexualidade, atua sobre a conjuntura da qual se assenta nossa sociedade, e este é caracterizado por um padrão que eleva a heterossexualidade à condição de superioridade, eliminando a possibilidade de “equivalência” real, lançando sob o manto da anormalidade todo tipo de conduta que infringente, ou atenta contra a regra, sob efeitos da denominada matriz heterossexual (BUTLER, 2016).

Segundo Araújo (2018), o procedimento de construção dessa matriz heterossexual moderna aponta as técnicas e as práticas que possibilitam a produção e a conformação dos próprios sujeitos enquanto resultados de uma íntima relação com o sexo, onde a categoria “sujeito” está intimamente ligada à categoria “sexo”, “tratando-sede uma espiral impulsionada pelo dispositivo da sexualidade, em que a criação contínua de sujeitos abjetos serve à reprodução e reafirmação da condutaconsiderada correta” (ARAÚJO, 2018, pág. 651). Desta forma, o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, que presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido, é necessário que haja um sexoestável, expresso por um gênero estável, definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade (BUTLER, 2016).

Tudo aquilo que subverte a norma, que não se encaixa dentro do estabelecido na malha social, é passível de estar além da margem, enquanto considerados abjetos, que não faz sentido, que não podem ser legitimamente reconhecidos dentro de uma matriz cultural hegemônica calcada na heteronormatividade, de forma que suas vidas são tidas como descartáveis e sua própria humanidade é questionada (Butler, 2000). Desta forma, tendenciosamente, os processos externos ao corpo e ao sujeito, operam segundo mecanismos e práticas de normalização, no sentido da busca por uma certa “estabilidade sexual” (que pode se dar através da vigilância, esquadrinhamento, separação, análise e classificação dos corpos individuais). Araújo (2018) atenta para o fato de que o dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global”, conforme explica Foucault (2011, pág. 118). Neste sentido, Louro aponta que

o dispositivo da sexualidade vinha sendo construído pelos discursos da igreja, da psiquiatria, da sexologia, do direito, desde finais do século XIX. Tais discursos produziram classificações, dividiram indivíduos e práticas, criaram “espécies” e “tipos” e, simultaneamente, modos de controlar a sexualidade. Produziram sujeitos e corpos ou, para usar a contundência de Judith Butler, se constituíram (e continuam se constituindo) em discursos que “habitam os corpos”. (LOURO, 2007, pág. 136)

Podemos inferir que, a partir destes apontamentos, que nas estratégias em jogo colocadas pelo dispositivo da sexualidade, o processo que diz respeito a norma atua mediante práticas que seguem em direção a essa multiplicidade que pode e deve redundar em corpos individuais e que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos (FOUCAULT, 1999), em nome da manutenção das bases, de forma que a fabricação dos corpos se dá num contínuo controle empregado por entre e sobre os indivíduos, controle exercido no nível da política dos corpos, mas cujos efeitos se realizam no constrangimento de suas próprias virtualidades. Araújo (2018) aponta que a operacionalidade do poder que atua considerando o assujeitamento dos corpos a partir de uma “normalidade sexual; normação, portanto, em que a norma se apresenta nos corpos cujos comportamentos, desejos, afetos, condutas, trejeitos e, portanto, cujo modo de vida é a heterossexualidade” (ARAÚJO, 2018, pág. 653); Miskolci afirma que a ordem social

expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade. Muito mais que a questão de que as relações com pessoas do mesmo sexo são compulsórias, a heteronormatividade sublinha um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle até mesmo daqueles que se relacionam com pessoas do mesmo sexo (MISKOLCI, 2009, págs. 156-157).

É possível inferir, a partir do exposto, que a sexualidade é dada como um elemento regulador que funciona como aparato normativo de condutas e opera como meio de inteligibilidade dos corpos, enquanto “possibilita uma taxonomia sexual das subjetividades, todas forjadas segundo uma norma capaz de constranger os corpos em sua direção sob pena de se constituírem como perversos sexuais, como anormais” (ARAÚJO, 2018, pág. 659), neste contexto, esta norma, é a heterossexualidade. A atuação desta configuração se dá frente a uma gama de relações intrincadas e,

Diante da multiplicidade das formas de vida possíveis, da infinidade dos caminhos do desejo, das diversas possibilidades estéticas de se relacionar com o gênero, da pluralidade sexual no tecido social, todo um conjunto de técnicas de poder e enunciados de saber se emaranham ao ponto de estabelecerem no

real uma norma cuja positividade encontraria concretude na figura da heterossexualidade. Assim, traça-se uma régua de normalização a partir da qual se pode estabelecer níveis de normalidade dos corpos e das populações. Quanto mais próximos aos padrões heterossexuais esperados, maior o grau de normalidade, ao passo que, quanto mais distante, maior o grau de anormalidade. [...] Dessas reflexões é possível inferir que no conjunto composto pelos anormais – gays, lésbicas, bissexuais, intersexuais, transexuais, transgêneros, travestis, queer, etc. – quanto mais colado aos ditames da regra de normalidade estabelecida, menos anormal se é no interior desse grupo tido como perversos da ordem sexual. Assim, criam-se outras rachaduras dentro do próprio grupo considerado como um “universal anormal” no campo da sexualidade, a partir das quais se pode precisar uma catalogação e estabelecer uma hierarquia entre esses corpos, constituindo, dessa forma, anormais mais próximos da normalidade e anormais mais distantes, e entre eles toda uma gama heterogênea de perversidades. (ARAÚJO, 2018, pág. 657)

Partindo da atuação da *norma* como parte essencial do processo de formulação das práticas sociais, é possível considerar as maneiras, os enredamentos da *heteronormatividade* que afetaram personagens localizados/as além da margem ou *aquém* da norma durante o regime ditatorial civil-militar brasileiro. O fato de os dados acerca do regime pouco ou quase nada terem registrado acerca de mulheres lésbicas, reflete este processo, tanto é assim, que dos 794 dossiês do Dops examinados apenas dois fazem menção a homossexualidades masculinas, um à travestis, e nenhum registro é encontrado sobre lésbicas. Isto está associado ao processo de abjeção dos corpos das mulheres que romperam a norma e, perdendo suas qualificações como sujeitos, são (des)caracterizadas como algo além da margem.

CAPÍTULO 2 - O ESTADO DE GOIÁS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

O golpe civil-militar em abril de 1964 foi construído lentamente. Baseado no alarde da “iminente ameaça de uma revolução comunista” no país, a sensação de constante insegurança foi difundida no âmbito da sociedade. Este cenário de constante tensão contribuiu substantivamente para a construção histórica do comunismo como “um movimento que visava à anarquia, a desordem, como também pela falta de valores cristãos e acima de tudo provocar um atentado contra a propriedade privada” (BORBA, 2012). Esta premissa passou a associar quaisquer ações que confrontasse o regime como uma ameaça que deveria ser combatida em nome da segurança nacional, conforme mencionado acima.

O projeto de desenvolvimento acelerado baseado no rápido crescimento econômico capitalista, implementado desde Kubistchek, foi mantido como princípio dos civis-militares que se organizavam, instaurado sob uma atmosfera que se distanciava “do populismo e do nacionalismo radical” (DUARTE, 2010). Este projeto, não englobava a totalidade dos cidadãos e, portanto, dos interesses nacionais e regionais, de forma que se estabeleceu baseado nos interesses das elites. Em Goiás, esta configuração, também visava à “segurança nacional” de maneira que culminou em outros projetos com os mesmos fins, a favorecer a concentração fundiária e a expulsão, do campo, de lavradores, pequenos proprietários rurais e comunidades indígenas.

Frente ao contexto de tensões políticas, em 1961, que redundaram em tentativa de golpe, o governador de Goiás, Mauro Borges, convocava a população civil, inflamando-os para se organizarem através de resistência armada, movimentando todas as possibilidades na tentativa de conter o golpe de Estado que se ensaiava por trás das cortinas (BORBA, 2020). Publicado em 1961, o *Manifesto a Nação*, argumentava sobre as movimentações que se articulavam no sentido de impedir a posse do então vice-presidente João Goulart, apontando que

Se os ministros militares ultrapassarem as raias da legalidade, em que legitimaram suas determinações, estão os subordinados exonerados do dever de obediência, pois a ordem legal difere da inconsciência. Se a vontade do povo não for respeitada, se tentarem mistificá-la e em seu nome ousarem lançar o País na degradação de uma ditadura, sob a alegação já desmoralizada e a que falta de mérito da originalidade, só nos resta um caminho – fazer o apelo dos

grandes momentos e das grandes crises: a resistência legalista, democrática e patriótica. Lutemos tão logo seja oportuno e enquanto for possível, pelas formas que se fizerem necessárias, porque, depois de implantado e consolidado o regime de opressão, será muito difícil destruí-lo e restabelecer a legalidade democrática, devolvendo ao povo a sua dignidade conspurcada. Convocamos a resistência, à repulsa aos aventureiros, a todos os Governadores, Prefeitos e Vereadores que hauriram no consentimento popular a legalidade do seu mandato e cuja vida política passaria agora a depender unicamente do beneplácito de usurpadores. O povo brasileiro, atingida sua maioria política, consciente de seus destinos, repudia a tutela, tanto no plano interno como no plano externo. (...) Aos companheiros e ao povo de Goiás, peço para que se mantenham calmos, que aguardemos as decisões do Congresso e dos responsáveis pela manutenção da paz social, pois da atitude deles, dependerá a nossa palavra de ordem (DIÁRIO DO OESTE, 29/08/1961, pág. 08).

Também se mobilizaram os sindicatos, entidades estudantis e organizações sociais no Estado, inclusive formando comissões que buscavam recrutar números significativos de “adeptos a defesa do Constituição brasileira” (BORBA, 2020). Esses grupos, compreendidos como membros de uma “resistência democrática” traçavam objetivos, estratégias e planos de ação (DIÁRIO DO OESTE, 30/08/1961).

Com os indícios de consolidação do golpe-civil militar em 1964, Mauro Borges, passou a sofrer oposição de alguns setores no seu partido ao tentar implantar “um modelo de governo com uma administração planejada e com base em ideias “progressistas” destacando como uma das principais ações do governo os problemas agrários” (BORBA, 2020). Outros fatores que incentivaram o desagrado entre Mauro Borges e parte do PSD foram

a aproximação do governador com os Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) que passou a compor o governo Mauro Borges, como também a participação de indivíduos que estavam inseridos nas lutas dos posseiros contra a grilagem de terras, como é o caso de seus assessores João Neder e Tarzan de Castro, este último estudante e membro das Ligas Camponesas e um dos responsáveis pelo movimento em Goiás. (BORBA, 2020, pág. 05)

A formulação do governo de Mauro Borges, baseada na preocupação agrária e desenvolvimento econômico fortaleceu as questões entre este e os grupos mais conservadores de seu partido, que passaram a associar a imagem do governador a políticas de esquerda e, não obstante a isto, a participação do mesmo em movimentos e interesses comunistas, mesmo que o governador tenha reprimido severamente os movimentos que se articularam em prol da luta pela terra (MACIEL, 2014).

Apesar da postura repressiva e das velhas práticas políticas adotadas pelo governo Mauro Borges (FÁVARO, 2014), houve grande mobilização em torno do mesmo, e este adquiriu um caráter radicalizado e considerada de apelo popular (MACIEL, 2014). Porém, como critica Maciel (2014), “a própria dimensão burguesa deste programa impediu o desenvolvimento de uma perspectiva política mais autônoma por parte da esquerda goiana”, o que se agravou em momentos de desagregação, como na adesão ao governo Mauro Borges, na conjuntura do golpe de 1964 e, posteriormente, nas formas de enfrentamento da Ditadura. Esta faceta de repressão e esfacelamento no governo goiano se inicia logo após o golpe, onde

O governo Mauro Borges desencadeia intensa repressão sobre a esquerda goiana, mesmo sobre militantes que participavam do seu governo, no intuito de mostrar-se confiável ao governo militar e assim esvaziar as manobras dos que defendiam a sua deposição. Neste momento ocorre “a primeira queda do PCB”, com o “esfacelamento” do partido em Goiás, segundo um dos depoentes. (MACIEL, 2014, pág. 374).

Maciel (2014), afirma que a intensificação da repressão nos primeiros anos da ditadura civil-militar promove também quedas na esquerda. O governo militar desencadeava forte ofensiva e perseguição repressiva contra os meios estudantis e universitários, expulsando alunos, perseguindo e demitindo professores das instituições de ensino. Os jornais exerceram um importante papel durante estes processos. A construção de terror anticomunista que formularia o principal fator argumentativo direta conservadora em direção ao golpe civil-militar foi, em grande medida, estimulada pelos meios de produção midiática. As diversas matérias publicadas em periódicos de circulação nacional e regional davam a entender que – se não houvesse uma ação rápida para conter os comunistas – a revolução seria uma questão de tempo.

Essa movimentação da imprensa serviu como estopim para a supervalorização de ações produzidas pela atuação dos movimentos de caráter socialista, de esquerda e estudantis no Brasil, o que desencadeou um processo de terror que ecoou entre a sociedade civil, tornando-a campo fértil para o apoio à concretização de uma ditadura militar, ilustrando como a grande imprensa esteve ligada a esses grupos, no intuito de “forjar a necessidade histórica de um golpe de Estado para colocar ordem à situação política do país.” (BORBA, 2020, pág. 02). Neste mesmo sentido, a atuação midiática foi profundamente impactante na construção dos novos meios que traziam à tona críticas e

dados relevantes, em meio as inúmeras censuras e empastelamentos sofridos pelos veículos de informação.

Neste cenário, diversos eram os veículos de oposição que circulavam sob a mira dos censores e da polícia. Um destes, um veículo goiano, cuja duração atravessaram 23 anos, deixou um legado importante. Com o título de *Cinco de Março*, o periódico teve duas fases: uma que se estendeu até a década de 1970, caracterizado por forte ataques aos governos (federal, estadual e municipal), “recheado de jargões, vícios e gírias, com foco no jornalismo opinativo”; e após 1970, devido inclusive ao endurecimento do regime militar, aproximando-se do conteúdo noticioso, mais ameno, “ouvindo os dois lados” e analisando as situações com maior cautela, mas

[...] Apesar da censura, do empastelamento²⁵ e das transformações que o enfraquecimento da vida democrática do Brasil durante o golpe militar de 1964 causou na imprensa em geral, o *Cinco de Março* continuou mantendo a sua linha editorial voltada para denúncias de corrupção, má prestação de serviços e descuido com o caráter público inerente ao Executivo e Legislativo. Para o professor Joãoimar Carvalho de Brito Neto: “Os jornais da época eram todos jornais conservadores, bem situados. E o *Cinco de Março* era um jornal semanário. Saía todas as segundas-feiras e seu ponto forte eram denúncias de noticiário de povão, tinha grande crítica na parte política, incomodava a Deus e todo mundo, o que gerava medo nos políticos”. (BORGES; LIMA, 2008, pág. 83-84)

2.1 *Ka Entre Nós*: o bar frequentado por mulheres lésbicas que se tornou notícia em Goiânia.

A historiografia tende a invisibilizar determinados(as) personagens, e esta condição se estreita através de nichos ainda mais específicos produzindo diferentes camadas e níveis de silenciamento. Na última década e, em especial nos últimos anos a produção historiográfica acerca das histórias das mulheres²⁶ tem despontado de forma

²⁵ O empastelamento dos jornais consistia na ação da Polícia em misturar as caixas de tipos que compunham os linotipos para a impressão dos jornais. Geralmente, os policiais derrubavam milhares de tipos (letras metálicas de diversas fontes e tamanhos), misturando-os. Muitas ações da Polícia contra os jornais contavam ainda com a depredação de seu patrimônio físico, mas só a mistura das caixas de tipos inviabilizava o funcionamento dos veículos por meses.

²⁶ Considerando aqui as muitas histórias e as diversas trajetórias que englobam o amplo conceito de “história das mulheres”.

significativa e, não obstante a isto, também são extremamente relevantes o crescente interesse pelos assuntos que se relacionem às homossexualidades.

Todavia, mesmo diante destas considerações, ainda é possível notar níveis e “subníveis” de “protagonismo”. Com isto, procuramos apontar que, mesmo com anotória preocupação em se produzir análises acerca das homossexualidades, ou ainda da história plural da categoria “Mulheres”, pouco espaço encontram as mulheres lésbicas – enquanto objetos de estudo – dentro de um ou outro espaço de produção acadêmica. Diante dos silêncios históricos, e da aparente “ausência de documentos”, a lesbianidade assume novamente um papel secundário, restrito às notas de rodapé. Em busca de reconstruir as representações sobre a lesbianidade na mídia goiana durante os anos iniciais do processo de transição democrática brasileira²⁷, recuperamos a produção do jornal *Cinco de Março* acerca deste tema²⁸.

Durante a análise do acervo²⁹ do periódico *Cinco de Março* encontramos uma matéria sobre espaços de sociabilidade de mulheres lésbicas em Goiânia³⁰. A publicada matéria contém duas páginas, e logo abaixo do título encontra-se o verbete: “Entre as minorias sexuais, uma arranca na frente em Goiânia: o lesbianismo, ou homossexualismo feminino. Como quartel-general, as mulheres gays tem o bar K Entre Nós, que já se torna atração turística na noite goianiense.”³¹. A matéria possuía o seguinte subtítulo: As regras para você não se machucar, acompanhado por um segundo verbete que diz: “Se você quiser visitar ou frequentar o K Entre Nós, eis aqui alguns conselhos que podem ser de

²⁷ Para este trabalho adotarei a perspectiva de Fico (2013) que aponta um cenário de abertura política, que teria acontecido de forma “lenta, gradual e segura”, avançando vagarosamente pelo governo de Geisel e desembocando nas eleições diretas para a presidência da república. A perspectiva de Fico, contudo, é a de que traços de violência política do passado ainda estão enraizados nos alicerces políticos do país, já que a trajetória “pós-ditadura militar” é marcada pela impunidade, (re)afirmada pelo processo anistia dos militares.

²⁸ Em trabalho desenvolvido durante a graduação, referente a um projeto de iniciação científica, promovemos a leitura e análise do periódico *Cinco de março*, que retomamos agora como ponto de discussão diante das questões aqui apresentadas. Disponível no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC). O acervo encontra-se atualmente no formato de microfilme. Todos os rolos de filme até o ano de 1979, estão disponíveis para estudo.

²⁹ Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), consultado em 09 de março de 2018.

³⁰ É necessário que pontuemos que o silêncio dos documentos do DOPS diante desta matéria é fruto do processo anteriormente sugerido que promove escalas hierárquicas de silenciamento, uma vez que essa movimentação homossexual e lesbiana na cidade, certamente é anterior ao final do ano de 1979.

³¹ Título de matéria publicada no jornal *Cinco de Março* na data de 5 a 11 de novembro de 1979. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), consultado em 09 de março de 2018. Considero relevante apontar que o jornal não tem apelo sensacionalista e, desse modo, nãoalaria em um movimento lésbico em Goiânia apenas em decorrência da observação da movimentação em uma noite de um bar. Certamente, esta matéria desvela a presença lesbiana na cidade, verificada no bar

muita valia”³⁶. Seguindo-se a isto, procede uma descrição do “ambiente”, onde afirma que

O K Entre Nós é um bar situado na Rua 8, no Setor Oeste, nas proximidades do Tot's e a Staroup, na Praça Tamandaré. É um local simples, pequeno de decoração rústica (mesas e cadeiras são de madeira, as paredes externas de pau a pique e sapê). A proprietária goza de grande relacionamento nos meios artísticos e jornalísticos da cidade. [...] Antes dos jornais e da opinião pública começarem a se interessar pelo assunto, a sua frequência era esporádica, pequenos grupos homossexuais, femininos e masculinos, com predominância dos primeiros. Por causa disso mesmo o ambiente suscitou comentários e tornou o ponto num dos locais mais movimentados da cidade. Quer pela expectativa de uma transa, uma circulada desinteressada, constatação indignada ou simples curiosidade, as pessoas chegam – o local está quase virando ponto de atração turística.

Após a breve descrição do local, uma lista de “regras” é apresentada na matéria, para aqueles que pretendem conhecer o bar, seja com a intenção de “conferir, participar ou satisfazer sua curiosidade”. O autor aponta como questões essenciais que

“1- Se seu estilo é do típico macho man, só apareça se tiver curiosidade. O ambiente não é especialmente propício a conquistas masculinas ortodoxas³². Os machos são tolerados, desde que não disputem terreno com as lésbicas. [...] Se o ambiente não te agrada, é melhor retirar-se. Os frequentadores não gostam de qualquer fator de inibição. O ambiente é normalmente calmo e respeitoso, mas manifestações de censura, indignação e caretice não costumam ser pacificamente tolerados. [...] De jeito nenhum leve sua namorada ou noiva ao K Entre Nós. Você corre sérios riscos de ficar sem ela. [...]”

Nestes trechos, podemos notar que a relação quase satirizada entre as categorias “masculino” “feminino” e “lésbicas”, se fundamenta através da associação e produção de estereótipos. Considerando isto, é necessário apontar o importante rigor no uso destas fontes como aspecto para discussão destas categorias, visto que o uso inadequado deste tipo de veículo de informações pode corroborar para produção de preconceitos. O segmento editorial³³ do *Cinco de Março* é caracterizado por pelo menos duas etapas

³² É necessário reiterar que não fica claro ao leitor, qual o posicionamento do autor quando sugere o termo “conquistas masculinas ortodoxas”, mas é possível de problematização. O jornal reitera comentários acerca da compreensão do masculino enquanto figura ligada a estereótipos. Desta maneira, nos cabe discutir até que ponto a matéria reforça e se alimenta desse aspecto, e de que maneira o emprego destes termos, apesar de sugerir uma tendência satirizada, torna-se conflituoso, uma vez que o autor não os problematiza, mantendo-se a possibilidade de dupla interpretação. (SILVA, 2018)

³³ A “linha” ou “segmento editorial” pode ser compreendida como a essência, valores e premissas que definirão as abordagens em torno das matérias que circularão em um periódico, revista, ou quaisquer outros gêneros de fontes midiáticas.

distintas, migrando de um periódico de centro-esquerda, para uma configuração mais conservadora, voltada para um jornalismo menos opinativo. Nesta fase do jornal, podemos encontrar tons jocosos ou desdenhosos em assuntos que se refiram a sexualidades dissidentes, o que reforça o cuidado para a não reprodução de aspectos estereotipados acerca da visualização binária das sexualidades.

A figura do masculino, baseada na associação com o trecho que sugere o “típico macho man”, torna necessário o questionamento sobre como se configuram os estereótipos masculinos. O que é que se atribui ao “macho man”? Essa formulação

é, pois, o conjunto de crenças acerca dos atributos pessoais adequados a homens e mulheres, sejam estas crenças individuais ou partilhadas. Adotando um enfoque cognitivo e social. Ashmore e Del Boca, (1986), consideram os estereótipos de gênero como parte da teoria implícita da personalidade construída pelo indivíduo e conservada na memória, como parte do seu sistema geral de valores. (D’AMORIM, 1997, pág. 03)

Partindo disto, as “regras” seguintes estipuladas pela matéria, se desenham de outra forma, projetando estereótipos³⁴, D’Amorim (1997) acerca do que denominara “lésbicas ativas”³⁵, sugerindo que aquele que frequentar o bar

[...] Evite flertar com qualquer mulher. Ela pode ser namorada de alguma outra, que irá tomar-lhe satisfações do mesmo modo como você iria tomá-las de qualquer sujeito encarado em sua garota. Pior ainda: ela pode ser uma lésbica ativa, que se sente tão homem (ou mais) do que você. Muito cuidado, ou derrubam sua trouxa.

[...] Identificando uma lésbica ativa, você pode até se relacionar muito bem com ela. Basta tratá-la como amigo e puxar uma boa conversa na base de “homem pra homem”. Mas nada de se engraçar com a namorada dela. Lembre-se do ditado: “Mulher de amigo meu pra mim é homem”.

A construção pejorativa da lesbianidade, ligada a imagem da mulher com “traços masculinos” é uma condição que se cristaliza na atmosfera heteronormativas e que se instala através do discurso de valores tradicionais onde, Segundo Costa e Soares (2012, pág. 02)

Olhando melhor para estes/estas personagens “inventivos” e “ordinários”, distinguimos em suas resistências e relações simbólicas de poder, técnicas

³⁴ Considerarei aqui o termo estereótipo como a imagem preconcebida de determinada pessoa, coisa ou situação, usados para definir e/ou delimitar pessoas ou grupo de pessoas na sociedade

³⁵ Aqui os termos “ativo” e “passivo” aparecem como construções apropriadas dos conceitos binários de gênero.

semelhantes àquelas utilizadas pelas mulheres para caminhar na contramão de sua subalternização (Cf. SCOTT, 2008) no decorrer da história. Enquadradas na condição de “dominadas” e obrigadas “a aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se” (PERROT, 2005, pág. 10) as mulheres se esquivaram, desviaram as proibições, preencheram os vazios deixados pelas disputas de poder e as lacunas da história, fazendo de seu silêncio uma arma contra o modelo masculinizado de produção historiográfica e a dominação masculina³⁶ na fabricação de imagens (Cf. HIGONNET, 1991; PINSKY, 2012) que as ridicularizaram, subalternizaram e silenciaram, fabricando – cultural, social e historicamente – uma legitimidade para o discurso dominante – masculino – da necessária disciplinarização das mulheres no interior da vida em sociedade (Cf. SCOTT, 2008; PERROT, 2006; BOURDIEU, 1999).

Este estereótipo surge quando relacionado aos papéis atribuídos a homens e mulheres. Conforme aponta Medrado (2008), o suposto destino biológico da mulher associado à maternidade é construído por meio de símbolos, fórmulas religiosas, jurídicas, educacionais, das organizações sociais e das identidades subjetivas, enquanto, em contrapartida, o papel masculino, ao ser associado à “produção e administração da riqueza”, se afasta do “círculo” da reprodução a não ser pelo momento fecundante. É assim que se estabelecem os “programas de verdade”, fundados para instituir as relações sociais que definem para as mulheres, além das “técnicas biogenéticas”, corpos reprodutores por meio das “tecnologias de produção do gênero” e, desta forma, “[...] Aprendemos que alguém se torna mulher na prática dos signos nos quais vivemos, escrevemos, falamos, vemos [...]” (DE LAURETIS, 1984). Sobre a naturalidade dos corpos e das associações específicas ao gênero, podemos afirmar que, ao contrário do que se possa pensar,

a imagem e os sentidos atribuídos aos corpos não são, portanto, superfícies já existentes, sobre as quais se encastram os papéis e os valores sociais; são, ao contrário, uma invenção social, que sublinha um dado biológico cuja importância, culturalmente variável torna-se um destino natural e indispensável para a definição do feminino. A questão se articula sobre a importância social: isto significa que a materialidade do corpo existe, porém a “diferença entre os sexos” é uma atribuição de sentido dada aos corpos. Porque não olhar para as semelhanças do humano em vez de demarcar espaços sexuados de ação e de poder? Se o gênero denuncia o social agindo sobre o sexo - feminino, masculino - as preocupações relativas às identidades sexuais, aos corpos sexuados levam certas teorias feministas a discutir atualmente a

³⁶ Entendemos a dominação masculina como um efeito das relações de poder entre o gênero masculino e feminino. Em razão de construções sociais, culturais e históricas a ordem simbólica masculina se inscreveu em diversas camadas, que ultrapassam os corpos, e atingem “através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados” (BOURDIEU, 1999, pág. 34). Tais apontamentos revelam uma atmosfera que reflete negativamente sobre as mulheres, silenciando-as da própria história, como têm sido observados por Joan Scott (2008) e Michelle Perrot (2005) ao longo desse trabalho no campo da história das mulheres e das relações de gênero.

criação do sexo pelo gênero, a criação do corpo pelo sentido e pelo papel social atribuído às mulheres, definidas enquanto tal. (NAVARRO-SWAIN, 2000, págs. 51-52)

A disposição estabelecida da norma sugere que figura da mulher esteja associada a instituição social do casamento e a maternidade, e que estes se caracterizam como elementos constitutivos do "ser mulher" enquanto, lócus ideal do feminino (NAVARRO-SWAIN, 2000).

Entretanto, intersubjetividades de mulheres e de homens escapam às normas e fórmulas pré-estabelecidas, bem como sua organização social em movimentos políticos. As mulheres que escapam às prescrições do dito “feminino”, são associadas diretamente ao masculino, à exemplo do que o autor das matérias supracitadas define como “lésbicas ativas”. A distância entre o papel ideal e a construção de seres humanos intersubjetivos que extrapolam as margens da norma remete ao debate científico e social sobre a normalidade ou anormalidade da sexualidade humana, proposto Michael Foucault, que afirma que ao longo da história, a sexualidade humana esteve sob a ameaça de ser dominada por processos patológicos, o que teria servido como justificativa para a intervenção científica e religiosa, atuando a nível de prevenção, supressão, cura e normalização (FOUCAULT, 2002). Podemos influir que

Nesta instauração de corpos sexuais cria-se ao mesmo tempo o sistema de sexo/gênero que, como explicita de Lauretis, seria um aparelho semiótico, um construto sociocultural e um sistema de representações que designa identidades, valores e normas." 2 1 Vemos aí uma política de localização sócio individual, de expressão identitária e de instituição de normas e regras, a partir da importância dada ao sexo e sexualidade como eixos de representação do ser: diga-me teu sexo e te direi quem és e, sobretudo, o que vales. Da decodificação da "tecnologia do sexo", aplicada de forma universal à produção do humano, a noção de "tecnologia do gênero" traduz um recorte que observa sua atualização polarizada. Com efeito, na materialização social dos corpos, as tecnologias políticas que os investem têm por tarefa "[...] tomar conta da vida [...] distribuir o vivente em um domínio de valor e de utilidade. Um tal poder de qualificar, de medir, de apreciar, de hierarquizar [...] opera distribuições em torno da norma" comenta Foucault. (NAVARRO-SWAIN, 2000, pág. 58)

A ditadura civil-militar Brasileira também se apropriou de discursos patologizadores sobre as homossexualidades. As autoridades médico-legais e policiais já procuravam controlar as formas “desviantes” da sexualidade, como expressão de patologia ligada a distúrbios tidos como “perigosos e degenerativos”, associados, desta forma, com a subversão e a insegurança nacional, e

“Na verdade, esta noção de homossexualidade como ameaça à segurança nacional já fora elaborada por intelectuais militares e conservadores civis que apoiaram o regime. Em alguns casos, isto meramente significava que reacionários moralísticos igualaram a homossexualidade à subversão de várias formas.” (COWAN, Benjamin. 2015, pág. 33)

Reflexo disto associa-se ao fato de a homossexualidade só deixar de ser considerada, legalmente, como uma patologia no ano de 1985, com decisão favorável do Conselho Federal de Medicina. No Brasil, a despatologização ocorreu cinco anos antes de a Organização Mundial de Saúde retirar, oficialmente, a homossexualidade de sua lista de doenças (FÁBIO, 2017). O projeto moral-sexual da ditadura civil-militar classificava a homossexualidade como um desvio da conduta sexual normal, um atentado à moral e aos bons costumes.

Associado ao papel inibir promovido pelo Estado, grandes parcelas da sociedade passaram a reiterar a necessidade de se estabelecerem características de controle e repressão aos desvios da norma sexual predominante. O poder social, promovido por um ou mais agentes, é um grande definidor dos limites entre o normal e o patológico, o racional e o irracional, o poder social age no sentido de isolar, aniquilar tudo o que não se enquadra dentro dos parâmetros formais de normalidade. O poder social descrito por Foucault tem, nessa perspectiva, um sentido normalizador, que tende a aparar as arestas, a corrigir o que se destoa da norma. As origens deste poder social/normalizador estão no complexo saber/poder. Há um vínculo direto entre o saber e o poder, em uma relação que potencializa o saber na sua busca da normalidade, que torna “o normal” uma ferramenta de dominação, criminalizando ou, lançando a abjeção aquilo que destoa (FOUCAULT, 2002). Os estereótipos vinculados as mulheres homossexuais, bem como as associações pejorativas estão atreladas aos padrões heteronormativos e tradicionais promovidos pelo projeto moral-sexual em curso, o que reforçava o estigma da lesbiana como uma “invertida”, transgressora da moral e dos bons costumes, pois

Fundadas nas premissas da heterossexualidade e nas matrizes de inteligibilidade do patriarcado, a reificação contínua destas categorias [mãe e esposa] deixa um espaço de significação onde as mulheres não podem "estar no mundo" senão para responder ao masculino, a seus desígnios, para dar-lhe uma descendência. A maternidade é assim seu destino e sua transcendência, a prostituição, a imanência na impureza de seu sexo. (NAVARRO-SWAIN, 2000, pág. 53)

O artigo publicado no *Cinco de Março*, discutido neste tópico, que dá título a matéria – *EM GOIÂNIA A EXPLOSÃO DO WOMAN’S GAY*⁴², traz a seguinte descrição:

A cena seria comum em qualquer lugar público. Os namorados se abraçam, trocam beijos ternos, envolvem-se em carícias amorosas. O diálogo é suave, ou áspero – conforme algum dos parceiros queira externar sua paixão ou seu ciúme. O contato corporal é íntimo e intenso – e desinibido. Nada estaria fora dos chamados parâmetros normais se essas cenas fossem protagonizadas por rapazes e moças, ou entre homens e mulheres. Mas esses “casais” são constituídos exclusivamente por mulheres. E é isso que está fazendo do K Entre Nós, um bucólico recanto no Setor Oeste, o principal ponto de atração da noite goianiense. Como por enquanto o K Entre Nós está fechado para reforma e ampliação, sua freguesia deslocou-se para o Ponto de Encontro, ali perto, na Rua 9 do Setor Oeste.⁴³

Esta descrição sugere que um possível encontro amoroso comum entre namorados, não representariam choque, nem estariam fora dos parâmetros de normalidade, se não se tratassem de casais constituídos por mulheres. O conflito, choque, ou desadequação apontado pelo autor é reflexo da invisibilidade proporcionada pelo projeto moralizador que se pautava no reforçamento da ideia da “Moral e dos Bons costumes”, do apagamento e rejeição das pessoas que não integrassem o projeto moral-sexual do regime. No subtítulo seguinte a essa descrição, nomeado como “*O BOOM*” DO MOVIMENTO GAY³⁷, o jornal, aponta como mulheres lésbicas tinham passado a fazer parte da cena pública, apontando que

“Pontos de encontro entre homossexuais dos mais diversos matizes sempre existiram em Goiânia, muito embora com forte predominância masculina. [...] O K Entre Nós e o Ponto de Encontro, este por hora, passaram a ocupar uma posição singular, nesses “territórios livres” do mundo gay goianiense, o K Entre Nós, principalmente. Ocorre que está sendo o primeiro ponto público homossexual onde o tom é ditado pelas mulheres homossexuais, e não pelos gays masculinos. [...] Lá, uma mulher poderá comparecer acompanhada de outra, ou mesmo só – não sofrerá qualquer recriminação por isso, nem irá se sentir pouco à vontade.”³⁸

³⁷ Título de matéria publicada no jornal *Cinco de Março* na data de 5 a 11 de novembro de 1979. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC).

³⁸ Trecho do jornal *Cinco de Março* na data de 5 a 11 de novembro de 1979, pág. 27. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), consultado em 09 de março de 2018

Este trecho sugere um momento importante, marcado pela eclosão de espaços de sociabilidade lésbicas em Goiás³⁹. Essa perspectiva de maior liberdade e do alargamento de espaços de sociabilidade que é impressa na memória do período é diretamente contrastada pelas diversas táticas de repressão que ilustram a política de perseguição da ditadura em relação às homossexualidades⁴⁰. Ainda se tratando da matéria encontrada no Cinco de Março, destacamos outro trecho, que sugere que

Mesmo no K Entre Nós, os homossexuais masculinos adotam uma postura de expectativa, de maior reserva e recato. Mas as mulheres, não. Namoram, trocam beijos e afagos, dançam se assim o desejarem [...] flertam umas com as outras, explodem em pequenas cenas de ciúme, caso a “namorada” esteja sendo cortejada por outra, ou por algum machão desentendido e desavisado. A explosão Gay em Goiânia, que já ocorreu em tantos outros centros de maior porte, era aguardada. Só houve uma surpresa: presumia-se que a linha de frente de luta viesse a ser constituída pelos homens. “Deu-se o contrário – Comenta um gay assíduo frequentador do K Entre Nós – pois, as sapatões nos passaram à frente. Isso me parece um reflexo do movimento feminista, que evoluiu da política para o sexo. Eu admiro nelas a coragem. [...]”⁴¹

Este trecho ilustra significativamente o processo de abertura que o Brasil experienciava, desde a distensão de 1974, que ainda de forma tímida e insipiente passava a constituir-se, mas que se acentuaria com significativa relevância nos anos seguintes. O que a atmosfera goiana experimentava com “*O Boom do movimento gay*” era justamente o rompimento público de mulheres com os papéis de subalternização, invisibilidade e silenciamento a elas dirigidos. Esta abertura (lenta, gradual e segura) que caracteriza o início do período de transição democrática, é marcada pela abertura de espaços de sociabilidade e pelo tímido recuo das censuras.

A análise destes trechos contidos no periódico Cinco de Março fazem frente as afirmações da inexistência de documentos ou dados acerca de manifestações de lesbianidade. Os documentos oficiais não sugerem qualquer gênero de representação homossexual feminina e, tão pouco, parte das historiografias brasileiras produzidas concentram-se nesta ausência. O silenciamento de determinados corpos e

³⁹ Entretanto é fundamental compreender que tais fatores não minimizavam a atmosfera repressiva, pois o regime autoritário buscava coibir e frear as homossexualidades, conforme observado. GREEN; QUINALHA. (2014).

⁴⁰ Relatório - Tomo I - Parte II - Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Pág. 5

⁴¹ Trecho do jornal Cinco de Março na data de 5 a 11 de novembro de 1979, pág. 27. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC).

performatividades não acontece por acaso, é operado por uma lógica heteronormativa, conforme assinalado no capítulo anterior, que visibilizou algumas vidas em detrimento de outras, se caracterizando como forma de violência simbólica. A história das mulheres sofreu – e ainda sofre – um processo de silenciamento, mas, ser uma mulher que se envolve homoafetivamente com outra mulher é sofrer de dupla invisibilidade, primeiro, pelo sistema de produção de valores, de forte motivação patriarcal, que empurra as mulheres para posições inferiores e, em segundo, pelo apagamento promovido pelo discurso da heterossexualidade dominante e compulsória, que se fortalece diante da

destruição dos registros existentes sobre lésbicas – poemas, memórias, escritos, fotos –, à transformação de lésbicas e sociedades lésbicas existentes em mitos – como as amazonas, passando pela internação compulsória de lésbicas em manicômios e conventos a tratamentos de tortura realizados pela medicina, psicologia e pelas igrejas cristãs, incluindo ainda o casamento forçado entre lésbicas e homens. (DINIZ, 2017, s/p).

Para além disso, a inexpressividade de produções histórias sobre o tema exerce a política do silêncio, que por sua vez, propicia a política do esquecimento, do não lembrado. (NAVARRO-SWAIN, 1999).

Diante destes apontamentos, podemos recuperar um dos dossiês encontrados durante a pesquisa elaborada no acervo das Dops, fonte central deste trabalho⁴². O Dossiê é caracterizado com duração entre as décadas de 1965 e 1975, no Estado de Goiás⁴³, trata-se de Carlos Lima Silva⁴⁴, natural de Jararaquara – CE, funcionário público estadual aposentado em Goiás. E menciona Dr. Rivadávia Xavier Nunes, ex-secretário de segurança do estado de Goiás.

Neste dossiê, consta uma relação de processos julgados pela Comissão de Sindicância nos meios administrativos do Estado de Goiás (aplicação do Art. 7º do Ato Institucional nº 1 no Estado de Goiás)⁴⁵. O epígrafe Carlos Lima Silva que foi julgado por improbidade, teve seu processo arquivado, entretanto, o dossiê sugere acusações

⁴² Nomes, números e órgãos serão alterados, para manter o sigilo e segurança de pessoas expostas no dossiê, visto que algumas se encontram com vida e são politicamente expostas.

⁴³ Associado à Comissão geral de sindicância e a Subcomissão da secretaria da segurança pública de Goiânia, de Ofício. Nº 14/65, filiado à Difusão: DPOP/SSP-GO

⁴⁴ Optamos pelo uso de um pseudônimo, em busca de não levar o nome para o corpo do texto para evitar os usos e efeitos que possam ser realizados sobre a memória do implicado

⁴⁵ Art. 7º Ato Institucional 1 prevê que “Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.”.

direcionadas ao ex-secretário de segurança do estado de Goiás, sobre um possível envolvimento com “práticas homossexuais”.

O documento afirma que esta subcomissão, dentre inúmeras irregularidades praticadas por funcionários, apurou que o senhor Carlos Lima Silva, identificado como assunto principal no dossiê, é considerado “viciado em jogos” e definido como “jogador profissional”, e que este chegou inclusive a frustrar batidas policiais em “antros de jogatina”. O dossiê afirma que este funcionário chegou a deixar armas pertencentes à esta secretaria como garantia de valores perdidos nas cartas, sendo estas vendidas posteriormente como pagamento, que este exigia vantagens indevidas, a fim “de movimentar os processos relativos à diárias e a ajudas de custo”, negociando também promoções e reclassificações, valendo-se de sua influência administrativa. O dossiê aponta ainda que o mesmo, empregou na construção de sua residência material pertencente a secretaria, transportando em veículo também dela. Propiciou vantagens a detentos, “tomando-lhes importâncias vultuosas, a título de empréstimo, destinada a saldar dívida contraída no jogo, sem efetuar o resgate de mútuo (exigia e conseguia, a fim de soltar o processo respectivo, participação nas diárias e ajudas de custo)”.

O documento afirma ainda que segundo o inspetor Manuel Cazuza França, Carlos Lima Silva era considerado um funcionário “malquisto” em toda a sua corporação, em virtude de “injustiças e perseguições”, explorando o comércio dentro da guarda civil; proporcionou promoções, através de vantagens; desviou a verba destinada a aquisição de fardamentos, “gastando-a em farra”; doou à pessoas estranhas roupas e sapatos destinados à guarda civil; recebeu e se apropriou de dinheiros de guarda civil; “andava ostensivamente com prostitutas na garupa de sua vespa”.

O documento aponta ainda que segundo o investigador Antônio Gomes Caparroza, Carlos Lima Silva favorecia uma gangue de batedores de carteira, participando dos lucros aferidos com os furtos, a fim de não criar obstáculos à livre atividade dos marginais; e que desviara também, quando responsável pelo Serviço de abastecimento da rádio patrulha, gasolina, a fim de abastecer veículos particulares de seus amigos e superiores. Relatório encaminhado da Secretaria de Segurança Pública afirma que o setor das passagens requisitadas por conta das verbas de diligências e assistência social foi manuseado de forma inescrupulosa com desvio e emprego irregular de verbas, e afirma que não houve critério nem parcimônia na aplicação do dinheiro. E que por ordem do Dr. Rivadávia e do Dr. Jovino Rocha, seu chefe de gabinete, eram transmitidas

ordens ao Sr. Carlos Lima Silva, chefe do Serviço de administração, para a requisição de passagens.

O dossiê sugere que Rivadávia, chefe de gabinete direto de Carlos Lima Silva, participava de uma série de ilegalidades, conforme podemos notar neste trecho

Por ordem do Dr. Rivadávia e do Dr. Joviro Rocha, correndo a despesa pela verba de diligências, foram fornecidas inúmeras passagens e pessoas que obtinham alta da Santa Casa, Pênfigo, do Sanatório JK da Legião Brasileira de Assistência e de muitos outros manicômios particulares. Consta também que o Dr. Rivadávia em conluio com o Dr. Joviro Rocha permitiu a prática de jogos ilícitos, em vários clubes, mediante pagamento de uma taxa de Cz\$ 60.000 mensais. [...] Constatei também que o Dr. Rivadávia, após a Revolução, ávido de poder e glória, para grangear a simpatia do Comando Revolucionário, fichou desordenadamente, como comunistas, subversivos e não subversivos, conforme depoimento de fls. Fez inúmeras vinditas pessoais, fichando seus adversários, envolvendo-os nos IPM'S através de seu subserviente auxiliar, o Comissário Jurandir Rodovalho, elaborou vários prontuários com datas atrasadas, fazendo em muitos a menção de fatos posteriores à elaboração. Por motivos pessoais, fichou como comunista, além de prendê-lo, o funcionário Alarico Verano, que teve, posteriormente, por determinação do Capág. Vicente, sua ficha cancelada, à vista da improcedência de motivo determinante." [...] No período pós-revolucionário, o Dr. Rivadávia Xavier Nunes ficou tão possesso de poder, que chegou a agredir um Comissário, Dr. Getúlio Ribeiro, produzindo-lhes lesões corporais, em virtude do que está sendo processado criminalmente, conforma folha de antecedentes criminais.

Os trechos acima apontam o envolvimento do ex-secretário com uma série de ilegalidades e arbitrariedades, de modo a sugerir que este estava abusando do seu cargo de influência. O dossiê se estende, apontando as associações entre o epigrafado e seu chefe de gabinete, ao afirmar que

O sr. Carlos Lima Silva, chefe do serviço administrativo, uma espécie de eminência parda, era o elemento-chave da Segurança Pública, pois, além de monopolizar o serviço burocrático, era o malabarista que dava cunho de legalidade ao emprego irregular de verbas. Tal era sua estreita vinculação com o Dr. Rivadávia, que este, na oportunidade em que integrava a Comissão de Expurgo, para aplicação de Ato Institucional, protegeu as escândaras aquele, contra fora feita uma grave denúncia, acompanhada de opulenta documentação, pelo Inspetor Eustorgio Vaz, cuja cópia foi entregue a esta subcomissão, conforme documentos de fls, onde constata inequivocamente e de maneira sobeja a improbidade funcional do Sr. Carlos Lima Silva."

Ainda constando mais informações sobre supostos trâmites, golpes, desvios de dinheiro, verbas e favorecimentos indevidos, o dossiê aponta um desvio "moral" do supracitado secretário. Diferentemente do mencionado até este momento, o inspetor responsável pela redação do dossiê afirma que

É, outrossim, comentário bastante difundido, segundo o qual o Dr. Rivadávia teria mobiliado o rede-vous⁴⁶ de pederastas passivos de qual era assíduo frequentador, de propriedade do pervertido “Império D’Argentina”, localizado na Vila Operária⁴⁷. Como o homo-sexual estivesse aproveitando da situação para fazer chantagem com o ex-secretário, este moveu-lhe violenta perseguição, obrigando-o a mudar-se para São Paulo (capital). Ao cabo de poucos dias, fora encontrado morto, misteriosamente, no interior de seu apartamento, sendo sua morte atribuída por muitos ao Dr. Rivadávia, para se livrar do chantagista.”

Este trecho revela a parte fundamental para esta análise. Primeiro, sugere a existência de um ponto de encontro entre homossexuais, definidos como “pederastas passivos”, e afirma que o referido era um assíduo frequentador do “pervertido Império D’Argentina”, isto reforça a sugestão de que havia um conhecido ponto de vida noturna homossexual em Goiânia. Esta constatação, faz necessário o questionamento, se este “point” de encontro homossexual consta em dossiê, mesmo que sem detalhes muito intensos, o que o configura como adequado para a indexação formal? Diferentemente do *Ka entre nós*, bar localizado no setor Oeste, supracitado na matéria do periódico *Cinco de Março*, o local definido aqui como “Império D’Argentina”, consta em dossiê oficial.

Se o *Ka entre nós*, conhecido e relevante como afirma a matéria discutida anteriormente, é de conhecimento público, com frequentadoras constantes, como não é possível encontrar sequer um documento que trate deste local? Não obstante a isto, muitas outras considerações surgem, quando questionamos e problematizamos o trecho recortado.⁴⁸ Alguns termos encontrados neste recorte, necessitam ser visitados com mais atenção. A terminologia “pederastas passivos”, é fruto de um longo processo de resignificação, onde

Os médicos vão transformar a noção popular sobre o homem efeminado, o puto, o sodomita em um sujeito que é patologicamente doente. Os médicos inventam então uma terminologia — o pederasta passivo — e a associam a uma série de características a essa pessoa. Essas novas categorias, teorias e noções dos médicos se espalham pela sociedade, transformando as ideias populares sobre a homossexualidade. (GREEN, James. In: GATTI, 2000)

⁴⁶ Ponto de encontro; local de encontro.

⁴⁷ A vila operária em Goiânia diz respeito à uma união entre os bairros do Setor Central até o atual bairro de Campinas, ocorrido na década de 60 e posteriormente dissolvido e redistribuído em outros bairros

⁴⁸ Para além da questão que circula o apagamento de dados que envolvam mulheres lésbicas, devemos ainda considerar a localização de ambos os estabelecimentos. O bar “Ka entre nós”, era localizado em um setor nobre da cidade, enquanto o “Império D’Argentina” estava situado em um bairro mais pobre, marginalizado, e por isto é associado a desordem e perversão.

Em seguida a isto, temos a descrição do ambiente frequentado por estes com a associação à ideia de perversão. Este conceito, não raramente aparece associado às homossexualidades nos discursos da Ditadura civil-militar brasileira. Essa aproximação da patologização, da “inversão sexual”, tem fruto em leituras equivocadas sobre a perspectiva Freudiana da homossexualidade. Como observa Ferraz (2010), esse equívoco surge em uma das obras de Freud publicada em 1905: *os Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, na qual, a forma ambígua e contraditória com que construiu a questão, assegurando

Esta confusão pode ser estabelecida porque nesta obra, os Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Freud (2016b) ainda descrevia a perversão como uma forma de desvio relativo à meta sexual, pois este dizia que a meta sexual normal seria a união dos genitais no ato denominado copulação, que leva à resolução da tensão sexual e um arrefecimento temporário da pulsão sexual, porém Freud (2016b), logo argumenta que mesmo no ato sexual mais normal já se observa os rudimentos que desenvolvidos, levam aos desvios que são denominados perversões. Além disso, Freud afirma que existem certas relações intermediárias com o objeto sexual, que se encontram no rumo da copulação, como por exemplo, tocar e olhar, que são tidas como metas sexuais provisórias. (COUTO, Richard; LAGES, Tayane. 2018, pág. 24)

A palavra perversão tem a mesma ascendência do termo perversidade e isso é o que promove esse tipo de desentendimento com relação aos dois termos (MARTINHO, 2013). O primeiro é utilizado com frequência no plural, e é designado como um tipo de comportamento que muitas vezes é relacionado a um ato sexual; o segundo termo significa uma constante do caráter, e remete a algo agressivo e associado a crueldade, a algo maligno, que é designado ao fazer o mal a outrem.

Esta associação negativa foi mantida e reforçada durante o regime ditatorial brasileiro e pelos anos que se seguiram, com a intenção de patologizar e manter recriminado e distante da norma, os discursos médico-legais foram retomados durante o século XX pelos movimentos conservadores, a fim de justificar procedimentos discriminatórios (GREEN, 1999; 2007).

Ainda nos atendo a análise do trecho selecionado do dossiê supracitado, podemos considerar, o dossiê sugere que Rivadávia, ao ser chantageado por um homossexual⁴⁹,

⁴⁹ Este não recebe nenhum nome ou característica além da sua orientação sexual e da alcunha de “chantagista”

“este moveu-lhe violenta perseguição”, o que ocasionou na mudança do referido para a cidade de São Paulo, onde alguns poucos dias depois, “fora encontrado morto, misteriosamente, no “interior de seu apartamento”. Apesar de encontrar estas infusões no dossiê referido, em pesquisas aos IPM’S, pudemos concluir que nenhum inquérito foi redigido no nome de Rivadávia. Isto sugere que nenhum movimento legal foi tomado considerando a morte do sujeito mencionado no dossiê, e que tão pouco houve qualquer retaliação acerca do ocorrido. Esse caso reflete o silenciamento, e a fragmentação de documentos, e até mesmo as eventuais impunidades sobre crimes cometidos contra homossexuais.

2.2 Descaracterizados: o apagamento e a violência contra travestis durante a ditadura civil-militar em Goiás

O dossiê de número 752, que consta entre as datas 1971-1975, produzido no estado de Goiás, na cidade de Goiânia, pelo Serviço Estadual de Informações (S.E.I.), será a próxima fonte analisada neste estudo. Este documento diz respeito à uma quadrilha de assaltantes de estabelecimentos de créditos e comerciais, que atuava nos estados do Paraná e de São Paulo. O documento descreve um suposto “plano de ação” da quadrilha, apontando que depois de um assalto em Governador Valadares, a quadrilha agiria em Goiás, com planos de “assaltar bancos e arrastar o maior número possível de carros”.

O dossiê tem início com a descrição de duas ações da quadrilha, onde afirma que “participavam da quadrilha dois travestis”, entretanto, não são informados seus nomes ou quaisquer outros dados ou descrições, conforme segue na íntegra:

Uma quadrilha de assaltantes de estabelecimentos de créditos e comerciais, seqüestradores e arrastadores, chefiada pelo nominado, advogado, residente em ARAPONGAS/PR, vem atuando nos estados do PARANÁ e SÃO PAULO, tendo, somente durante o mês de março do corrente ano, praticado cinco assaltos, se consumando três, e uma tentativa de sequestro:

a.1 - Na cidade de CIANORTE/PR, tentaram realizar o sequestro de uma sobrinha de "PROFESSOR", participante da QUADRILHA, tendo saído sem vida um "travesti", usado para auxiliar no crime, e um policial. Um outro "travesti" e o pintor das máscaras dos mesmos foram presos no local;

Para discutirmos os aspectos deste dossiê, consideramos relevante, trazer à tona previamente alguns apontamentos. A pesquisa historiográfica, especialmente da última década, tem se dedicado a olhar novos campos e objetos de pesquisa⁵⁰. Apesar de a produção historiográfica acerca da ditadura civil-militar não estar restrita apenas às últimas décadas, podemos afirmar que é nesse período que surge grande parte das problematizações voltadas a grupos cada vez mais específicos. Estes eixos tem aproximado os olhares de histórias há muito esquecidas, buscando preencher as lacunas, de modo que podemos afirmar que

No que diz respeito às relações e ao cruzamento da ditadura civil-militar brasileira com as homossexualidades, em primeiro plano, e com a travestilidade, indiretamente, destaco a coletânea *Ditadura e homossexualidade*, publicada em 2014. Não seria forçoso utilizar um breve trecho da apresentação da obra como síntese dos objetivos e dos resultados apresentados por todos/as os/as autores/as da coletânea: “discutir de que maneiras a ditadura dificultou tanto os modos de vida de gays e lésbicas quanto à afirmação do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT) no Brasil durante os anos 1960, 1970 e 1980”, focalizando “as violências dirigidas contra esses grupos específicos”, ressaltando “as ações de resistência empreendidas por esses segmentos sociais que, ao mesmo tempo em que foram alvo privilegiado das políticas de repressão e de controle, acabaram se constituindo como atores fundamentais da redemocratização brasileira” (LOPES, 2016, pág. 153)

A Travestilidade⁵¹, enquanto objeto de pesquisa tem tomado lugar nas produções historiográficas e sociais aplicadas. Para compreender a necessidade dos aprofundamentos nessa temática, é necessário que partamos do ponto de que a violência contra as travestis possui historicidades e significados datados; tem condições determinadas de possibilidade, e é possível afirmar que

a perseguição, a hostilidade, a violência e a abjeção contra as travestis no Brasil não é produto exclusivo do período balizado pela chamada ditadura civil-militar. Tais práticas não se iniciaram com o regime de exceção, tampouco se extinguiram com a redemocratização. [...] há especificidade histórica nas violências, transformadas, elas também, em alvo do regime militar brasileiro ao longo das décadas de 1960 e 1980 e por uma moral baseada em valores conservadores. [...] Durante o regime de exceção houve o acirramento das práticas discriminatórias e a perseguição desse segmento populacional, embora

⁵⁰ Ver: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clío: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n.13, set. / dez. 2014, pág. 90-109.

⁵¹ Para esta análise, usaremos o termo Travestilidade, pois este contempla a complexidade das formas de expressão travesti existente, e considera a heterogeneidade dos modos de ser no mundo que é configurado pela cultura travesti.

de maneira não uniforme e sistemática como a verificada em relação aos opositores ao regime. (LOPES, 2016, pág. 148)

Podemos afirmar que a repressão promovida pelo regime militar atingiu grandes camadas da sociedade, agindo de forma particular sobre as sexualidades dissidentes. Desde as perseguições a travestis, sobretudo nas condições de prostituição, onde podiam ser enquadradas nos crimes de vadiagem ou de perturbação da ordem pública; até as censuras à imprensa, teatro, artes e as outras formas de expressão que “simbolizavam de forma aberta as sexualidades, muitas vezes com o respaldo do sistema de justiça; homofobia e lesbofobia institucionalizadas nos órgãos de repressão e controle” (QUINALHA, 2014, pág. 248-249), além de expurgos de cargos públicos, a difusão, do preconceito para reforçar a ideia de degeneração dos valores morais e o estereótipo do ‘inimigo interno’ produzido pelo regime, que justificava a repressão, agravava os preconceitos.

O estudo da travestilidade está associado ao gênero e às sexualidades, e também

à diferenciação, à assimetria e/ou à descontinuidade entre sexo, corpo, natureza e gênero, à constituição social, histórica e cultural dos masculinos e femininos, daquilo que pertenceria à esfera masculina ou à feminina. São possíveis porque partem do princípio de que o gênero não é natural e/ou biológico, não é de definição transcendente ou divina, tampouco trans-histórico. Pelo contrário, o gênero, suas normas, marcadores, hierarquias e identidades são constructos, são forjados, praticados e vivenciados no social, no cultural, no cotidiano e no temporal. Ao mesmo tempo, como indica Linda Nicholson, sexo não é aquilo que fica fora da cultura e da história, como uma suposta instância pré-discursiva. Tampouco o corpo é ahistórico. Na mesma direção, convém lembrar as ponderações de Butler acerca das contribuições de Foucault. De acordo com ela, não há “sexo” do qual uma lei que vem de fora se ocupa... a regulação do “sexo” não acha nenhum sexo ali, externo à sua própria regulação; não há um intervalo temporal entre a produção e a regulação do sexo; elas ocorrem ao mesmo tempo, produzindo o objeto que ela alega apenas descobrir ou encontrar no campo social e que opera. (LOPES, 2016, pág. 153)

Os trabalhos que se dedicam a estudar a travestilidade na ditadura civil-militar brasileira são ainda muito insipientes, se considerarmos a mesma relação com outras categorias dentro das sexualidades dissidentes. Joana Pedro Veras (2014) afirmam que esta invisibilidade nos estudos históricos não pode e não deve ser justificada apenas por este fator, considerando que, as fontes estão inseridas em um processo de interpretação do próprio historiador pesquisador, a quem cabe um trabalho de seleção, que delimita quais as fontes e temáticas a serem contemplados pelo fazer historiográfico. A invisibilidade não decorre do fato de que esta temática seja uma abordagem nova, visto

que os historiadores tem produzido, em escalas significativas, escritos voltados para os “marginais”, os “vencidos”, os “excluídos”, os “silenciados”. Para os autores, a invisibilidade decorre, em parte, por escolhas políticas implicadas no fazer historiográfico, que, ao eleger determinados temas – eleição política –, deixavam de lado outros temas, outros sujeitos e outras histórias.

Ao serem descritas apenas pela característica de “travesti”, estas personagens são descaracterizadas. Este processo relativo às sexualidades dissidentes, e em específico da travestilidade, busca aproximá-la da configuração do abjeto, do estranho, do inumano. A consideração do homossexual como um transgressor das normas, é parte de um processo que estigmatiza o ato sexual associando-o com as doenças e o mal e a travestilidade, que destoa das normas corporais, sexuais e de comportamento heteronormativos, encontra-se além dessa margem.

Segundo Foucault, “partindo de círculos cada vez mais estreitos, o projeto de uma ciência do sujeito começou a gravitar em torno das sexualidades. A causalidade no sujeito, o inconsciente do sujeito, puderam ser abordadas no desenrolar-se no discurso do sexo. Contudo, não devido a alguma propriedade natural, inerente ao próprio sexo, mas em função das táticas de poder imanescentes a tal discurso” (FOUCAULT, 1980, pág. 68-69). Deixa-se de se considerar a dimensão pessoal e particular, ele é antes de tudo: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida, sendo considerado um ser individualizado. Neste dossiê, as travestis estão condicionadas à essa característica, tudo aquilo que as compõe, está relacionado a isto, “Nada daquilo que ele é escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas [...]. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular” (FOUCAULT, 1980, pág. 43).

Outro dado refletido neste dossiê aponta a naturalização da violência contra travestis e das mortes de pessoas que se enquadrem nesta categoria. Trata-se de um conjunto histórico baseado em “intolerância, agressão verbal, assassinatos sádicos e de requinte em crueldade” além de “crimes de ódio, escárnio, apedrejamento, hostilidade, constrangimento, recriminações, estigmatização, assédio moral, violências hierárquicas, marginalização, agressão e ofensas, prisões arbitrárias” (LOPES, 2016, pág. 149).

Capítulo 3 - O silenciamento da diferença: a censura nas diversões públicas e as formas de resistência

Grande parte do projeto moral-sexual instituído pela ditadura civil-militar Brasileira circulou em torno do processo de invisibilidade de apagamento das sexualidades dissidentes, buscando censurá-las. Esta censura se deu de diversas formas, seja na ausência de documentos presentes nas DOPS, seja no projeto de invisibilização aplicado sobre as mulheres lésbicas. Isto se reflete também no âmbito cultural, afetando todos os gêneros de produções, incluindo livros e demais gêneros textuais. Aqui, abordaremos como o projeto moral-sexual agiu sobre os escritores que se dedicaram a produzir livros acerca de personagens aquém da norma, e apontaremos como esta documentação é abordada nos documentos oficiais, buscando inferir como a atmosfera de silenciamento e patologização das sexualidades dissidentes influenciou não apenas na censura de inúmeros projetos, mas também na escrita propriamente dita.

Nosso objetivo é apontar como a censura atuou sobre assuntos considerados “subversivos”, apontando como estes foram classificados desta forma e esquadrihar como as questões patologizadoras se refletem dentro da escrita literária do período, discutindo as suas influências sobre os escritos, e o que os levaram a chamar a atenção de censores e dos elaborados dos relatórios que compunham as secretárias de informações, afim de apontar este processo como outra faceta do projeto moral-sexual da ditadura civil-militar brasileira. A análise de fontes literária requer, no entanto, um aprofundamento teórico mais específico, que considere explicações de longa duração, onde

paradoxalmente – a história do livro separa o estudo das condições técnicas e materiais de produção ou de difusão dos objetos impressos e a dos textos que eles transmitem, considerados como entidades cujas diferentes formas não alteram a estabilidade lingüística e semântica. Há na tradição ocidental numerosas razões para essa dissociação: a força perdurável da oposição, filosófica e poética, entre a pureza da idéia e sua corrupção pela matéria, a invenção do copyright que estabelece a propriedade do autor sobre um texto idêntico a si mesmo, se já qual for seu suporte, ou ainda a definição de uma estética que considera as obras em seu conteúdo, independentemente de suas formas particulares e sucessivas. (CHARTIER, 2002, pág. 62)

A perspectiva de Chartier sobre o processo de estudo histórico da literatura aponta a necessidade de analisar como os homens de determinada época interpretaram a literatura, levando em conta a materialidade e a concretude textual, a qual compreende “a

inscrição de um texto numa página impressa ou a modalidade de sua performance na representação teatral” (CHARTIER, 2002, pág. 11). Isto muda a relação entre

entre historiador e literatura que, assim, deixa de ser unilateral, onde só o pesquisador de fato “fala”, deixa de se realizar de cima para baixo como uma inquirição, e torna-se um diálogo efetivo, de igual pra igual, onde ambos perguntam e respondem. De simples objeto a interlocutora real, a literatura em Chartier, mais do que uma fonte histórica, é uma “disciplina” destinada a enriquecer as reflexões dos historiadores, o que faz com que se amplie a interdisciplinaridade proposta pelos Annales – tradição historiográfica a qual ele, de certo modo, se filia –, que já havia incorporado tantas outras áreas do saber. [...] esta análise de Chartier é marcada pelo seu distanciamento com relação à uma História Cultural de viés marxista ou dos Annales (mais precisamente, a História das Mentalidades), embora ele mesmo tenha dito que se filia, de algum modo, a esta última tradição. O tratamento que ele dá ao texto rompe como uma abstração e expressão de uma realidade material que o antecedia e o determinava; sua postura frente ao leitor supera uma idéia arcaica e anacrônica de que se leu sempre da mesma forma e de que os objetos sempre foram investidos de um sentido único; por fim, em suas reflexões sobre o autor, notam-se, do mesmo modo, a rejeição da idéia de um autor universal, sempre o mesmo em sua inserção no mundo social e fonte de explicação de uma obra. (NAVARETE, 2011, pág. 53).

Esta mesma perspectiva do uso da literatura como ferramenta para aperfeiçoamento das análises históricas pode ainda ser compreendida em autores como Carlo Ginzburg e Durval Muniz de Albuquerque, que buscam romper com a ultrapassada oposição entre literatura e história, fortalecida principalmente antes da década de 1980. Albuquerque busca dissolver a certeza do 'evidente' desencontro entre literatura e historiadores, afirmando que seu objetivo não é “separar a História da Literatura, nem encontrar seus limites e suas fronteiras, mas articulá-las, pensar uma com a outra” (ALBUQUERQUE, pág. 44). É partindo desta premissa que faremos as análises que se seguirão nas próximas páginas, buscando compreender como as práticas sociais acerca das sexualidades dissidentes influenciaram nas suas representações literárias, e em que medida estas se tornaram alvo de censura, buscando considerar como a conjuntura conservadora da ditadura civil-militar se refletiu nestas questões.

3.1 A perseguição contra a escrita homoerótica de Cassandra Rios: o que é que deve ser censurado?

Os milhares de conteúdos censurados durante o regime civil-militar brasileiro se dividem em diversas categorias e compreendem músicas, filmes, programas de TV, jornais, livros e outros. Os altos índices de obras classificadas como inadequadas apontam uma faceta muito relevante deste período, entretanto, como reitera Fico (2002), a censura sempre esteve ativa no Brasil, de diferentes formas, que persistem mesmo hoje, quando está legalmente abolida. Isto significa afirmar que este aparato não surge imediatamente quando à conclusão do golpe em 1964, mas que é muito anterior e que persiste até se reestabelecer com intensidade a partir desta data.

A censura das diversões públicas esteve longamente presente no Brasil de forma legalizada, enquanto a censura da imprensa apareceu essencialmente a partir de dezembro de 1968, com o firmamento do AI-5, quando é possível notar a intensificação desta, pois o *decretum terribile* permitia praticamente tudo (FICO, 2002). Partindo deste momento a censura da imprensa tornou-se sistêmica e rotineira passando a obedecer a instruções especificamente emanadas dos altos escalões do poder. Este momento é marcado pela ascensão de Costa e Silva à Presidência da República, que com a consumação do AI-5

indicaram a vitória indiscutível da “linha dura”. No poder, ela [a “linha dura”] implantou meticulosamente os “sistemas” que completariam a tarefa da “Operação Limpeza”, interrompida contra a sua vontade. Criou a polícia política, instituiu um sistema nacional de “segurança interna”, reformulou e ampliou a espionagem, estabeleceu um procedimento de julgamento sumário para confiscar os bens de funcionários supostamente corruptos, implantou a censura sistemática da imprensa, instrumentou a censura de diversões públicas para coibir aspectos políticos do teatro, cinema e TV, dentre outras iniciativas que pudemos estudar em outros trabalhos. Como é sabido, o principal problema dos governos militares que conduziram a “abertura política” foi, precisamente, a desmontagem de tal aparato. Portanto, parece evidente que havia um “*projeto* repressivo, centralizado, coerente”, sendo a censura “um de seus instrumentos repressivos”. (FICO, 2002, pág. 255)

A regulamentação das atividades censoras passou a se estabelecer efetivamente após a confirmação do Decreto-lei N° 1.077, publicado em 1970, que expressa legislações acerca da manutenção da “moral e dos bons costumes” para livros, revistas, rádio e TV, este apresentava, em seu preâmbulo, quase que exclusivamente argumentos morais para justificar o estabelecimento da censura prévia no país, como pode-se notar em suma:

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes; (...)

CONSIDERANDO que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação. (APUD. FONTOURA; PIOZEVAN, 2015, pág. 2410)

A censura prévia aplicada sobre as diversões públicas é inteiramente admitida pelo regime militar e mantém o formato instituído em 1946, fazendo adaptações como estas que o Decreto-lei no 1.077 discriminava, expondo a necessidade do controle dos conteúdos transmitidos na televisão, bem como a necessidade de vigilância das revistas e livros que se multiplicavam na época abordando questões comportamentais associadas à “subversão” como sexo, drogas, e demais “delinquências” que poderiam afrontar os “bons costumes”. Esta narrativa de fortalecimento da moralidade se desenvolvia por meio da teoria de que a “crise moral” da qual sofria a nação era parte dos planos do “movimento comunista internacional”, que tinham o propósito de abalar os fundamentos da família, base central da força e solidez nacional, e para isso buscavam desencaminhar os jovens e disseminar “maus hábitos”⁵², pois consideravam que

o emprego dos meios de comunicação para esses fins “obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional”. Tal desvario, porém, não esteve circunscrito aos militares, tendo sido absorvido e reinterpretado também pelas pessoas comuns que escreviam à DCDPÁG. Assim, a “desagregação” da “família brasileira” era o objetivo inicial da subversão, afinal “o comunismo começa não é pela subversão política. Primeiro, ele deteriora as forças morais, para que, enfraquecidas estas, possa dar o seu golpe assassino”. Desse modo, a censura era instada a não esquecer, jamais, “que vivemos uma ‘guerra total, global e permanente’, e o inimigo se vale do recurso da corrupção dos costumes para desmoralizar a juventude do país e tornar o Brasil um país sem moral e respeito”: Essa é a tática dos inimigos da Pátria, solapar a família, corromper a juventude, disseminar o amor livre, a prostituição e toda sorte de degradação do povo. Feito isso, nada mais precisa ser feito para se dominar um País. (FICO, 2002, págs. 260-261)

Diante destas condições se estabelece a “vigília” constante dos possíveis fatores que podem supostamente influenciar os jovens, desagregar as famílias e disseminar os “maus comportamentos”, as perseguições aos programas de TV e shows ao vivo

⁵² FICO, Carlos. “Prezada censura”; cartas ao Regime Militar. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, pág. 257, setembro 2002.

escalonam rapidamente, dado o seu teor de rápida transmissão. Mas não obstante a isto, as produções literárias tornam-se alvo de constante vigilância e não passam despercebidas aos olhares afiados de censores e de cidadãos comprometidos com a integridade da “moral e dos bons costumes”. Diversos autores passam a ter suas obras censuradas, muitas vezes sendo recolhidas ou tendo sua publicação proibidas.

Uma das grandes expoentes neste cenário de perseguições é Cassandra Rios⁵³, que teve diversas de suas obras proibidas e é considerada uma entre os autores mais censurados do Brasil (MARCELINO, 2006). Contando com uma longa lista de obras nestas condições, a autora publicou seu primeiro romance aos dezesseis anos de idade em 1948, e seguiu escrevendo pelas próximas cinco décadas, contando com 36 dos seus 50 livros publicados censurados.

A justificativa para tantos processos abertos em relação às obras de Cassandra Rios era estabelecida pelo princípio sustentado pelo projeto moral-sexual da ditadura civil-militar brasileira e que esta atentava contra a moral e os bons costumes, e esta constatação se dava ao fato de que a autora privilegiava escrever livros que tratassem de temáticas homossexuais e, especificamente, sobre lesbianidade. As obras, muitas vezes caracterizadas como “pornográficas” eram consideradas um sucesso editorial e o grande volume comercial revela que suas obras eram de agrado de uma grande parcela da população, mas

se o medo da sexualidade das massas é algo historicamente persistente, o erotismo presente nas obras da Cassandra Rios afirmava-se como algo a ser temido e repudiado. Não se pode esquecer, ainda, que Cassandra Rios escrevia em um momento em que a homossexualidade não era apenas considerada um desvio de conduta, mas uma doença. Desde o século XIX, as concepções médicas a respeito da naturalização dos papéis de gênero e da adequada prática sexual para homens e mulheres ditavam normas, denunciavam comportamentos desviantes e anunciavam os perigos provocados por práticas não socialmente sancionadas. E, desde os anos 1960, no Brasil, o constante questionamento às normas tradicionais de sexualidade, e a busca por vivências eróticas alternativas – processo que acabará por produzir, na década seguinte, a chamada “revolução sexual” – exigia de forma urgente o posicionamento de um amplo número de especialistas: psicólogos, psiquiatras, sexólogos, psicanalistas que, aproveitando-se da legitimidade construída pela medicina, afirmavam sobre a naturalidade ou perversidade dos comportamentos sexuais. (FONTOURA; PIOZEVAN, 2015, pág. 2412)

⁵³ Pseudônimo de Odette Pérez, nascida em São Paulo em 3 de outubro de 1932 e falecida na mesma cidade em 8 de março de 2002 (1932-2002).

Durante todo o regime civil-militar, o apontamento médico-legal da homossexualidade como um destes desvios foi reiterado. Esse pressuposto partia de concepções médicas disseminadas essencialmente no século XIX, quando a homossexualidade passou a ser diagnosticada como uma “doença do desejo sexual” pelo médico alemão Kraft-Ebbing, que considerava o comportamento homossexual como uma questão que precisava ser prevenida (PIOZEVAN; FONTOURA, Junior, 2015). Uma literatura que exprimisse a homossexualidade como um desejo natural e a introduzisse no cotidiano da vida brasileira, como fazia Cassandra Rios, era considerada como uma forma de difusão comportamentos julgados como “doentes” e, mesmo, abjetos (FONTOURA; PIOZEVAN, 2015).

Escrevendo sobre a lesbianidade em quase todos os seus cinquenta livros, a autora teve grande ascensão no mercado editorial brasileiro, contando com obras que alcançavam recorrentemente a marca dos 300 mil exemplares, em diversas edições, o que a tornou uma das primeiras autoras brasileiras a vender 1 milhão de livros (FONTOURA; PIOZEVAN, 2015). A grande expressividade das obras da autora tornou-a alvo dos censores, em 1956, seu livro *Eudemônia* recebeu dezesseis processos judiciais, o que culminou na proibição da estreia da peça de teatro baseada no romance. A perseguição à autora se intensificou entre 1964 e o início da década de 1980, com a justificativa de que seus livros “incentivavam ao homossexualismo”, já que suas histórias exaltavam esse “estilo de vida” e por isso teriam teor “subversivo”.

Devemos reiterar não apenas o fato de Cassandra Rios escrever sobre protagonistas lésbicas, mas ainda a questão de que estas personagens aparecem inseridas em um contexto realista, que não apaga de sua escrita as marcas do preconceito, homofobia e repressão. A simples existência desta narrativa, no entanto, é associada à perversão dos bons costumes e da moral adequada, provocando o rótulo da homossexualidade como algo transgressivo (BRUM; MARQUETTI, 2018). A homossexualidade feminina confrontava violentamente o modelo imaginário de família enquanto instância nuclear, composta por pai, mãe e filhos, onde o papel estabelecido e restrito da mulher é caracterizado pelo trinômio “esposa-dona-de-casa-mãe” (RAGO, 1985) e circunscreve a mulher a dois espaços fundamentais: o âmbito privado da vida doméstica e a maternidade. Esta conjectura é parte de um sistema dominante que fortemente advogava “valores de família”, enquanto, por outro, apagava e punia severa e

violentamente todos os tipos de transgressões "não aprovadas" - incluindo a rebeldia a papéis sexuais preestabelecidos (SANTOS, 2003, pág. 23).

Esta condição transgressora e subversiva imputada à homossexualidade se sustenta diante da manutenção de decretos que sugerem a manutenção da família (nuclear heterossexual)⁵⁴ como parte da condição essencial de sustentação da nação, estas disposições podem ser percebidas no Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970:

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preserva-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;

CONSIDERANDO que o emprêgo dêesses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional (BRASIL, 1970)

Reflexos destas políticas aparecem também em cenários menos explorados. Aproximando-nos mais do nosso objeto de estudo, podemos encontrar traços de silenciamento e censura movidas contra escritores regionais, como é o caso de Brasigóis Felício, autor mencionado em uma série de processos que constam no mesmo dossiê, e que é indiciado por escrever obras que atentam contra “a moral e os bons costumes”.

⁵⁴ BRASIL. Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 1970.

3.2 Atentando contra a moral e os bons costumes? Brasigóis Felício, um escritor goiano censurado

Brasigóis Felício é um escritor e jornalista, nascido em Aloândia (GO), no ano de 1950. Tem 38 livros publicados, que se dividem entre os gêneros poesia, conto, crônica, romance e crítica literária. O autor presidiu União Brasileira de Escritores (seção de Goiás) e faz parte da Academia Goiana de Letras, além de ser membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Felício é cronista do jornal *O Popular* e publica textos na revista BULA⁵⁵.

O dossiê elaborado pelo Serviço Estadual de Informações (uma ramificação da Governadoria Estadual)⁵⁶, a participação da obra “*Monólogos da angústia*” como concorrente para receber valores decorrentes de um projeto de incentivo à publicação. Em suma, o dossiê aponta que

Uma comissão composta dos Professores CARLOS RODRIGUES BRANDÃO, LIA PEREIRA JARDIM e APARECIDA DE PAULA LIMA, do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, indicou, para ter edição patrocinada pela "BOLSA DE PUBLICAÇÕES HUGO DE CARVALHO RAMOS" da Prefeitura de GOIÂNIA (GO) as seguintes obras:

- a) "O PEIXENAUTA", de autoria de IEDA SCHMALTZ;
 - b) "MONÓLOGOS DE ANGÚSTIA", de autoria de BRASIGÓIS FELICIO;
- (2) Para a impressão de 1.000 exemplares de cada uma de tais obras a Prefeitura de Goiânia (GO) escolheu, entre três gráficas concorrentes, nesta Capital, a "EDITORA DO LIVRO GOIANO", a qual deverá pagar a quantia total de Cr\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil cruzeiros), sendo:
- a) Cr\$ 19.000,00 (dezenove mil cruzeiros) pela impressão de "PEIXENAUTA";
 - b) Cr\$ 28.000,00 (vinte e oito mil cruzeiros) pela impressão de "MONÓLOGOS DE ANGÚSTIA".⁵⁷

Este trecho descreve o processo de análise e escolha das obras selecionadas, informando a participação de uma comissão associada à Universidade Federal de Goiás, indicando os valores despendidos para cada obra, além de questões orçamentárias corriqueiras. O que justifica a abertura do dossiê, no entanto, se encontra no trecho seguinte, que afirma que

⁵⁵ Disponível em: ><https://escritoresassociados.wordpress.com/2009/02/13/biografia-de-brasigois-felicio-escritor-e-jornalista/>< Acesso em 16/08/2022, às 15:26.

⁵⁶ Serviço Estadual de Informações, 1975, CIDARQ, Universidade Federal de Goiás.

⁵⁷ Serviço Estadual de Informações, 1975, CIDARQ, Universidade Federal de Goiás.

Vem causando estranheza no meio social da área o patrocínio dispensado à obra "MONÓLOGOS DE ANGÚSTIA", de BRASIGÓIS FELÍCIO, tendo em vista o registro, nesse livro, de trechos de cunho indecoroso, com enfoque considerado impróprio e indiscreto de matéria sexual. (Serviço Estadual de Informações, 1975, CIDARQ, Universidade Federal de Goiás)

Estas afirmações repetem-se ao longo das próximas páginas do dossiê e sugerem a necessidade de observar com cautela outras obras e produções do autor, afirmando que esta medida “decorreu de ordem do Ministro da Justiça, por conter a obra matéria contrária à moral e aos bons costumes”. Debrucemo-nos então sobre o conteúdo disposto nas páginas de *Monólogos da Angústia*, a fim de elucidar como o seu conteúdo pode ser considerado *ofensivo* à moral, e quais os principais motivadores para o pedido de censura do mesmo. A obra é iniciada pelo autor com a seguinte dedicatória

Este livro é dedicado ao crescente número de ansiosos, maníacos, esquizofrênicos, angustiados e neuróticos que pululam nas avenidas engarrafadas das grandes cidades.
Ofereço-o também a todos os “postos-de-parte”, mendigos, prostitutas, invertidos, delinquentes e lunáticos que, na desamparada solidão de suas vidas, empenham-se também na “busca aflita de alegria.”

Este trecho revela um pouco da essência deste livro que, repleto de contos, busca alcançar as histórias daqueles que estão postos à margem. Os contos baseiam-se nas angustias dos menos afortunados, dos homens “sem virilidade”, das mulheres “abandonadas”, e dos “invertidos”. Este último termo que aparece ainda em sua dedicatória e é recuperado em outros momentos do texto se popularizou associado à homossexualidade a partir do século XIX, entretanto sua origem remonta ao ocidente, onde

até o século XVIII, a visão científica acerca da sexualidade era concebida através de um modelo sexual único: a mulher era compreendida como sendo um homem invertido e inferior. Invertido do ponto de vista biológico, inferior do ponto de vista estético. A partir dessa teoria, a concepção científica da época afirmava que só havia um sexo. Somente a partir do corpo do homem se realizava todas as potencialidades. A diferença entre eles era percebida (de acordo com a posição social e cultural), mas não explicada pelo viés da distinção entre os sexos. Em certa medida, a posição falocêntrica de Freud dá continuidade a essa visão. (CECCARELLI; FRANCO, 2012, pág. 122)

Diante das novas concepções relativas aos sexos, e as novas distribuições de papéis de gênero oriundas do ocidente, mulheres tornam-se o “inverso complementar

do homem”, e a categoria “inversão” passa a designar a homossexualidade, como algo anormal, antinatural e “perverso”⁵⁸, de modo que

Sua inversão será perversão porque seu corpo de homem será portador da sexualidade feminina que acabara de ser criada. O invertido apresenta um duplo desvio: sua sensibilidade nervosa e seu prazer sexual eram femininos. Seu sexo foi, por isso mesmo, definido como contrário aos interesses da reprodução biológica. (COSTA, 1995, pág. 129).⁵⁹

Este conceito (invertido) associado a homossexualidade, aparece em muitos escritos e faz parte do vocabulário que se estende até a década de 1970, e denota parte da manutenção do aspecto patológico associado as sexualidades dissidentes que é recuperado durante todo o regime civil-militar para justificar a necessidade de prevenção e combate às “práticas sexuais degenerativas”. Esta perspectiva se reflete na produção textual de Brasigóis Felício, que transparece parte do martírio vivido por figuras que não se adequam a norma sexual existente.

No conto “O senhor compreende?”, localizado na página 27 do mesmo livro, o autor propõe uma narrativa em primeira pessoa, que consiste em expor seus sofrimentos em um divã, sendo ouvido por outro personagem que chama de “Dr.”. O teor da consulta sugere uma enorme aflição e inquietação do paciente, que disposto a se livrar de sua angústia narra seu passado recente, marcado por uma profunda relação com outro homem. A incerteza e o medo experienciados pelo personagem permeiam as informações que se desenvolvem conflituosas. A primeira descrição do teor do envolvimento do personagem com outro homem surge inicialmente quando este diz “ele sempre me possuiu com seus olhos tristes. Desde que o conheci, nossa amizade aflorou, violenta como flor sangrando.”⁶⁰.

Para considerar estes aspectos, é necessário que recuperemos a condição teórica das análises históricas acerca de textos literários. O recorte de uma produção textual enquanto objeto histórico deve passar pelo crivo conceitual que delimita sua profundidade documental, sem nunca deixar de considerar as condições e ambientes nos quais estão inseridos, de forma que o historiador não deve sucumbir a

⁵⁸ Ibid., pág. 122.

⁵⁹ COSTA, J. F. A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.

⁶⁰ FELÍCIO, Brasigóis. Monólogos da Angústia, Goiânia, 1975, pág. 27

tratar as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de um tempo. [...] os historiadores têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação (BURKE, 2005, págs. 32-33).

Desta maneira, para que a análise histórica seja precisa, as noções que se acoplam a ideia de “cultura” devem ser consideradas a fim de (re)constituir um universo de abrangência onde a “linguagem”, as “representações” e “práticas” representem dados tangíveis para a elaboração de uma abordagem mais complexa. A análise do discurso literário deve evocar os mecanismos de produção dos próprios objetos culturais, considerando suas intencionalidades, dimensão estética, a intertextualidade e o diálogo que um texto pode estabelecer com a realidade, além de outros aspectos

como seus mecanismos de recepção, a qual pode ser pensada como uma forma de produção de sentidos. Isto, porque, de acordo com Chartier (1990, pág. 27), o termo “apropriação” é visto como “a maneira de usar os produtos culturais” e de “re-escritura”, que ocorre na diferença e nas transformações sofridas pelos textos quando adaptados às necessidades e expectativas do leitor. [...] Pensando que as narrativas, sejam históricas ou literárias, ou outras, constroem uma representação acerca da realidade, procura-se compreender a produção e a recepção dos textos, entendendo que a escrita, a linguagem e a leitura são indivisíveis e estão contidas no texto, que é uma instância intermediária entre o produtor e o receptor, articuladora da comunicação e da veiculação das representações. Desta forma, há uma tríade a considerar na elaboração do conhecimento histórico, composta pela escrita, o texto e a leitura. No que se refere à instância da escrita ou da produção do texto, o historiador volta-se para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa. Já ao enfocar o texto em si, o que se fala e como se fala são questões indispensáveis. (BORGES, 2010, pág. 95)

Nesta análise consideraremos estes vários aspectos, buscando associar as metáforas e a linguagem apresentada nas obras do autor, com seu contexto de produção, bem como aos mecanismos que se instaram sobre as sexualidades dissidentes, considerando como estes se refletem nas produções literárias.

A afirmação desta amizade vai se emaranhando aos questionamentos do protagonista sobre sua própria sexualidade, quando afirma “Se sei que sou homossexual? Não sei, serei? Só ele me compreendia, ficava sempre em silêncio, mas era como se gritasse.”, e ainda quando sugere que outras pessoas a sua volta os observavam de maneira distinta, revelando “minha mãe começou a implicar (ou a desconfiar?) Da nossa amizade”. A sensação de auto rejeição do personagem passa a acentuar-se, exibindo o

medo de não ser aceito na sociedade, e isto pode ser percebido em trechos onde o mesmo afirma

Eu precisava dele como preciso de ar para respirar, o senhor não entende, Dr. Começaram a dizer que era senvergonhice a nossa amizade. Mas eu não sou o que eles estão pensando, tenho certeza disso, tenho uma namorada em Brasília, só que ela não consegue preencher meu vazio. Como ele conseguia. Mas eu tenho uma namorada, tenho sim, tenho certeza que tenho. [...] Depois que ele veio eu tinha um destino: as suas mãos – que eram, doutor, como as mãos de uma moça; delicadas e macias. Não sei – serei? – mas acho que nunca o esquecerei, desde que ele sumiu sem dar notícia, minha vida virou um inferno.⁶¹ (FELÍCIO, Brasigóis. 1975, pág. 28)

Os questionamentos da própria sexualidade permeiam todos os trechos, sugerindo um teor de profundo envolvimento, mas em face um medo constante da não aceitação dos outros e de si próprio. Diversos trechos sugerem a preocupação com a associação à homossexualidade, e isto se expressa na necessidade de afirmar a existência de uma namorada, ou quando sugere

Sei que posso parecer um louco, todos os vizinhos estão dizendo que estou ficando meio biruta depois que ele sumiu, que eu sou... o senhor sabe..., mas ninguém sabe das coisas que ele me dizia quando eu chorava, ninguém sabe. [...] Dr, esses caminhos são caminhos? Sou assim desde que nasci. (?) O senhor compreende, dr., compreende? (FELÍCIO, Brasigóis. 1975, pág. 29)⁶²

Esta constante turbulência e inconstância apresentada ao longo do desenvolvimento do conto reflete o medo de ser identificado pelas pessoas em seu entorno como homossexual. A associação entre seu sofrimento desde a perda resultante desta relação e a subsequente “loucura” que afirma estar tomando conta de si, refletem o sentimento de que estar distante do padrão moral-sexual imposto o aproxima da insensatez. A associação da homossexualidade à condição do paciente que reflete no divã, está associada aos processos de patologização das sexualidades dissidentes que apontamos nos capítulos anteriores, sugerindo o processo de aproximação desta “condição” com uma realidade patológica. Este discurso médico legal foi amplamente recuperado durante a ditadura civil-militar, como o objetivo de influir que aqueles indivíduos que não se adequassem a norma padrão estariam sofrendo de uma condição de “desordem” e “perversão” sexual.

⁶¹ Ibid., pág. 28.

⁶² FELÍCIO, Brasigóis. Monólogos da Angústia, Goiânia, 1975, pág. 29.

Parte dos contos apresentados em *Monólogos da Angústia* se afastam da ideia da virilidade masculina, e apontam o medo constante de não corresponder ao que é esperado quando enquadrado na categoria “homem”, isto fica evidente no conto seguinte, denominado *Insônia*, quando o personagem central afirma

O sono que não vem, que perco toda noite tenho que sair andando mas tenho medo, lá fora há o perigo da vida, então vou para o posto de gasolina da esquina e fico conversando com guarda-noite a noite inteira, ele guarda a minha noite, acha que sou doido porque toda noite fico junto dele até quando vai abastecer algum carro fico junto dele, com a mesma ânsia e o mesmo desespero com que um menino procura a proteção do pai, ontem ele me olhou com desconfiança e um pouco de malícia, acho que pensou mal de mim mas não faz mal que ele pense assim, sei que sou homem sem mulher, mas homem assim mesmo porque eu fracassei da primeira vez não significa que eu seja o que ele pensou. [...] Preciso dormir, não posso mais ir ao posto porque senão o guarda-noite vai me passar outra cantada e eu sou homem, tenho certeza, sou – serei? – (FELÍCIO, Brasigóis. 1975, pág. 33)⁶³

Este conto, como outros que compõem o livro, expressam sofrimento e amargura e mostram um diálogo que associa a ausência do que podia ser considerado virilidade, ou ainda o com o temor de não ser considerado homem. O simples questionamento da sexualidade ou a incapacidade de concluir intercuro sexual já sugere que o indivíduo não pode ser considerado homem. Discutir o que torna um sujeito “homem” ou “mulher” é parte dos esforços empreendidos essencialmente nas últimas décadas pelas ciências humanas e sociais e não é possível tratar estas questões antes que se compreenda a construção da identidade de gênero, e como ela estrutura as dinâmicas das relações entre homens e mulheres e como isto promove a normatização da heterossexualidade⁶⁴. Ainda no século XX, Margareth Mead já afirmava que cada sociedade humana, dotada de sua própria cultura, usava a diferença sexual como argumento na constituição dos papéis sociais (PEDRO, 2005). Estas representações definidas por uma série questões culturais calcadas na binaridade fortalecem os construtos que definem as categorias “homem” e “mulher”, e fortalecem uma perspectiva ultrapassada que baseia na “construção biológica” para justificar padrões definidos socialmente. Esse construto

⁶³ Ibid, pág. 33.

⁶⁴ GUERRA, Valeschka; SCARPATI, Arielle; DUARTE, Camila; SILVA, Cleidiane; MOTTA, Tammy. Ser homem é...: Adaptação da Escala de Concepções da Masculinidade. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 19, n. 1, pág. 155-165, jan./abril 2014.

permite a problematização do que vem a ser o masculino e o feminino em nossa sociedade, uma vez que é por meio das experiências de gênero que homens e mulheres dão forma e significado às suas representações e práticas. Sobre a identidade de gênero, Louro (1997) afirma que esta se trata da construção social referente ao ser homem e ser mulher, assim como a forma pela qual as pessoas se relacionam com o mundo, que tem origem nos espaços sociais. A construção de um gênero é interdependente da construção do outro, ou seja, para que um homem aprenda o que é ser homem, é necessário que ele tenha clareza do que significa ser mulher. Apenas assim ele poderá se manter afastado de qualquer prerrogativa social que o aproxime do universo feminino. Desse modo, não se acredita na existência de uma determinação natural dos comportamentos, mas sim, em uma construção social, histórica e cultural que pode ser organizada através do construto “gênero”. (GUERRA; SCARPATI; DUARTE; SILVA; MOTTA, 2014, pág. 156)⁶⁵.

É neste sentido que devemos considerar o que torna – ou não – uma pessoa pertencente às categorias homem/mulher. O medo da não adequação do personagem expresso no conto à categoria masculina é fruto da sensação de que este não corresponde às práticas associadas socialmente a este papel. A frustração experienciada pelo ato sexual incompleto é constantemente recuperada nos contos de Brasigóis Felício como um definidor de masculinidade, como se este fator medisse a virilidade e/ou a capacidade de “ser homem” e, não obstante a isto, a “ausência de virilidade” aparece constantemente associada a possibilidade de que o personagem seja homossexual.

Esta condição da homossexualidade enquanto característica capaz de definir aquele que “não é homem”, é novamente recuperado no conto *De camisola e tudo*, onde afirma que a esposa “não poderia aceitar que o seu marido pai de seus filhos fosse aquilo que ela nunca desconfiou”, e que ela “não poderia aceitar que não fosse homem. Nunca.”⁶⁶. Neste conto, o autor enfatiza que se trata da esposa de um médico, que descobre um caso amoroso entre seu marido e o motorista. O autor ironiza sobre os desvios de caráter aceitáveis, quando a mulher sugere que se “o seu marido se metesse com as suas clientes e as bolinasse quando no exame, poderia admitir, porque as mulheres de médico – ela sabia justamente dessas mulheres – tinham que acostumar-se com isso”⁶⁷, mas quando se tratando da homossexualidade o teor é desesperador, já que isto seria inaceitável, pois “seu casamento estava definitivamente fracassado, sabia disso, que não

⁶⁵ Ibid, pág. 156.

⁶⁶ FELÍCIO, Brasigóis. Monólogos da Angústia, Goiânia, 1975, pág. 71.

⁶⁷ Ibid. pág. 72

poderia mais conviver com ele, deixar que os filhos soubessem, seria uma humilhação muito grande, seria.”⁶⁸.

O trecho acima recupera aspectos que mencionamos anteriormente, reforçando a condição da dominação masculina, que reforça a teoria das relações sociais de sexo, caracterizadas por uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos. Nesta configuração, a classificação social dos indivíduos é definida desde o nascimento e é operada sob esse critério do sexo e “mais precisamente, sob a representação social segundo a qual esse critério é de uma importância primordial para classificar os indivíduos” (DEVREUX, 2005, pág. 563). É possível recuperar neste trecho aquilo que sugere o ápice do papel de gênero socialmente definido, que reforça hipocritamente o desejo pelo ideal da dominação masculina, e estabelece o conceito de “relação social de sexo” representação da síntese teórica das muitas dimensões da dominação masculina, que é uma representação científica que traduz a lógica da organização do social que é constituída por essa dominação das mulheres pelos homens e a irredutibilidade dessa dominação a outra relação social.

O não cumprimento da “norma” sexual rompe com o padrão de gênero definido pelo processo da heterossexualidade compulsória, e é por vezes considerada uma “inversão” dos papéis de gênero que, neste contexto, tendem a afirmar uma ligação direta entre a sexualidade e o pertencimento a determinada categoria de gênero, sugerindo que se este ou aquele personagem demonstram interesses sexuais que se distanciam deste padrão, eles experienciam simultaneamente a não adequação às categorias de “homem” ou “mulher”. Françoise Héritier (1996), aponta que o gênero se constrói justamente na relação homem/mulher, sendo impossível pensar no indivíduo isoladamente e que isto independe de regras e de representações sociais, esta abordagem pode ser contrastada com o que Joan Scott (1998), define acerca da categoria gênero, ao apontar que o gênero é uma categoria historicamente determinada que não apenas se constrói perante a diferença de sexos, mas, “dá sentido” a esta diferença, partindo deste pressuposto podemos afirmar que os dois modelos comportamentais associados à masculinidade e feminilidade são preenchidos de atributos e expectativas diferentes em cada cultura; e a sexualidade é apenas um dos elementos que constituem este modelo, não significando a eliminação de qualquer indivíduo destas categorias, pois é necessário

distinguir identidade de gênero de práticas afetivo sexuais, porque a sexualidade é apenas uma das variáveis que configura a identidade de gênero em concomitância com outras coisas, como os papéis de gênero e o significado social da reprodução. Além de diferentes formas de interpretar a situação das mulheres em nossa cultura, categorias como sexo e gênero, identidade de gênero e sexualidade são tomadas muito seguidamente no Brasil como equivalentes entre si. De uma forma simplificada, diria que sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; que gênero é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de papéis sexuais); que identidade de gênero é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada e que sexualidade é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos. (GROSSI, 1998, pág. 12)

As sexualidades dissidentes são continuamente recuperadas nos escritos de Brasigóis Felício e tomam constantemente um tom de sofrimento e incompreensão associados à uma enorme solidão nos personagens. Este gênero de narrativa dialoga diretamente com o que propusemos nos capítulos anteriores, sugerindo uma angústia persistente, promovidos pelos meios de repressão do regime. Baseado no projeto moral-sexual da ditadura civil-militar, os indivíduos que não se adequam a normal, acabam sendo relegados à abjeção. Em um contexto social onde as sexualidades dissidentes são tidas como questões patológicas, as alusões de Brasigóis Felício ao processo de segregação e solidão conformados aos indivíduos homossexuais sugerem que estes estariam constantemente à margem, temendo serem descobertos. A repressão apresentada nos documentos que analisamos sobre as DOPS sugerem o processo de apagamento das sexualidades dissidentes por meio da sistematização da censura e da associação das práticas homossexuais à perversão, à doença, e a degeneração da sociedade.

No conto “E ele saiu correndo dentro da noite”, a narrativa apresenta um pintor que afundado na miséria aparece como um sujeito que “começou a falar da angústia, e que ninguém o compreendia, era um solitário, [pediu que fizesse esforço para entendê-lo, que não aguentaria mais, iria suicidar-se, iria]”⁶⁹. Este conto descreve a tentativa frustrada de envolvimento sexual entre *o pintor* e um apreciador de suas obras, que percebe a tentativa desesperada do artista, e experimenta sentimentos de nojo e desconforto que são amortecidos por pena. O fracasso da tentativa de consumação do ato sexual é expressado no trecho que descreve o ambiente, afirmando que

⁶⁹ FELÍCIO, Brasigóis. *Monólogos da Angústia*, Goiânia, 1975, pág. 67

No prato uma música triste e suave preparava o ambiente que ele preparara, ele caíra numa cilada que ele deveria adivinhar qual fosse mas quis cair e ver se a angústia do pintor era maior que a dele, queria conhecer seus quadros e o lugar onde praticava sua solidão, fechou a boca quando o outro tentou enfiar a língua lá dentro e as mãos do outro já percorriam suas pernas, ele sentiu que não poderia continuar, mas parar era impossível o outro já o dominava e era todo ânsia [...] não poderia fazer aquilo que o pintor diz ter querido quando enfiou a mão em sua braguilha e o seu membro estava murcho, ele só tinha pena do outro que era um solitário e que ainda falava de sua angústia enquanto enfiava a mão pela sua braguilha e só encontrava lá um membro murcho, como um caramujo. (FELÍCIO, Brasigóis. 1975, pág. 68-69)⁷⁰

Muitas obras produzidas durante a ditadura civil-militar brasileira que continham temas relativos às sexualidades dissidentes poderiam ser aprovadas, desde que sugerissem uma ligação direta entre estas e a decadência decorrente das homossexualidades. Isto significa que este conteúdo “sexual” e/ou “erótico” quando apresentados como motivador da ruína dos personagens, poderia ser visto com “bons olhos” pela censura (FONTOURA, 2015). Entretanto, mesmo diante disto, boa parte das obras que retratam uma temática homoerótica não são aprovadas, independente do fim dado aos seus personagens. Neste conto, o desfecho da cena supracitada sugere as sensações de desprezo e pena expressas de maneira clara

Ele desprende-se dos braços do outro que tentavam enlaça-lo, abriu a porta e desceu correndo as escadas com um negócio esquisito dentro dele, vontade de vomitar e pena do pintor que ele admirava, que ficou lá chorando, chorando alto. ⁷¹ (FELÍCIO, Brasigóis. 1975, pág. 39)

Este teor de angústia e solidão aparecem ainda no conto *No outro dia* que trata, de um amor possivelmente não correspondido e regado pelo medo do desprezo, ódio e solidão. O texto, escrito em primeira pessoa inicia-se com a inquietação do personagem após uma tentativa de aproximação, ao dizer que “A noite é hoje, mas a rua ainda é ontem. Serei...? E sinto amor por ele. Enxergo nos seus olhos a funda dimensão humana que os meus olhos não têm”⁷². O medo de ser desprezado aparece em trechos que dizem “agora, passa por mim e olha-me com ódio, embora sem dizer uma palavra. De asco ou de dor – que deve ser o ódio.”⁷³. O texto expressa ainda que esta não é uma condição específica a

⁷⁰ Ibid, pág. 68.

⁷¹ FELÍCIO, Brasigóis. Monólogos da Angústia, Goiânia, 1975, pág. 69.

⁷² Ibid. pág. 19.

⁷³ Ibid. pág. 19

este caso, mas sugere que o protagonista se sente sempre em condição de solidão ao dizer que

Ninguém sabe como eu tenho estado só. Ninguém quer saber do vazio em que tenho vivido; que desprezo os amigos; que as mulheres só me despertam piedade ou indiferença. Que moro sozinho ou que sou chamado louco. (FELÍCIO, Brasigóis. 1975, pág. 20)

É constante nos textos de Brasigóis, que os personagens homossexuais questionem a própria sanidade durante os diálogos, refletindo se estão loucos, ou afirmando que são descritos assim pelos seus vizinhos e por aqueles que os cercam. Esta associação recorrente entre as sexualidades dissidentes e a loucura, a abjeção, se dá em virtude da ainda recente despatologização da homossexualidade. É somente a partir da segunda metade século XX, que a maior parte dos países-membros da ONU, definem as relações homoeróticas entre pessoas do mesmo sexo como não patológicas e descriminalizadas (ILGA, 2017). Apesar desde processo ser posteriormente imprescindível para a as primeiras lutas pela obtenção de direito civis homossexuais, este não significou a desvinculação do imaginário popular acerca das sexualidades dissidentes enquanto uma questão médico-legal, e serviu para a manutenção do projeto moral-sexual empreendido pela ditadura civil-militar, que usou amplamente deste aspecto patologizante para definir a homossexualidade como algo que deve ser “combatido”. O grande sucesso deste projeto decorre em muito do fato de que os processos culturais atuais ainda são marcados pelo estigma da heterossexualidade compulsória que se reflete nas populações e nas instituições e relações sociais (CLEMENTE, 2018).

No Brasil, isto se deu de maneira que os discursos médicos se associaram com as ações da polícia, e serviram como um aparato de regulação das sexualidades ditas dissidentes. E, dentre estas, haviam grupos mais sucessíveis a perseguições promovidas por essas instituições, como os homossexuais que não performavam os seus respectivos papéis de gênero e que não cumpriam exigências de virilidade, e desta maneira estariam mais expostos às “intervenções médicas”, dado que

os grupos dissidentes da heteronorma mais facilmente capturados em meio à vida urbana – e que, portanto, deveriam ser colocados para fora do sistema regulatório das expressões sexuais –, eram aqueles que carregavam em seus corpos ou em suas práticas sexuais as características mais infames. Ou seja, as “bichas pobres”, aqueles homens que se travestiam de mulher para fazer

programa, os que faziam dos locais públicos da cidade espaços para trocas de prazer, para fazer pegação. (CLEMENTE, 2018, pág. 38)⁷⁴.

Esta necessidade de censura àqueles que se encontram mais a margem dos estereótipos e padrões comportamentais esperados, se dá pelo projeto moral-sexual implementado, que busca coibir e erradicar a expressão das diversidades sexuais, dadas como parte do projeto de infiltração comunista, baseada no desmantelamento da moralidade. Nesta perspectiva, outro livro de Brasigóis Felício, chamado “Diários de André” aparece em uma série de relatórios do Serviço de Informações⁷⁵, definido como “Livro contrário a moral e aos bons costumes”. Os arquivos, produzidos pelo Serviço Estadual de Informações, subsidiados à Secretária do governo datados do ano de 1976, descrevem a seguinte circunstância

Senhor Chefe do SEI

Em resposta ao PB [pedido de busca], acima referenciado, informo-vos, que o Sr. Brasigóis Felício, propôs a esta Secretaria a aquisição de vários exemplares de seu livro “Diário de André”, os quais foram remetidos ao Departamento Estadual de Cultura, para apreciação de seu Conselho, mas o processo nem chegou a ser formalizado e houve a apreensão dos mesmos, pela censura federal, por determinação do Exmº Sr. Ministro da Justiça, em virtude da obra conter ofensa à moral e aos costumes nacionais. (BRASIL, 1976)⁷⁶

O dossiê do órgão repressivo aponta ainda que a “Censura Federal apreendeu 121 exemplares do livro ‘Diário de André, existentes no Departamento Estadual de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura de Goiás”. Esta obra descreve a trajetória de André, o protagonista. Trata-se, de um personagem fictício, que se entregou voluntariamente ao hospital psiquiátrico, deixando para trás alguns diários, que são o tema central do livro. O personagem é descrito como um escritor que já não se encontra empregado, que experimenta grande crise existencial, considerando os grandes aspectos filosóficos do existir humano, enquanto questiona as relações cotidianas, e frequenta bares e bordéis, duvidando de sua própria inclinação moral.

⁷⁴ Ibid. Pág. 38.

⁷⁵ Estes relatórios compõem um dos dossiês selecionados entre os arquivos da DOPS, sediados no CIDARQ.

⁷⁶ GOVERNADORIA DO ESTADO DE GOIÁS, SECRETARIA DO GOVERNO – SERVIÇO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES, 1976.

O protagonista é apresentado como um homem sórdido, que reproduz discursos misóginos ao apontar que não é capaz de se relacionar com mulheres, porque nelas observa apenas o vazio e a levianidade, enquanto sugere

Já tentei de todas as formas acostumar-me às suas conversinhas fúteis, mas definitivamente nunca consegui. Passam com todos o seu dengo perto de mim, e às vezes até dão-me alguma confiança, mas eu me fecho no meu orgulho e na minha intenção de não tolerar a sua levianidade. Meu Deus, como elas são bonitas e vazias. Como um barril de que retiraram todo o vinho. A carne, somente isso elas têm de perfeito. São verdadeiros pássaros inocentes e, infelizmente, de uma sensualidade atroz. Fosse eu um como elas e seria tão mais fácil... os medíocres dão as cartas. (FELÍCIO, Brasigóis. 1975)⁷⁷

O personagem apresenta a si próprio como um representante da vida boemia, e reitera dizendo “neste tempo, eu era considerado parte integrante dos maiores prostíbulos de Goiânia. Era amigo dos cachaceiros de mais baixo escalão. [...] Patrimônio da Imundície. Dormi com mulheres e veados.”⁷⁸. Tais trechos indicam a diversidade de relações que circulavam o cenário goiano durante este momento, e reforçam os aspectos que apontamos nos documentos da repressão. O personagem associa suas próprias experiências com a imundície e a perversão, apontando a agência de um processo projeto moral sexual que influencia diretamente os processos conscientes e inconscientes de associação das sexualidades dissidentes à condição da imoralidade, da abjeção. Na narrativa deste personagem se assemelha ao dossiê que sugere que o ex-secretário de segurança frequentava locais “pervertidos”, sabidamente frequentados por “pederastas passivos”. Estas verossimilhanças reforçam o aspecto moralizador fortemente estabelecido na sociedade goiana, calcado através do projeto moral sexual estabelecido pelo regime repressor.

Quando o protagonista recupera suas experiências sexuais com pessoas do mesmo gênero, aponta que isto é parte de uma degeneração moral, e que esta está associada à ausência de princípios sólidos, como pode ser observado

A vez que estava bêbado e quase dormi com um veado. Estava precisando de dinheiro – e o homem que precisa de dinheiro, e não é honesto, não tem escrúpulos. Sinto nojo até hoje, e dói-me ter que confessar uma coisa: se tivesse caráter e hombridade, nem bêbado consentiria num negócio desses. Há coisas e situações que estão acima do dinheiro: essa é uma delas. Nunca transgredir

⁷⁷ FELÍCIO, Brasigóis. Diários de André, Goiânia. 1975, pág. 62

⁷⁸ FELÍCIO, Brasigóis. Diários de André, Goiânia. 1975, pág. 76

com nossos princípios, ainda que morramos de fome por isso. Tarde demais aprendi esse princípio e receio, mesmo hoje, depois de saber essa lei moral de cor, eu venha a transgredir com ela. Estava na avenida Bahia, naquele estado de decrepitude, decadência espiritual das mais lamentáveis. Bêbado, eu precisava de dinheiro [...] e consegui entrar em um quarto com um veado. Começou com aqueles trejeitos provocantes, fazendo-se de mulher, fingindo esquivar-se. [...] Não aguentei aquela frescura e dei-lhe um bofetão na cara. Começou a gritar escandalosamente, e fiquei enraivecido. Bati-lhe com redobrada fúria. E percebi umas notas em cima do criado. Peguei as notas e saí correndo. Naquele momento eu era um ladrão vulgar. (FELÍCIO, Brasigóis. 1975)⁷⁹

A designação sexual aparece no texto descrita pelo termo pejorativo “veado”, e a origem deste termo associado à homossexualidade masculina é difícil de datar. A grafia deste termo pode oscilar entre as escritas “viado” e “veado”. A associação deste termo não advém de nenhuma ligação com a vida sexual destes animais [os veados], pois, segundo o artigo “Como é a vida sexual dos veados?” de Barbiieri (2010), “todas as espécies desse animal são heterossexuais e muito ativas sexualmente”.⁸⁰ O artigo aponta que os veados possuem características de delicadeza, timidez e suavidade, o que pode ser a “justificativa” pela qual as pessoas acabem os associando ao homem homossexual, que supostamente apresentaria tais características⁸¹. Ainda sobre este termo, Aranha (2002), aponta uma das possíveis origens deste uso, associando-o também como o modo de vivência dos animais em seu habitat, uma vez que este é um

Mamífero da família dos cervídeos quase sempre tímido e veloz. Vive em bandos. Usa-se no Brasil, com muita frequência para insultar a vítima, identificando-a como homossexual masculino. Dizem que nos tempos do Império, em praças, provavelmente cariocas, rapazes reuniam-se alegremente, formando bando de afinidades, para, entre outros objetivos, dar atendimento a clientes ricos em busca de aventuras sexuais. Quando a polícia, que nunca foi amiga dos veados, aproximava-se para coibir a caça, eles saíam correndo, aos saltos, como fazem os cervídeos. Disso resultou a criação do alcunha que se fixou como um dos mais populares do Brasil. (ARANHA, 2002, pág. 352)

Este termo pejorativo aparece constantemente associado à ideia de feminilidade nos homens homossexuais, e denota parte do processo de desqualificação dos mesmos enquanto seres não dotados de virilidade. Associar características de

⁷⁹ FELÍCIO, Brasigóis. Diários de André, Goiânia. 1975, pág. 62

⁸⁰ BARBIERI, Ricardo. Como é a vida sexual dos veados? 2010.

⁸¹ CITTADIN, Laura; LINO, Zaqueu. ANÁLISE ETIMOLÓGICA DE PALAVRAS COM SENTIDO PEJORATIVO EM RELAÇÃO A MEMBROS DA COMUNIDADE LGBTQI+. Revista Linguagem, Ensino e Educação, Criciúma, v. 2, n. 1, jan. – jul. 2018

comportamento específicas ao sexo masculino ou feminino é parte do que se funda através das práticas empreendidas em torno dos papéis de gênero socialmente atribuídos. E a inferiorização do homem que apresenta características “feminilizadas” é parte da violência simbólica que sugere a “inferioridade” social da mulher e que afirma sua ligação exclusivamente com os traços de leveza, sutileza, fragilidade e sentimentalismo.

A partir do trecho acima destacado, ao se considerar o efeito de verossimilhança, percebe-se a presença social de pessoas, cujas sexualidades eram consideradas dissidentes, em Goiânia. A apresentação de espaços como bares, prostíbulos e espaços considerados “degeneradores”, conecta-se as narrativas apresentadas nos dossiês anteriores que sugerem a existência de espaços que abriguem indivíduos marginalizados pela sua orientação sexual, tida naquele momento como uma condição de “perversão”. O projeto moral-sexual desenvolvido pela ditadura civil-militar buscava coibir as práticas ditas “degeneradas”, fazendo com que estes espaços estivessem cada vez mais marginalizados e distantes.

Os escritos de Brasigóis Felício ironizam as condições socialmente aceitas em detrimento daquilo que deve ser definido como vergonhoso. A vida boêmia, o frequentar de bares e bordéis, os assédios morais e sexuais podem ser admitidos sem vergonha, mas relações homossexuais devem causar nojo, desprezo e serem consideradas como algo inferior aos “princípios morais” dos personagens, o que reforça a perspectiva de um projeto moral-sexual como parte fundamental do regime civil-militar brasileiro, que além de amplamente difundido é replicado pela sociedade.

Os jornais, boletins, livros e demais produções literárias que lutaram contra o silenciamento e o apagamento das diversidades, são parte dos processos de resistência que culminaram na luta e garantia de direitos básicos dos grupos marginalizados durante a ditadura civil-militar brasileira, ora lidando com os empastelamentos, ora lidando com os muitos processos que envolviam censura e apreensão de exemplares. Isto reflete a condição de que a simples possibilidade da existência das homossexualidades, mesmo que ficcionalmente na literatura, por muito tempo foi descrita como subversiva e degenerativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o projeto moral sexual instituído durante o regime civil-militar tornou necessário percorrer uma série de dados, e os arquivos oficiais das Dops disponibilizados para consulta pública, tiveram papel central neste processo. A abertura destes acervos documentais propiciou novas pesquisas que são constituídas de temas antes restritos ou sigilosos e conferem a possibilidade de trazer a luz personagens silenciados historicamente, e é neste contexto que se insere este estudo.

As hipóteses questionadas por meio da análise minuciosa dos 794 dossiês das Dops disponíveis para leitura e do periódico *Cinco de março*, revelam parte da atmosfera goiana que foi criada durante a ditadura civil-militar, e apontam de que maneira as sexualidades ditas dissidentes foram condicionadas à um projeto sexual moralizador, produzido por discursos conservadores, apoiados na manutenção da norma e da heterossexualidade compulsória, impostas através do medo.

A análise aqui empreendida possibilita afirmar que as sexualidades dissidentes foram monitoradas pelos órgãos repressores em Goiás, os dossiês apontam um processo de vigilância constante, associando as homossexualidades à perversão, à patologia, e a desestabilização da ordem nacional. A ausência de dados mais expressivos na documentação oficial tornou necessária sua associação à outras fontes, como o periódico *Cinco de Março*, que foi analisado com a função central de oferecer outras perspectivas acerca dos espaços de sociabilidade “dissidentes” em Goiás, resultando na análise da matéria que comprovava a existência de um bar, em região nobre da cidade, com público massivamente formado por mulheres lésbicas.

Estas informações corroboram com o processo de formulação de novos espaços de sociabilidade homossexuais, proporcionados essencialmente a partir do início do processo de abertura política, mas também reforçam os aspectos do silenciamento, invisibilidade e censura como maiores ferramentas para manutenção do apagamento destes personagens.

Diante da ausência de dados mais expressivos, buscamos nos documentos oficiais parte da literatura goiana censurada neste período a fim de estabelecer relações entre os dossiês apresentados ao longo dos três capítulos e a atmosfera apresentada nos livros do autor Brasigóis Felício. A análise dos dossiês que tratam da censura aos livros do autor evoca dois dos aspectos centrais discutidos ao longo deste trabalho: a censura

como objeto de apagamento das diferenças, e a verossimilhança apresentada na literatura com as narrativas dos dossiês, que sugerem a marginalização daqueles que não se adequam a norma proposta pelo projeto moral-sexual da ditadura civil-militar em Goiás.

A tríade de fontes compostas pela documentação oficial das DOPS, pelo periódico *Cinco de Março* e pela análise da literatura censurada no regime possibilitam afirmar a existência de espaços de sociabilidade em Goiás, confrontando a insipiência de dados oficiais que tratem deste assunto. Estas informações corroboram a dimensão de que o principal meio de atuação do projeto moral-sexual da ditadura civil-militar em Goiás se deu por meio da manutenção das censuras e do silêncio.

O já muito referido neste trabalho “terror comunista”, implementado como medida de contenção e proliferação dos ideais do regime, exprime sua base de funcionamento. Sob as égides da propaganda política, e da manutenção do medo constante de que a “guerra anticomunista” deveria acontecer a todo tempo e em todos os lugares, o golpe civil-militar se estabeleceu. Os discursos oficiais baseavam-se, portanto, na máxima de que para afastar os “males do comunismo”, era necessário manter sólidas suas bases, as quais eram o patriotismo e a família considerada tradicional (nuclear e heterossexual). No extremo oposto desta máxima, encontravam-se as sexualidades dissidentes, o não cumprimento da norma sexual, o rompimento com os papeis de gênero.

Quaisquer outras maneiras de envolvimento amoroso ou sexual que não fossem representadas pelo *topos*, seriam considerados parte de uma articulação superior, motivada pela grande articulação comunista internacional, que buscava destruir o país de dentro para fora, minando a virilidade tão cara aos homens, subvertendo o destino da submissão e da maternidade relegado às mulheres, e corrompendo a frágil índole dos jovens.

Neste cenário, sexualidades dissidentes aparecem como algo que deveria ser combatido. Parte do sucesso experienciado na marginalização das mesmas, advém da associação destas com as condições patológicas as quais foram empregadas fundamentalmente no século XIX. A recuperação do discurso médico-legal como ferramenta para a manutenção da exclusão é frequentemente reiterada durante o regime militar. Caracterizadas como desordens mentais e distúrbios sexuais perversos, às homossexualidades aparecem constantemente descritas nos dossiês como condição que comprova a imoralidade, e que corrobora para o esfacelamento da moral e dos bons costumes.

A historiografia produzida nas últimas duas décadas tem se voltado para a análise das homossexualidades, o que possibilita observar como o recrudescimento do conservadorismo moral atuou sobre as mesmas, entretanto, estes estudos são consideravelmente menos abastados quando restritos ao estudo da lesbianidade e, mais amplamente, na atuação das mulheres no distanciamento da norma sexual vigente. O silenciamento na historiografia é reflexo do processo histórico de apagamento das narrativas relativas às mulheres e dos desdobramentos provenientes disso. Esta faceta da historiografia também se replica na produção dos documentos oficiais do período, e resultam na quase inexistência de dados sobre mulheres lésbicas durante a ditadura civil-militar brasileira.

Estas lacunas tornaram necessário buscar outros meios de análise, e justificam a expansão das fontes que trouxeram à tona os dados encontrados no periódico *Cinco de março*. Ao apontar a existência de uma vida noturna lésbica na região nobre de Goiânia, a matéria selecionada do jornal abre possibilidades para discussão, e o silêncio nas fontes e na historiografia já não podem mais ser justificados pela inexistência de dados e/ou de movimento significativo destas mulheres. O apagamento das mesmas não é fruto da impossibilidade de estudá-las enquanto objetos históricos, mas sim do duplo processo de silenciamento ao qual estão relegadas por serem mulheres e por serem, simultaneamente, transgressoras da norma e dos papéis de gênero atribuídos a elas. Historicamente restritas ao papel de mães e esposas, as mulheres subvertem duplamente a expectativa esmagadora do seu existir “natural” ao definirem-se como lésbicas.

Esta duplicidade de silêncios também se reflete em suas representações dentro dos grupos homossexuais, onde também estavam constantemente submetidas a uma hierarquização de gênero, que privilegiava as questões e causas dos homens gays em detrimento das questões que fossem relativas às mulheres lésbicas. Logo, a quantidade mínima de documentos acerca da lesbianidade, bem como as enormes lacunas historiográficas sobre as mesmas, estão intimamente associados a reprodução do mesmo processo durante a fundação dos primeiros grupos de afirmação homossexual.

Não obstante a isto, a travestilidade também ocupa um lugar de apagamento, que se aproxima e se afasta simultaneamente do que é enfrentado pelas mulheres lésbicas. Ora, se a produção historiográfica pouco se atenta para estas personagens, os documentos oficiais também reiteram a atmosfera de silenciamento em torno destes corpos, que relegados à categoria de abjeto, estão constantemente à margem

por romperem com as associações tradicionais de sexualidade e identidade de gênero que a normalização sexual aponta como a correta. Parte deste construto de reforço à heterossexualidade e ao desígnio dos papéis de gênero se dão pelas técnicas e as práticas que “justificam” a conformação dos próprios sujeitos enquanto resultados de uma relação com o sexo, onde a categoria “sujeito” está indiscutivelmente ligada à categoria “sexo”, e não o enquadramento em uma dimensão estritamente binária dos sujeitos, relega a travestilidade ao apagamento.

Estes processos de invisibilidade, apagamento e violência simbólica são produzidas pelo projeto moral-sexual do regime civil-militar brasileiro, que busca por meio do silenciamento a exclusão completa da diferença. Associados a este processo, as violências e censuras permitidas pelos Atos Institucionais, proporcionam o grande movimento no sentido da ampliação e regulamentação das censuras, que buscam coibir completamente quaisquer demonstrações que ultrapassem os padrões tolerados restritivos das formas permitidas de expressão sexual, e aqui tem-se início o silenciamento sistematizado daquelas categorias que transgredissem a “moral e os bons costumes”.

A vigilância de livros, revistas, programas de rádio e TV, fazem parte de um processo voltado para a vigilância constante e irrestrita das diversões públicas, que fortemente apoiada pela sociedade civil perdurou por todo o período de abertura política, e tratou como atitude criminosa tudo aquilo que não se encaixava na condição do conservadorismo tradicional.

Nos processos de censura disponíveis nas Dops, o projeto moral-sexual conservador da ditadura aparece ainda mais evidentemente, apontando como obsceno, pornográfico ou contrário à moral e aos bons costumes a simples menção de sexualidades dissidentes, resultando em escritores com dezenas de processos abertos e abertamente “perseguidos” pelos aparelhos censores. Por fim, é na luta contra o estabelecimento deste projeto sexual moralizador baseado no apagamento da diferença através da invisibilização, censura e violência que se estabelecem mídias alternativas, que buscam dar voz as muitas vítimas. Esta luta pelo reconhecimento ultrapassa a busca pelos locais de fala, e se fundam no direito de (r)existir diante das circunstâncias.

Deste modo, este trabalho busca preencher lacunas que apontam a existência de um processo moralizador conservador elaborado através de extenso aparato ideológico e legal, baseado na eliminação das diferenças amorosas e sexuais, que marcadas hierarquicamente por critérios de gênero, são reforçadas historicamente.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História. 2007. Bauru, Edusc.
- ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). Memórias Transcritas: depoimentos. Goiânia: ANIGO/NDH-UFG, 2013.
- ALVES, Isabela Guimarães; MOREIRA, Lisandra Espíndula e PRADO, Marco Aurélio Máximo. Saúde de mulheres lésbicas e bissexuais: política, movimento e heteronormatividade. Rev. Psicol. Saúde [online]. 2020, vol.12, n.3, pág. 145-161. ISSN 2177-093X. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.vi.1072>.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do séc. XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ARAUJO, Dhyego Câmara. Heteronormatividade jurídica e as identidades LGBTI sob suspeita. Revista Direito e Práxis, 2017.
- AROUCA, S. O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva. São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp, Fiocruz; 2003.
- BARBIERI, Ricardo. Como é a vida sexual dos veados? 2010.
- BORBA. A contra revolução antes da revolução: o golpe de 1964 em Goiás. Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder, 2012.
- BORGES, Maria Ribeiro Borges; LIMA, Agelita Pereira. História Da Imprensa Goiana: Dos Velhos Tempos Da Colônia à Modernidade mercadológica. Revista UFG, vol. 10, nº 5, julho de 2017,
- BORGES, Valdeci. História e Literatura: Algumas Considerações. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 1970. Brasileira De Estudos Do Lazer, 7(3), 45–62.

BRUM, Roberta; MARQUETTI, Dêlcio. CASSANDRA RIOS: UMA VOZ CENSURADA NO REGIME MILITAR NO BRASIL. Revista Travessias, V. 12, Nº 1, pág. 152, 2018.

BRUM, Roberta; MARQUETTI, Dêlcio. CASSANDRA RIOS: UMA VOZ CENSURADA NO REGIME MILITAR NO BRASIL. Revista Travessias, V. 12, Nº 1, pág. 152, 2018.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Antigone's Claim: Kinship Between Life and Death*. New York: Columbia University Press, 2000. [Ed. bras.: *O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte*. Trad. de André Checinel. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014].

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. London and New York: Routledge, 2011.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAMPOS, Francisco Itami. A política tradicional em Goiás. 1930-1960. In: SOUZA, Dalva Maria Borges de (Org.). Goiás: Sociedade e Estado. Goiânia, Cênone Editorial, 2004, pág. 11-47.

CAMPOS, Francisco Itami. Os arquivos DOPS de Goiás: a documentação sonhada. In: ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal, v.1, n. 1. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998.

CAMPOS, N. C. (2014). A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001 [Universidade do Estado do Rio de Janeiro].

CARRARA, Sérgio. (2010). Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. Bagoas: Revista de Estudos Gays, 5,131-147.

CECCARELLI, PÁG. R.; FRANCO, S. Homossexualidade: verdades e mitos. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012.

- CITTADIN, Laura; LINO, Zaqueu. ANÁLISE ETIMOLÓGICA DE PALAVRAS COM SENTIDO PEJORATIVO EM RELAÇÃO A MEMBROS DA COMUNIDADE LGBTTQI+. *Revista Linguagem, Ensino e Educação*, Criciúma, v. 2, n. 1, jan. – jul. 2018.
- CLEMENTE, Anselmo. *Pegação: reflexões sobre o homoerotismo nas cidades*. 2018. 197 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Clínica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados: Editora da UFGD, 2014. 114pág.
- COSTA, J. F. *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta, 1995.
- COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: UFSCAR, 2015, pág. 27-52.
- CYMBALISTA, R. Lugares de memórias difícil. IN: CYMBALISTA, R; FELDMAN, S; KÜHL, B. (org.) *Patrimônio Cultural: memória e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume, 2017. (pág. 231-236).
- DINIZ, Péricles. Quem entre nós pode ser visível? Lesbianidade e resistência em cachoeira. *Dossiê Reverso*, 25 set. 2017.
- DUARTE, A. R. F. (2017). Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Diálogos*, 18(1), 75-92.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *MORAL E COMPORTAMENTO A SERVIÇO DA DITADURA MILITAR – UMA LEITURA DOS ESCRITOS DA ESCOLA em información, Documentación y Sociedad: Perspectivas e tendencias*. Madrid, 2017.
- FÁBIO, André Cabette. *A trajetória e as conquistas do movimento LGBTI+ brasileiro*, 2017.
- FACCHINI, Regina. 2003. “Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico”. In: GREEN, James & MALUF, Sônia. (eds.). *Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas*. Vol. 10, nº 18-19.
- FACCHINI, Regina. 2005. “*Sopa de Letrinhas*”? – *Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond.

FALQUET, Jules. Três questões aos movimentos sociais progressistas: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais". *Revista Lutas e Resistências*, Londrina, GEPAL/UEL, n. 1, pág. 212-225, 2006.

FAVARO, Tereza C. PÁG. O governo Mauro Borges (1961-1964): o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista. Trabalho de qualificação para Doutorado (História). PPGH-UFG, 2014.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos, EduFScar, 2014. pág. 125-148.

FERNANDES, Millôr. *Imprensa Alternativa & Literatura - os Anos de Resistência*. Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular, Rio de Janeiro: RioArte, 1987.

FICO, Carlos. "Prezada censura"; cartas ao Regime Militar. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, pág. 251-286, setembro 2002.

FICO, Carlos. Censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (pág. 167 – 201).

FICO, Carlos. Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Dossiê: História e Inteligência • *Varia hist.* 28 (47) • Jun 2012.

FICO, Carlos. Reinventando o Otimismo. *Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1993.

FIGUEIRA, Sérvulo A. (org) *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

FONSECA, Márcio Alves. *Foucault e o Direito*. São Paulo: Max Lemonad, 2002.

FONTOURA, Antonio; PIOZEVAN, Adriane. *Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra Rios*. VII Congresso internacional de História, pág. 2412, 2015.

FONTOURA, Antonio; PIOZEVAN, Adriane. *Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra Rios*. VII Congresso internacional de História, pág. 2412, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Mana Ermantina Galvão – São Paulo: Martins fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I – A vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2014. State Department, Top Secret Cable from Amb. Lincoln Gordon, March 29, 1964. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/bz05.pdf> Acessado em 18 de junho de 2022 às 12h e 23

GREEN, James N & QUINALHA, Renan (Orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015. 332 pág.

GREEN, John. The Faith Factor. Westport: Praeger, 2007.

GREEN, John; ROZELL, Mark e WILCOX, Clyde. The Values Campaign? Washington: Georgetown University Press, 2007.

GROSSI, Mirian. IDENTIDADE DE GÊNERO e SEXUALIDADE, 1998.

GUERRA, Valeschka; SCARPATI, Arielle; DUARTE, Camila; SILVA, Cleidiane; MOTTA, Tammy. Ser homem é...: Adaptação da Escala de Concepções da Masculinidade. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 19, n. 1, pág. 155-165, jan./abril 2014. HÉRITIER, Françoise. Masculin/Féminin: la pensée de la différence. Paris: Ed. Odile Jacob, 1996.

HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In: In: PERROT, Michelle Perrot; DUBY, Georges (Orgs.). PERROT, Michelle Perrot; DUBY, Georges (Orgs.). História das mulheres no Ocidente. Vol. 5: O século XIX. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

ILGA. Internacional Lesbian, Gay, Bissexual, Trans and Intersex Association. Maps – sexual orientation laws. [s.l.], May, 2017. Disponível em: <<https://ilga.org/maps-sexual-orientation-laws>>. Acessado em 22/08/2022.

KESSLER, Samuel. “SÃO TUDO SAPATÃO”: LESBIANIDADES E HETERONORMATIVIDADE NO FUTEBOL/FUTSAL BRASILEIRO.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários da imprensa brasileira. São Paulo: Escrita Editorial, 1991.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. pág. 206-241.

Lessa, pág. (2009). Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do grupo de ação lésbico-feminista e do Boletim Chanacomchana. *Revista Gênero*, 8(2), 301–334.

LESSA, Patrícia. “O que a história não diz não existiu: a lesbianidade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres”. Em *tempos de histórias*, Brasília, n. 7, pág. 1-8, 2003.

LESSA, Patrícia. A CONSTRUÇÃO DOS CORPOS LESBIANOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO BRASIL ENTRE OS ANOS 70 E A ATUALIDADE. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005

LIMA, Marcus. De alternativa a grande mídia: historiografia resumida da imprensa homossexual no Brasil. Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Ciee, São Paulo, 2007, pág. 1.

LOPES, Fábio Henrique. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira: apontamentos de uma pesquisa, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, v. 46, pág. 201-218, 2007.

MACIEL, D. A esquerda goiana nos anos 60/70: do nacionalismo estatista à luta contra a ditadura militar. *OPIS*, Catalão – GO, v. 14, n. 1, pág. 361-379, 2014.

MARCELINO, Douglas Attila. Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e Diversões públicas nos anos 1970/ Douglas Attila Marcelino. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2006.

MARCELINO, Douglas Attila. Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, 2011.

MARCELINO, S. R. S; Questões Contemporâneas: A Homossexualidade e os Novos Sujeitos Como Desafios Para o Serviço Social. 2015. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1315765266_ARQUIVO_FAZENDOGENEROTEXTOFINAL.pdf&gws_rd=cr&ei=f2pEV93tOcQJwgT35bfYBg. Acesso em: 10 ago. 2015.

MARCELINO, Sandra. O Movimento LGBT e a militância: a hora e a vez das lésbicas, in: *Mulher Negra Lésbica: a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais no espaço para*

o silêncio – Pontifícia universidade Católica, RJ. abril 2011- Dissertação de mestrado em Departamento de Serviço Social.

MEDRADO, Benedito, and Jorge Lyra. “Por Uma Matriz Feminista de Gênero Para Os Estudos Sobre Homens e Masculinidades.” *Estudos Feministas*, vol. 16, no. 3, Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008, pág. 809–40, <http://www.jstor.org/stable/24327802>.

MEINERZ, Nádia E. Se essas paredes pudessem falar. *Bagoas – Estudos Gays: gênero e sexualidades*, Natal, v. 7, n. 10, pág. 55-72, 2013.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.

NAVARRETE, Eduardo. ROGER CHARTIER E A LITERATURA . *Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)*, v. 2 nº 3 pág.23-56 Set./Dez. 2011 ISSN 2177-6644.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Feminismo e Lesbianismo: a identidade em questão. In: *Cadernos Pagu: Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX*. Campinas: ed. UNICAMP, n. 12, pág. 109-120, 1999. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, pág. 150-182.

NAVARRO-SWAIN. A Invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. IN:_____. *Textos de História: Feminismos, teorias e perspectivas*. *Revista do PPGHIS*. v. 8, n. 1-2, Brasília: Edunb, 2000.

OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante. A rebeldia do cinema de mulheres no Brasil: os desafios de Maria do Rosário Nascimento e Silva, em anos de ditadura civil-militar*. *CADERNOS PAGU*, pág. 1-37, 2020.

Oliveira, L. F. (2017). Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). *Revista Periódicus*, 1(7), 06.

OLIVEIRA, Vanilda M. 2007. Identidades interseccionais e militância políticas. In: GROSSI, Miriam.; UZIEL, Ana PÁG.; MELLO, Luiz. (orgs,) *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.

PADRÓS, Henrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 1, núm. 1, pág. 30-45, 2009. Universidade do Estado de Santa Catarina.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica, *HISTÓRIA*, SÃO PAULO, v.24, N.1, PÁG.77-98, 2005.

- PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. e DUBY, Georges. (Orgs.). História das mulheres no Ocidente. Vol. 04: O século XIX. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.
- PERROT, Michelle. e DUBY, Georges. (Orgs.). História das mulheres no Ocidente. Vol. 05: O século XX. Porto: Edições Afrontamentos, 1991. PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2008.
- PERROT, Michelle. Mulheres Públicas. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2012.
- POLLAK, Michael - 1989 - “Memória, esquecimento, silêncio”, Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, pág.3-15.
- PRADO, Paulo Brito. “GOIÁS QUE A HISTÓRIA GUARDOU”: MULHERES, DITADURA E CULTURA NOS ANOS 1960. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MESTRADO, 2014.
- QUINALHA, Renan. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e homossexualidade.
- RABELO, Francisco Chagas E. Mobilização social e tradicionalismo político em Goiás (Governo Mauro Borges, 1961-1964). In: SOUZA, Dalva Maria Borges de (Org.). Goiás: Sociedade e Estado, Goiânia, Cânone Editorial, 2004, pág. 49-84.
- RAPOPORT, Mario & LAUFER, Rubén. “Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960”. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.43 n°.1 Brasília Jan. 2000. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100004&script=sci_arttext Acessado em 24 de junho de 2022 às 13h e 29m.
- REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil –repressão e pretensão de legitimidade. Londrina: Editora Uel, 2001.
- RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. De Denner à Chrysóstomo, a Repressão Invisibilizada: As Homossexualidades na Ditadura. In: GREEN, James; QUINALHA,

Renan. (Org.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2015, pág. 201-244.

Roger Chartier, “A Mediação Editorial”, In: _____, Os Desafios da Escrita, (São Paulo: Editora Unesp, 2002), pág. 62.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. In: Brasil: uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2015

SCOTT, Joan. La Citoyenne Paradoxale: les féministes françaises et les droits de l’homme. Paris: Ed Albin Michel, 1998

SENA, Gilberto Ferreira. REALIDADE VERSUS FICÇÃO: A LITERATURA COMO FONTE PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA.

SILVA FILHO, J. C. M. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. IN: RUIZ, C. B. (org.). *Justiça e Memória: por uma crítica ética da violência*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2009. (pág. 121-157).

SILVA, Marcília Gama da. O DOPS-PE E A REDE DE INFORMAÇÕES: OLHOS EOUVIDOS A SERVIÇO DA REPRESSÃO NO PERÍODO DE 1964-1985. *Diálogos*, v.15, n. 2, pág. 267-292, maio-ago./2011

SOARES, G. S.; COSTA, J. C. . Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. *Labrys, études féministes/ estudos feministas*, v. 2, pág. 24 2012.

SODRE, Caroline Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. A DIFUSÃO DOS ACERVOS DAS DOPS NO BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. In: *Investigación SODRE, Caroline Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. Arquivo, memória e verdade: a contribuição da organização dos acervos DOPS para a constituição da história da ditadura militar*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador.

SOIHET, Raquel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*, 13 (3), 2005, pág. 591-611.

SUPERIOR DE GUERRA. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

TOLEDO, Livia Gonsalves e TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. *Arq. bras. psicol.* [online]. 2013, vol.65, n.3, pág. 376-391. ISSN 1809-5267.

TOURAINE, A. Les mouvements sociaux. In: TOURAINE, A. Production de la société. Paris: Éditions du Seuil, 1973, pág. 347-389

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 6, n.13, set. / dez. 2014, pág. 90-109.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história. (4. ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FONTES

Acervo do DOPS-GO: disponível no CIDARQ (Centro de Informação, Documentação e Arquivo), localizado na Universidade Federal de Goiás.

Acervo do Jornal 5 de março: disponível no IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central).

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n. 7.085. Coleção Fotografias do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, 2010.

Projeto "Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985.